

# RELATÓRIO DE GESTÃO

2015





## Índice

### VOLUME I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

### VOLUME II – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

INTRODUÇÃO .....	9
PARTE I – ANÁLISE ORÇAMENTAL .....	11
I - Análise Global do Orçamento .....	12
II Análise do Orçamento da Receita .....	17
Receitas Próprias .....	18
Transferências .....	23
Passivos Financeiros .....	24
III Análise do Orçamento da Despesa .....	25
Despesas de Funcionamento .....	26
Transferências Correntes .....	33
Investimento Global.....	34
Serviço de Dívida.....	37
IV. Estrutura Orçamental - Rácios .....	38
PARTE II – ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO .....	40
V. Dívida Municipal.....	41
Introdução .....	41
Evolução da dívida global .....	42
Dívida de médio e longo prazo.....	44
Dívida de curto prazo .....	47
Prazo médio de pagamento .....	49
Redução do endividamento e dos pagamentos em atraso .....	51
VI. Análise da capacidade de endividamento do Município .....	53
Entidades relevantes para os limites legais .....	55
VII. Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).....	61





PARTE III – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	63
VIII. Balanço .....	64
Ativo .....	67
Imobilizado.....	68
Circulante.....	85
Fundos Próprios .....	88
Passivo.....	89
Acréscimos e Diferimentos – passivo .....	91
IX. Demonstração de Resultados .....	95
X. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício .....	101
XI. Contabilidade Analítica - Obras por Administração Direta.....	102
XII. Anexos às Demonstrações Financeiras .....	110
Introdução.....	110
8.1 Caracterização da Entidade.....	110
8.1.1. Identificação .....	110
8.1.2. Legislação.....	111
8.1.3. Estrutura organizacional efetiva.....	111
8.1.4. Descrição sumária das atividades .....	111
8.1.5. Recursos Humanos.....	111
8.1.6. Organização Contabilística .....	112
8.1.7. Outras informações relevantes .....	112
8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados .....	113
8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL .....	113
8.2.2 – Comparabilidade .....	113
8.2.3 – Critérios Valorimétricos .....	114
8.2.7 – Movimentos do Ativo Imobilizado .....	115
8.2.8 – Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado .....	116



8.2.12 – Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiros .....	116
8.2.14 – Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade .....	119
8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.....	119
8.2.16 - Mapa das entidades participadas.....	119
8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço .....	120
8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança.....	121
8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício .....	122
8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, constantes do balanço .....	125
8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas .....	128
8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros.....	129
8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários.....	130
8.3 Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução .....	130
8.3.1.- Modificações ao Orçamento.....	130
8.3.2. - Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal.....	131
8.3.3 – Outras Informações Relevantes .....	131
9. Factos relevantes ocorridos após termo do exercício económico .....	133

## Índice Quadros

Quadro 1 – Orçamento do ano 2015 .....	12
Quadro 2 - Reforço / Diminuição do orçamento da receita .....	14
Quadro 3 – Análise do Equilíbrio Orçamental.....	15
Quadro 4 – Análise aos saldos no período 2013 a 2015.....	16
Quadro 5 – Estrutura Geral da Receita.....	17
Quadro 6 – Receitas Próprias .....	18
Quadro 7 – Impostos Diretos .....	20
Quadro 8 – Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades .....	21
Quadro 9 – Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes .....	22
Quadro 10 – Rendimentos de Propriedade .....	23
Quadro 11 - Transferências .....	23
Quadro 12 – Transferências e Comparticipações .....	24
Quadro 13 – Estrutura Geral da Despesa .....	25
Quadro 14 – Estrutura Geral da Despesa de Funcionamento .....	26
Quadro 15 – Despesa com o Pessoal .....	29
Quadro 16 - Aquisição de Bens .....	31
Quadro 17 – Aquisição de Serviços.....	32
Quadro 18 – Outros Serviços.....	32
Quadro 19 – Evolução das Transferências Correntes e Subsídios.....	34
Quadro 20 – Investimento Global .....	34
Quadro 21 – Plano Plurianual Investimentos do ano 2015 .....	35
Quadro 22 – Transferências de Capital .....	36
Quadro 23 – Evolução do Serviço da Dívida .....	37
Quadro 24 – Serviço da Dívida / Saldo Primário .....	37
Quadro 25 - Rácios .....	39
Quadro 26 – Evolução da Dívida .....	42
Quadro 27 – Dívida de Médio e Longo Prazo.....	45
Quadro 28 – Mapa demonstrativo das correções efetuadas aos empréstimos.....	45
Quadro 29 – Dívida de Curto Prazo.....	47
Quadro 30 – Prazo Médio de Pagamentos.....	50
Quadro 31 – Entidades Participadas .....	57
Quadro 32 – Limites para 2015.....	58
Quadro 33 – Apuramento da Dívida Total .....	58
Quadro 34 – Posição do grupo municipal.....	59
Quadro 35 – Cálculo da média das receitas correntes líquidas à data de 31/12/2015.....	60
Quadro 36 – Limites para 2016.....	60
Quadro 37 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Balanço Sintético.....	64
Quadro 38 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Percentagem .....	66
Quadro 39 – Evolução do Imobilizado Líquido .....	68
Quadro 40 – Investimentos Financeiros .....	69
Quadro 41 – Composição Ativo Bruto – Bens Móveis.....	70



Quadro 42 – Amortizações do Exercício - Variação .....	72
Quadro 43 – Ativo Bruto – Bens Imóveis .....	73
Quadro 44 – Terrenos e Recursos Naturais .....	75
Quadro 45 – Outras Construções e Infraestruturas .....	76
Quadro 46 – Edifícios e Outras Construções .....	77
Quadro 47 – Diminuições de Imóveis .....	78
Quadro 48 – Abates – Bens Imóveis .....	78
Quadro 49 – 44.2.1 – Terrenos e Recursos Naturais .....	78
Quadro 50 – 44.2.2.1.03 – Instalações Desportivas e Recreativas .....	79
Quadro 51 – 44.2.2.1.06 - Escolas .....	79
Quadro 52 – 44.2.2.1.08.01 – Comissão de Proteção Menores .....	79
Quadro 53 – 44.2.2.1.99 - Outros .....	79
Quadro 54 – 44.2.2.2.01 – Viadutos, arruamentos e Obras Complementares .....	80
Quadro 55 – 44.2.2.2.03 – Iluminação Pública .....	80
Quadro 56 – 44.2.2.2.04 – Parques e Jardins .....	80
Quadro 57 – 44.2.2.2.07 – Viação Rural.....	81
Quadro 58 – 44.2.2.2.08 – Sinalização e Trânsito.....	81
Quadro 59 – 44.2.2.2.05 – Instalações Desportivas e Recreativas .....	82
Quadro 60 – 44.2.2.2.12.01 – Redes de Abastecimento de Água .....	83
Quadro 61 – 44.2.2.2.12.02 – Redes de Saneamento e Esgotos.....	83
Quadro 62 – 44.2.2.2.12.03 – Construções diversas em Curso .....	83
Quadro 63 – 44.2.5 – Ferramentas e Utensílios.....	84
Quadro 64 – 44.5.3.1 – Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares.....	84
Quadro 65 – 44.5.3.2 – Parques e Jardins .....	84
Quadro 66 – 44.8.1 – Terrenos e Recursos Naturais.....	85
Quadro 67 – Ativo Circulante .....	85
Quadro 68 – Acréscimos e Diferimentos - Ativo .....	87
Quadro 69 – Estrutura do Passivo .....	90
Quadro 70 – Acréscimos e Diferimentos - Passivo .....	91
Quadro 71 – Obras Financiadas .....	93
Quadro 72 – Demonstração de Resultados.....	95
Quadro 73 – Estrutura dos Custos/Proveitos .....	96
Quadro 74 – Indicadores Financeiros .....	99
Quadro 75 - Rácios .....	100
Quadro 76 – Custos por Grupo de Centro de Custos .....	103
Quadro 77 – Obras por Administração Direta.....	104
Quadro 78 - Grupos.....	107
Quadro 79 – Custos da Biblioteca Municipal .....	108
Quadro 80 – Custos do Museu do Papel.....	108
Quadro 81 – Custos do Convento dos Lóios .....	109
Quadro 82 – Custos do Europarque .....	109

## Índice Gráficos

Gráfico 1 – Comparação entre Receita orçamental inicial, final e executada.....	13
Gráfico 2 – Comparação entre Despesa orçamental inicial, final e executada.....	13
Gráfico 3 – Evolução da Receita.....	17
Gráfico 4 – Evolução Receitas Próprias .....	19
Gráfico 5 – Comparação das Receitas Próprias.....	19
Gráfico 6 – Evolução dos Impostos Diretos.....	20
Gráfico 7 – Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades .....	21
Gráfico 8 – Estrutura Geral da Despesa.....	25
Gráfico 9 – Composição da Despesa de Funcionamento .....	27
Gráfico 10 – Peso da Despesa de Funcionamento no Total da Despesa Corrente .....	27
Gráfico 11 – Evolução do Serviço da Dívida versus Saldo Primário.....	38
Gráfico 12 – Evolução da Dívida Global .....	43
Gráfico 13 – Dívida de Médio e Longo Prazo / Dívida de Curto Prazo .....	44
Gráfico 14 – Dívida de Médio e Longo Prazo .....	46
Gráfico 15 – Natureza da Dívida de Médio e Longo Prazo .....	46
Gráfico 16 – Natureza da Dívida de Curto Prazo .....	47
Gráfico 17 – Redução Endividamento .....	49
Gráfico 18 – Evolução do Prazo Médio de Pagamentos.....	50
Gráfico 19 – Dívida Total do grupo municipal.....	53
Gráfico 20 – Dívida Total do grupo municipal.....	59
Gráfico 21 – Estrutura e Evolução da Autarquia.....	67
Gráfico 22 – Estrutura do Ativo .....	68
Gráfico 23 – Evolução do Imobilizado Líquido.....	69
Gráfico 24 – Evolução do Ativo Bruto – Bens Móveis .....	70
Gráfico 25 - Abates.....	71
Gráfico 26 – Amortizações do Exercício.....	72
Gráfico 27 – Evolução Ativo Bruto – Bens Imóveis .....	73
Gráfico 28 – Distribuição do Aumento 2014-2015.....	74
Gráfico 29 – Ativo Circulante.....	86
Gráfico 30 – Peso dos Fundos Próprios .....	88
Gráfico 31 – Distribuição dos Fundos Próprios .....	88
Gráfico 32 – Estrutura do Passivo .....	89
Gráfico 33 – Análise dos Custos 2014/2015.....	98
Gráfico 34 – Análise dos Proveitos 2014/2015.....	98



## NOTA PRÉVIA

Em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e respetivas alterações, compete ao Órgão Executivo, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas identificadas no n.º2, do ponto 2 – Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro, que dele faz parte integrante, e submete-los à apreciação e votação do Órgão Deliberativo.

De acordo com o ponto 13 do POCAL, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2015, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município de Santa Maria da Feira, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

Com o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelecidos pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os documentos de prestação de contas consolidadas passam a poder ser aprovados em momento diferente das contas individuais do Município, isto é, até junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

## INTRODUÇÃO

“Quem administra bens alheios presta contas”

O exercício de 2015 decorreu num contexto marcado por um conjunto de restrições e clima de contenção orçamental que tem caracterizado o funcionamento autárquico nos últimos anos, tendo como base o enquadramento macro económico e estrutural em que vivemos.

Importa sublinhar que o peso das receitas próprias do Município tem vindo a sofrer ao longo destes anos uma considerável quebra, em consequência da crise económica e financeira que em geral afeta toda a atividade económica nacional. Nestas circunstâncias impôs-se prosseguir uma política de gestão centrada num intenso esforço de contenção dos gastos, em particular da despesa corrente, tendo sido possível, assegurar que no essencial as atividades previstas e programadas nas Opções do Plano fossem concretizadas.

Neste quadro, com uma adequada programação e equilíbrio financeiro, foi possível, assegurar todos os compromissos resultantes da atividade Municipal, com regularidade e prontidão, em muitas situações antecipando mesmo a sua satisfação relativamente ao estrito cumprimento das normas e das leis que regulam esta matéria, facto este que se traduz na manutenção de uma salutar relação de confiança mútua entre a Autarquia e os seus fornecedores que constitui sem dúvida uma mais-valia importante para a atividade do Município e para a atividade económica do Concelho.

A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada pela informação produzida pela contabilidade orçamental, patrimonial e analítica da responsabilidade da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial, constante nos diversos documentos de prestação de contas, tendo como princípio orientador uma situação financeira robusta, nomeadamente a redução dos rácios de endividamento, que cumprimos, e uma estratégia de adequação do modelo organizacional na melhoria da eficiência operacional.

Com efeito, assinala-se com particular satisfação que a dívida global do Município entre o ano 2014 e o ano 2015 sofreu uma redução de 6.720.220,34€, incluindo operações de tesouraria. É de facto um indicador de comprovado sucesso no alcance dos objetivos traçados, demonstrando, ainda, que em devido tempo o Município teve a capacidade de adequar o seu orçamento à realidade, designadamente, promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.

No domínio da dívida de curto prazo, apraz também registar o facto de o Município se posicionar fora das entidades com pagamentos em atraso, bem como a melhoria significativa do seu prazo médio de pagamento, que no final da gerência de 2015 se fixou em 17 dias. Trata-se de mais um indicador que bem testemunha a ação do Município ao nível da boa gestão financeira do seu orçamento.

Em termos orçamentais, atingimos uma execução global da receita de 94,60%, sendo que a receita corrente líquida cobrada foi de 52.000.702,50 €, ou seja, foi executada em 99,20%, o que denota o grande rigor com que foram elaborados os documentos previsionais de 2015.

Em termos financeiros, de notar o aumento do ativo líquido do Município em 29.612.019,86 €, uma diminuição do passivo de médio e longo prazo no montante de 5.284.250,67€ e uma diminuição do passivo de curto prazo em 1.435.969,67€, em 2015.

O documento a seguir apresentado está estruturado da seguinte forma:

- ✓ na primeira parte insere-se uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal;
- ✓ na segunda parte é efetuada uma análise detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública e uma análise de monitorização ao programa de apoio à economia local (PAEL);
- ✓ na terceira parte é introduzida a análise económico-financeira, com considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados;
- ✓ conclui-se a apreciação das contas com a certificação legal das contas individuais.

Como suporte fundamental desta análise constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

O Município de Santa Maria da Feira continua a contribuir para a consolidação orçamental das finanças públicas, cuja performance nos últimos anos está comprovada com os resultados obtidos, designadamente ao nível da evolução da dívida.

Conclui-se assim do rigor financeiro e de gestão, visivelmente patentes nos dados contidos no presente relatório.



## PARTE I – ANÁLISE ORÇAMENTAL

## I - Análise Global do Orçamento

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

Com o objetivo de avaliar quer a fiabilidade do orçamento apresentado, quer a capacidade financeira da sua execução em função do montante de receitas efetivamente arrecadadas, insere-se um quadro com os valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, e respetivos desvios.

Refira-se que no âmbito da análise deste capítulo, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

**Quadro 1 – Orçamento do ano 2015**

ORÇAMENTO DO ANO 2015					
	PREVISÃO			EXECUÇÃO	
	INICIAL	FINAL	DESVIO	VALOR	Taxa de Execução%
Receitas Correntes	53.452.705,00 €	52.420.705,00 €	- 1.032.000,00 €	52.000.702,50 €	99,20%
Receitas Capital	10.739.938,00 €	10.415.278,33 €	- 324.659,67 €	6.895.307,22 €	66,20%
Outras Receitas	500,00 €	500,00 €	- €	454,80 €	90,96%
Saldo da Gerência Anterior	- €	10.078.465,14 €	10.078.465,14 €	10.078.465,14 €	100,00%
<b>Total</b>	<b>64.193.143,00 €</b>	<b>72.914.948,47 €</b>	<b>8.721.805,47 €</b>	<b>68.974.929,66 €</b>	<b>94,60%</b>
Despesas Correntes	41.748.484,00 €	43.100.307,67 €	1.351.823,67 €	35.431.723,46 €	82,21%
Despesas Capital	22.444.659,00 €	29.814.640,80 €	7.369.981,80 €	16.287.767,76 €	54,63%
<b>Total</b>	<b>64.193.143,00 €</b>	<b>72.914.948,47 €</b>	<b>8.721.805,47 €</b>	<b>51.719.491,22 €</b>	<b>70,93%</b>

Do observado do quadro anterior resulta que o total do Orçamento inicial aprovado para o ano de 2015 foi de 64.193.143,00 €, sendo o total da receita líquida cobrada de 68.974.929,66 € e o total da despesa executada de 51.719.491,22 €.

Em matéria de execução orçamental, regista-se que:

- A taxa de execução das receitas correntes foi de 99,20%, o que significa que para uma previsão final de 52.420.705,00€ se atingiu uma execução de 52.000.702,50€ que traduz um desvio de apenas 420.002,50 €;

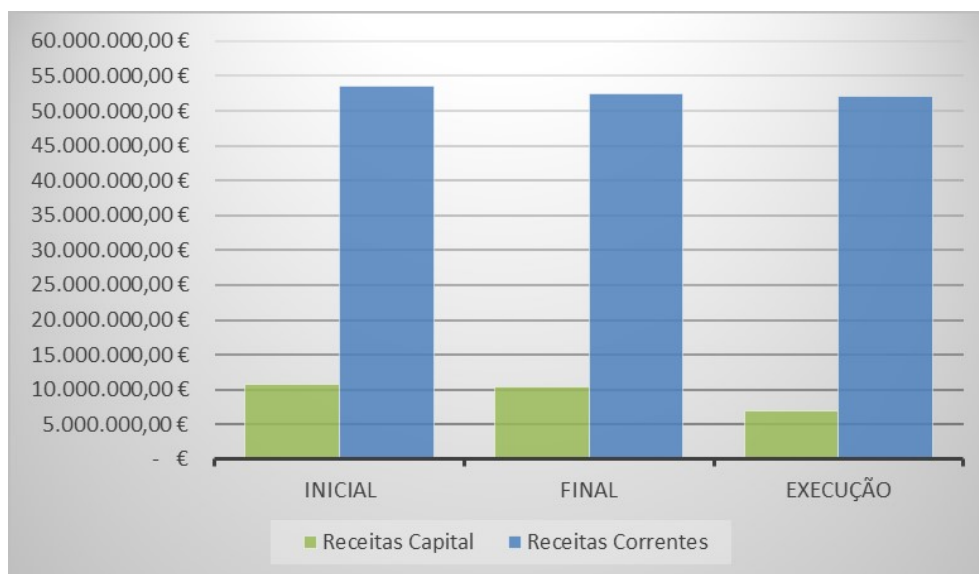
- No que respeita às receitas de capital, e para uma previsão final de 10.415.278,33€ atingiu-se uma execução de 6.895.307,22€, representando um desvio de (-) 3.519.971,11€, correspondendo a uma taxa de execução 66,20%, Esta situação deve-se essencialmente à não arrecadação efetiva dos montantes dos fundos comunitários.



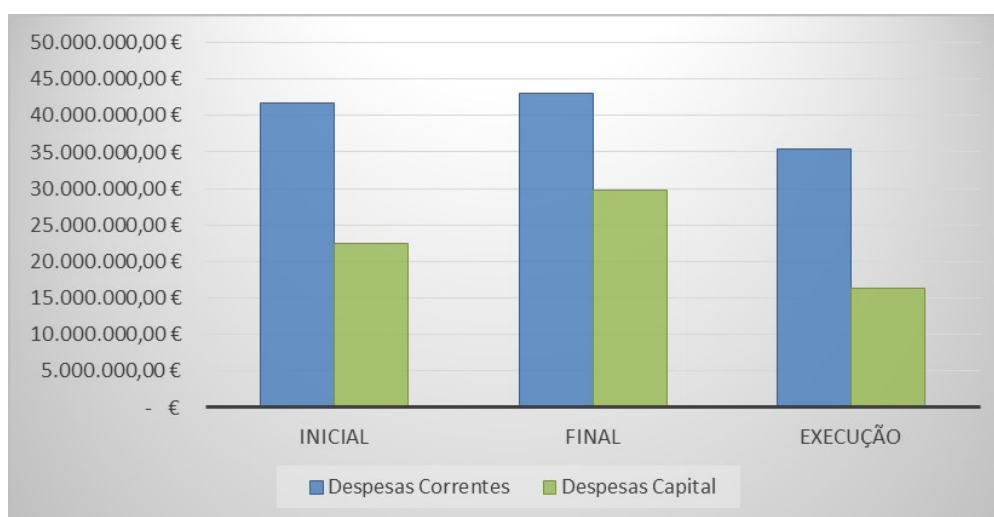
- No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 70,93%, com as despesas correntes e as despesas de capital a alcançarem respetivamente níveis de execução orçamental de 82,21%, e 54,63%, do total orçamentado.

Segue-se gráficos demonstrativos da receita e da despesa, referentes ao ano de 2015.

**Gráfico 1 – Comparação entre Receita orçamental inicial, final e executada**



**Gráfico 2 – Comparação entre Despesa orçamental inicial, final e executada**



O reforço/diminuições do orçamento da receita deve-se à incorporação dos valores a seguir discriminados:

### Quadro 2 - Reforço / Diminuição do orçamento da receita

Descrição	Reforço	Diminuições
Segurança Social	1,00 €	
Outras Receitas Correntes		1,00 €
Transferências Capital - Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados - FEDER	855.340,33 €	1.180.000,00 €
Imposto Municipal S/ as Transmissões Onerosas de Imóveis		563.000,00 €
Derrama		469.000,00 €
Saldo da Gerência Anterior	10.078.465,14 €	
<b>Total</b>	<b>10.933.806,47 €</b>	<b>2.212.001,00 €</b>

A elaboração do orçamento para o ano económico de 2015, ocorreu de acordo com o preceituado no artigo 45º da Lei 73/2015, de 3 de setembro, conjugado com o artigo 27º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o qual, foi realizado três meses antes do final do ano. Desta situação resultou que para além da inscrição do saldo orçamental, e para que se obtivesse uma informação mais realista do orçamento, se diminuísse a dotação de algumas rubricas que julgamos deter excesso de dotação. A diminuição das Transferências Capital em 1.180.000,00 € prende-se com o facto de o valor em causa ter sido arrecadado pelo Município no último trimestre de 2014, após elaboração do orçamento para 2015.

### **Equilíbrio Orçamental**

No artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), sob a epígrafe “ Equilíbrio orçamental “, prevê o seguinte:

- “ 1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- 3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo”.

Por sua vez, no art.º 83º do mesmo diploma legal, integrado no Título V, intitulado de “Disposições finais e transitórias”, prevê-se, ainda, relativamente ao equilíbrio orçamental, que:

“Para efeitos do n.º 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato”.

Importa, por fim, realçar que esta norma revoga, ainda que tacitamente, o princípio do equilíbrio orçamental consagrado no ponto 3.1.1., al. e), do POCAL.

### Quadro 3 – Análise do Equilíbrio Orçamental

Análise do equilíbrio orçamental	
Receitas correntes líquidas arrecadadas	52.000.702,50 €
Despesas correntes pagas	35.431.723,46 €
Saldo corrente	16.568.979,04 €
Amortizações médias para o ano de 2015	4.442.437,09 €
Equilíbrio orçamental	12.126.541,95 €

Da análise, podemos atestar que o Município cumpre integralmente o novo conceito de equilíbrio orçamental.

### **Saldo Orçamental / Global / Primário**

É fundamental analisar os saldos orçamentais no âmbito da abordagem do SEC/95 e das contas públicas nacionais, sendo que o cálculo dos saldos orçamentais permitem efetuar uma abordagem melhor dos equilíbrios orçamentais (entre a estrutura da receita e da despesa), bem como do défice público. Utiliza-se para o efeito o saldo na base dos compromissos.

**Quadro 4 – Análise aos saldos no período 2013 a 2015**

	2013	2014	2015
Receita corrente bruta	48.833.669,18 €	53.120.952,69 €	52.034.174,83 €
Saldo da gerência anterior + reposições	884.805,57 €	3.297.004,93 €	10.078.919,94 €
Despesa corrente	49.521.003,88 €	39.388.656,21 €	37.781.641,39 €
<b>Saldo Corrente</b>	<b>197.470,87 €</b>	<b>17.029.301,41 €</b>	<b>24.331.453,38 €</b>
Receita de capital bruta	28.141.741,78 €	11.083.283,07 €	6.895.307,22 €
Despesa de capital	41.652.945,44 €	26.434.965,71 €	20.872.033,56 €
<b>Saldo de capital</b>	<b>- 13.511.203,66 €</b>	<b>- 15.351.682,64 €</b>	<b>- 13.976.726,34 €</b>
Receitas totais	77.862.406,53 €	67.501.240,69 €	69.008.401,99 €
Despesas totais	91.173.949,32 €	65.823.621,92 €	58.653.674,95 €
<b>Saldo orçamental</b>	<b>- 13.311.542,79 €</b>	<b>1.677.618,77 €</b>	<b>10.354.727,04 €</b>
Ativos financeiros receita	- €	- €	- €
Ativos financeiros despesa	- €	- €	411.738,00 €
Passivos financeiros receita	13.679.473,46 €	- €	- €
Passivos financeiros despesa	6.029.946,83 €	4.673.176,75 €	4.836.365,08 €
Receitas totais-AF-PF	64.182.933,07 €	67.501.240,69 €	69.008.401,99 €
Despesas totais-AF-PF	85.144.002,49 €	61.150.445,17 €	53.405.571,87 €
<b>Saldo global ou efetivo</b>	<b>- 20.961.069,42 €</b>	<b>6.350.795,52 €</b>	<b>15.602.830,12 €</b>
Juros	2.028.367,59 €	1.457.260,43 €	582.128,46 €
<b>Saldo Primário</b>	<b>- 18.932.701,83 €</b>	<b>7.808.055,95 €</b>	<b>16.184.958,58 €</b>

Como se pode constatar no quadro supra, o saldo primário do Município registou excedentes na ótica financeira no montante de 16.184.958,58€, sendo que, este resultado é um dos principais indicadores da recuperação da capacidade orçamental do Município.

## II Análise do Orçamento da Receita

Na gerência em apreço, a receita cobrada líquida totalizou 68.974.929,66 €, sendo que a arrecadação de receitas líquidas correntes foi de 52.000.702,50 €, o que corresponde a uma taxa de execução de 99,2% face ao previsto.

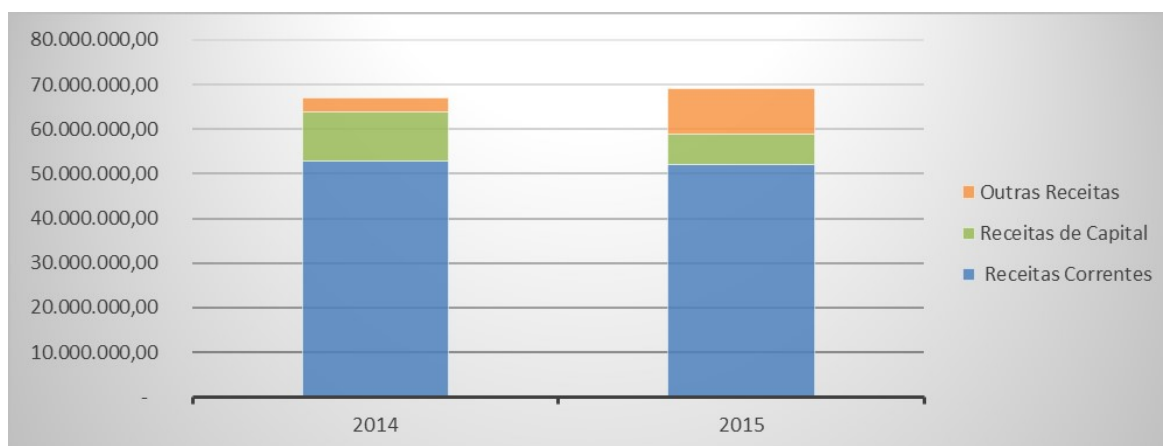
A arrecadação de receitas líquidas de capital foi de 6.895.307,22 €, correspondente a uma taxa de execução de 66,2%, face à previsão orçamental.

No quadro e gráfico abaixo inseridos apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da receita.

**Quadro 5 – Estrutura Geral da Receita**

ESTRUTURA GERAL DA RECEITA							
Tipo	2014		Dotação Inicial	Dotação Final	2015		
	Execução	% Peso na Rubrica			Execução	% Peso na Rubrica	% Execução
Correntes	52.736.297,81 €	78,57%	53.452.705,00 €	52.420.705,00 €	52.000.702,50 €	75,39%	99,20%
Capital	11.083.283,07 €	16,51%	10.739.938,00 €	10.415.278,00 €	6.895.307,22 €	10,00%	66,20%
Outras Receitas	3.297.004,93 €	4,91%	500,00 €	10.078.965,14 €	10.078.919,94 €	14,61%	100,00%
<b>Total</b>	<b>67.116.585,81 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>64.193.143,00 €</b>	<b>72.914.948,14 €</b>	<b>68.974.929,66 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>94,60%</b>

**Gráfico 3 – Evolução da Receita**



Apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada, por subgrupos de Receitas Municipais:

- Receitas Próprias
  - Impostos Diretos;
  - Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades;



- Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes;
- Rendimentos de Propriedade
- Transferências
- Passivos Financeiros

## Receitas Próprias

Receitas próprias são aquelas que o Município pode arrecadar, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Excluem-se das receitas próprias, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

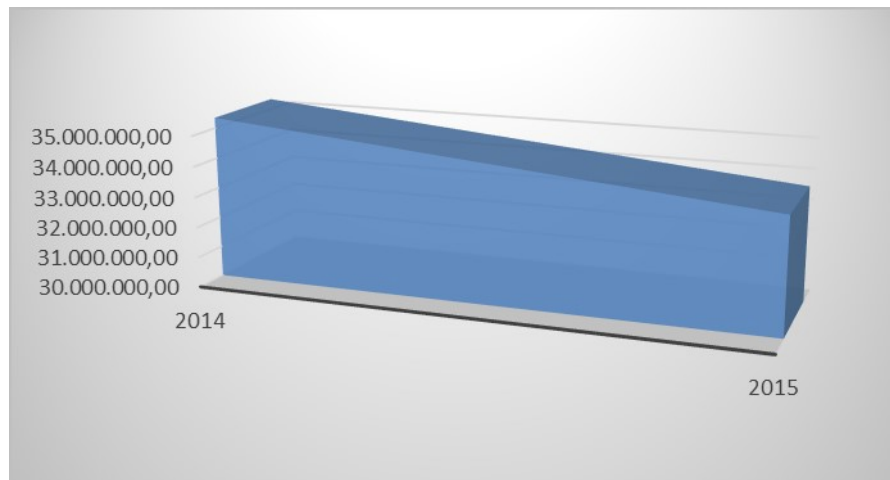
As receitas próprias incluem quer receitas correntes quer receitas de capital. As receitas correntes dizem respeito aos impostos directos, impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes. As receitas de capital respeitam às vendas de bens de investimentos e outras receitas de capital.

O quadro e gráfico seguinte espelham as receitas próprias da autarquia nos dois últimos exercícios.

**Quadro 6 – Receitas Próprias**

	2014	2015	Variação 2014/2015	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
<b>RECEITAS CORRENTES</b>						
Impostos Directos	24 778 182,04 €	24 817 694,09 €	0,16%	73,56%	47,73%	35,98%
Impostos Indirectos	147 347,03 €	137 212,07 €	-6,88%	0,41%	0,26%	0,20%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 327 657,38 €	1 045 821,48 €	-21,23%	3,10%	2,01%	1,52%
Rendimento de Propriedade	2 869 377,89 €	2 858 482,30 €	-0,38%	8,47%	5,50%	4,14%
Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	5 123 361,12 €	3 937 742,13 €	-23,14%	11,67%	7,57%	5,71%
Outras Receitas Correntes	392 225,09 €	243 067,37 €	-38,03%	0,72%	0,47%	0,35%
<b>Total</b>	<b>34 638 150,55 €</b>	<b>33 040 019,44 €</b>	<b>-4,61%</b>	<b>97,93%</b>	<b>63,54%</b>	<b>47,90%</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>						
Venda de Bens de Investimento	700 801,50 €	697 355,75 €	-0,49%	2,07%	1,34%	1,01%
<b>Total</b>	<b>700 801,50 €</b>	<b>697 355,75 €</b>	<b>-0,49%</b>	<b>2,07%</b>	<b>1,34%</b>	<b>1,01%</b>
<b>Total das Receitas Próprias</b>	<b>35 338 952,05 €</b>	<b>33 737 375,19 €</b>	<b>-4,53%</b>	<b>100,00%</b>	<b>64,88%</b>	<b>48,91%</b>
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>52 736 297,81 €</b>	<b>52 000 702,50 €</b>	<b>-1,39%</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>	<b>75,39%</b>
<b>Total de Receitas</b>	<b>67 116 585,81 €</b>	<b>68 974 929,66 €</b>	<b>2,77%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>

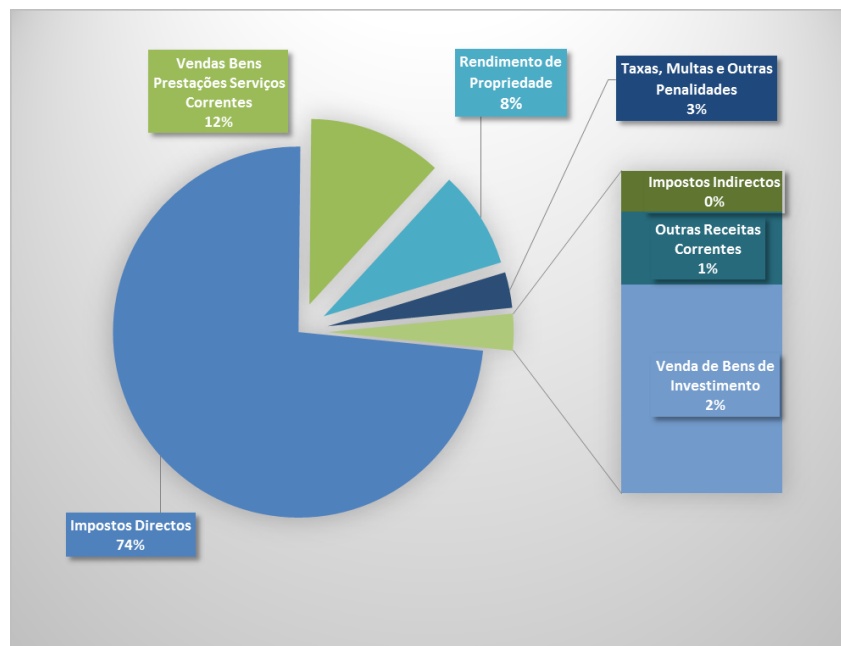
**Gráfico 4 – Evolução Receitas Próprias**



Do observado no quadro anterior verifica-se que o total das receitas próprias tiveram o decréscimo de 4,53% em relação ao ano anterior.

Da análise do próximo gráfico podemos, de imediato, verificar como se decompõe as receitas próprias e que importância tem cada uma das suas componentes.

**Gráfico 5 – Comparação das Receitas Próprias**



Os Impostos Directos são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, atingindo os 73,56%, dos mesmos, seguem-se as Vendas de Bens e Prestações de Serviços correntes 11,67% e a rubrica dos Rendimentos de Propriedade com 8,47%.

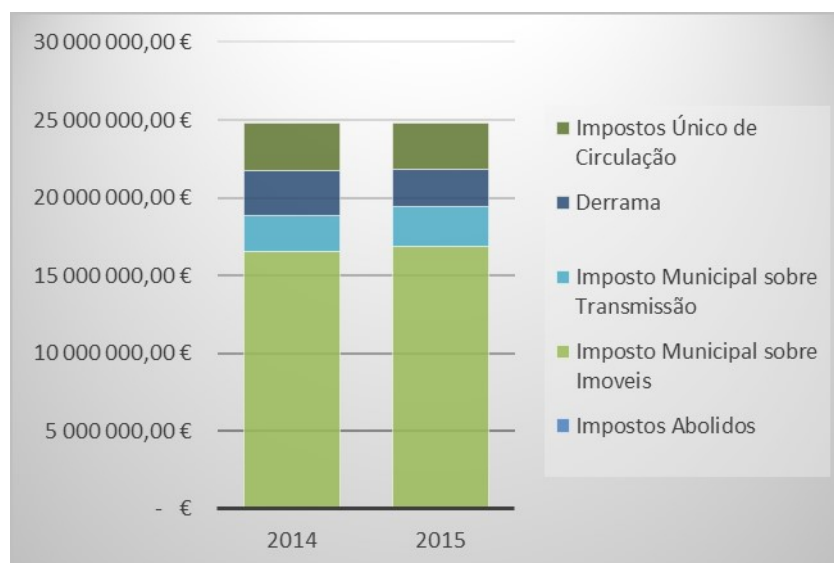
Dada a sua importância no cômputo geral da receita própria, os Impostos Diretos, os Impostos Indiretos, as Taxas, Multas e Outras Penalidades e os Rendimentos de Propriedade serão objeto de uma análise detalhada.

## Impostos Diretos

**Quadro 7 – Impostos Diretos**

	2014	2015	Varição (2014/2015)
Impostos Abolidos	8 904,12 €	711,13 €	-92,01%
Imposto Municipal sobre Imoveis	16 503 039,88 €	16 860 431,18 €	2,17%
Imposto Municipal sobre Transmissão	2 347 306,03 €	2 586 553,13 €	10,19%
Derrama	2 884 026,48 €	2 380 399,77 €	-17,46%
Impostos Único de Circulação	3 034 905,53 €	2 989 598,58 €	-1,49%
	<b>24 778 182,04 €</b>	<b>24 817 693,79 €</b>	<b>0,16%</b>

**Gráfico 6 – Evolução dos Impostos Diretos**



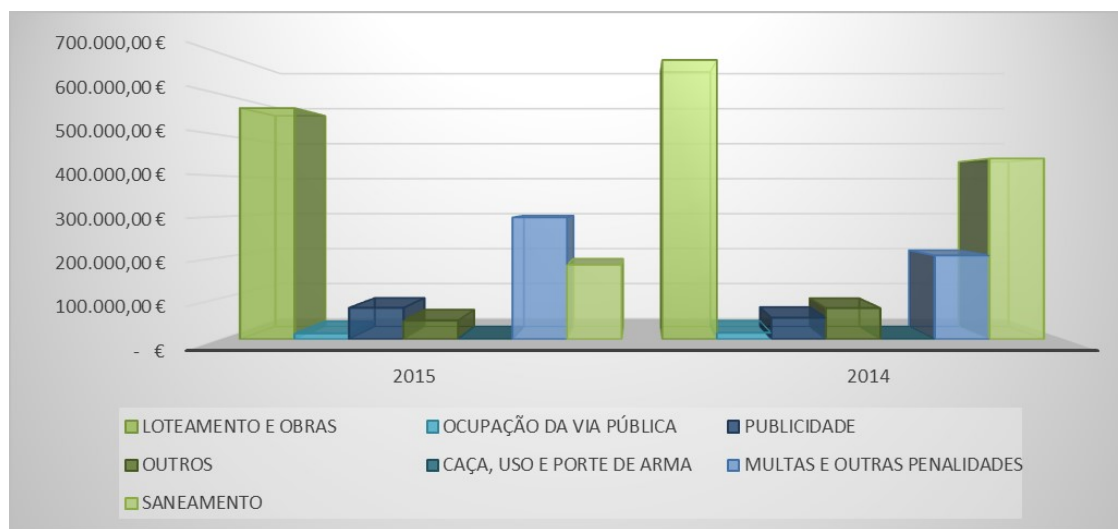
Ao nível dos Impostos Diretos, as rubricas com maior peso são o IMI – Imposto Municipal de Imóveis, o IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, e o IUC – Imposto Único de Circulação.

## Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades

**Quadro 8 – Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades**

	2014	2015		Taxa de Execução	Variação 2014/2015
	Execução	Previsão	Execução		
LOTEAMENTO E OBRAS	683.024,28 €	958.258,00 €	565.476,32 €	59,01%	-17,21%
OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	15.841,74 €	64.599,00 €	14.291,38 €	22,12%	-9,79%
PUBLICIDADE	52.569,98 €	21.503,00 €	76.951,88 €	357,87%	46,38%
OUTROS	76.188,05 €	68.371,00 €	45.621,19 €	66,73%	-40,12%
CAÇA, USO E PORTE DE ARMA	352,44 €	429,00 €	290,29 €	67,67%	-17,63%
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	204.999,78 €	145.579,00 €	298.007,49 €	204,70%	45,37%
SANEAMENTO	442.028,14 €	790.820,00 €	182.395,00 €	23,06%	-58,74%
<b>Total</b>	<b>1.475.004,41 €</b>	<b>2.049.559,00 €</b>	<b>1.183.033,55 €</b>	<b>57,72%</b>	<b>-19,79%</b>

**Gráfico 7 – Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades**



Da apreciação do quadro e gráfico anterior resulta que a receita cobrada em 2015, através de impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades, ascendeu a 1.183.033,55€, sendo a sua componente mais representativa os loteamentos e obras e, de seguida a receita da rubrica saneamento. A cobrança da receita na rubrica em análise teve um decréscimo de 19,79%, face ao ano anterior.

## Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes

**Quadro 9 – Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes**

	2014		2015		Taxa de Execução	Variação 2014/2015
	Execução	Previsão	Execução	Previsão		
Venda de Bens	2 352,49 €	7,00 €	5 760,32 €		82290,29%	144,86%
<b>Prestação Serviços Diversos</b>						
S.Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos	55 484,49 €	49 112,00 €	51 143,88 €		104,14%	-7,82%
Serviços Específicos das Autarquias	4 710 036,72 €	3 541 808,00 €	3 370 049,50 €		95,15%	-28,45%
Outros	108,24 €	502,00 €	188 009,28 €		37452,05%	173596,67%
<b>Sub-total</b>	<b>4 765 629,45 €</b>	<b>3 591 422,00 €</b>	<b>3 609 202,66 €</b>		100,50%	-24,27%
Rendas e Alugueres	355 379,18 €	379 492,00 €	322 779,15 €		85,06%	-9,17%
<b>Total</b>	<b>5 123 361,12 €</b>	<b>3 970 921,00 €</b>	<b>3 937 742,13 €</b>		<b>99,16%</b>	<b>-23,14%</b>

A receita total da Venda de bens e prestação de serviços em 2015 fixou-se em 3.937.742,13€, abaixo do executado no ano anterior em 1.185.618,99€ (-23%).

A rubrica Serviços Específicos das Autarquias compreendem vertentes muito importantes da atividade municipal, nomeadamente, cobrança da recolha dos resíduos sólidos (1.810.758,31€), saneamento (623.631,31€), refeições escolares (596.246,65€), transportes escolares (118.175,46€) e outros, conforme demonstra o gráfico infra representado.

## Rendimentos de Propriedade

A rubrica Rendimentos de Propriedade apresenta uma execução de 2.858.482,30€ (104,75%) e titulam 8,47% das Receitas Próprias do Município. Verifica-se uma ligeira quebra (-0,38%) do valor arrecadado em 2015 face ao ano anterior.

O quadro abaixo reflete a distribuição da rubrica Rendimentos de Propriedade.



### Quadro 10 – Rendimentos de Propriedade

	2014		2015		Taxa de Execução	Variação 2014/2015
	Execução	Previsão	Execução	Previsão		
Juros - Sociedades Financeira	69 678,90 €	12 063,00 €	69 356,02 €		574,95%	-0,46%
Dividendos e Participações nos lucros	74 840,06 €	3,00 €	77 154,46 €		2571815,33%	3,09%
<b>Rendas</b>						
Concessão da EDP	2 590 005,74 €	2 599 103,00 €	2 573 270,74 €		99,01%	-0,65%
Concessão da Indáqua	85 774,82 €	85 774,00 €	85 742,77 €		99,96%	-0,04%
Terrenos	29 955,00 €	28 306,00 €	27 476,86 €		97,07%	-8,27%
Outros	19 123,37 €	3 736,00 €	25 481,45 €		682,05%	33,25%
<b>Total</b>	<b>2 869 377,89 €</b>	<b>2 728 985,00 €</b>	<b>2 858 482,30 €</b>		<b>104,75%</b>	<b>-0,38%</b>

### Transferências

O quadro que se segue, reflete a natureza e montante das transferências efetuadas em 2014 e 2015.

### Quadro 11 - Transferências

	Execução		Taxa de Variação %
	2014	2015	
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>			
Estado	17.928.503,95 €	18.908.275,11 €	5,46%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	151.043,31 €	52.407,95 €	-65,30%
<b>Sub-total</b>	<b>18.079.547,26 €</b>	<b>18.960.683,06 €</b>	<b>4,87%</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>			
Estado	2.290.953,84 €	1.245.601,65 €	-45,63%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	7.652.921,55 €	4.084.057,72 €	-46,63%
Outros	438.046,28 €	768.024,09 €	75,33%
<b>Sub-total</b>	<b>10.381.921,67 €</b>	<b>6.097.683,46 €</b>	<b>-41,27%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28.461.468,93 €</b>	<b>25.058.366,52 €</b>	<b>-11,96%</b>

Como podemos constatar no quadro acima mencionado, as Transferências do Estado – Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados, correntes e de capital, apresentam no ano de 2015 um decréscimo de cerca de 3.667.499,19 €. Também as transferências provenientes do Orçamento de Estado, corrente e de capital, tiveram um decréscimo de 65.581,03 €.

### Quadro 12 – Transferências e Participações

<i>Disposições Legais</i>	<i>Entidade Financiadora</i>	<i>Classificação Económica</i>	<i>Transferências Efectuadas</i>
Fundo Eq.Financeiro	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030101	10.414.359,00 €
Fund.Social Munic.	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030102	2.530.073,00 €
Part.Fixa IRS	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030103	3.838.128,00 €
Fruta Escolar	DREN	0603019901	37.794,32 €
Assist. Operacionais	DREN	0603019901	452.237,42 €
Refeições	DREN	0603019901	607.386,13 €
CAF	DREN	0603019901	963.062,16 €
Est.F.Q.	INST.EMPREGO F. PROFISSIONAL	0603019902	40.218,22 €
FSE	IFDR	06030699	14.821,66 €
Erasmus	AGENCIA NACIONAL PARA A GESTAO DO PROGRAMA ERASMUS	06030699	19.965,40 €
Tecnicos Florestais	INSTITUTO CONSERVAÇÃO NATUREZA	06030699	16.820,72 €
Promuseus	DIRECÇÃO GERAL PATRIMONIO CULTURAL	06030699	800,17 €
Protovolo Municipal	INSTITUTO SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	0603019999	25.016,86 €
Protocolo	SULDOURO	100102	768.024,09 €
Fund.Eq.Financeiro	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	10030101	1.157.151,00 €
Contrato Programa	ARS NORTE	1003010402	88.450,65 €
FUNDO COESÃO	IFDR	10030701	2.138.453,03 €
FEDER	IFDR	10030703	1.945.604,69 €
<b>Total</b>			<b>25.058.366,52 €</b>

### Passivos Financeiros

O regime de crédito das autarquias locais encontra-se regulamentado no art.º 4.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, sendo aí estabelecido que:

- Os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.
- Os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.

Na gerência de 2015, no âmbito das decisões financeiras ao nível da gestão de tesouraria, foi contratualizado um empréstimo bancário de curto prazo no montante de 1.500.000,00€, com a instituição Caixa Geral de Depósitos, contudo, o mesmo não foi utilizado, pelo que não teve impacto quer a nível orçamental, quer a nível patrimonial. Além deste, não foram contratualizados ou utilizados empréstimos de médio e/ou longo prazo.

### III Análise do Orçamento da Despesa

Perante um contexto de fortes limitações financeiras, o Município procurou reforçar a racionalização e a contenção da despesa pública municipal, através de um controlo rigoroso dos gastos, quer ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos.

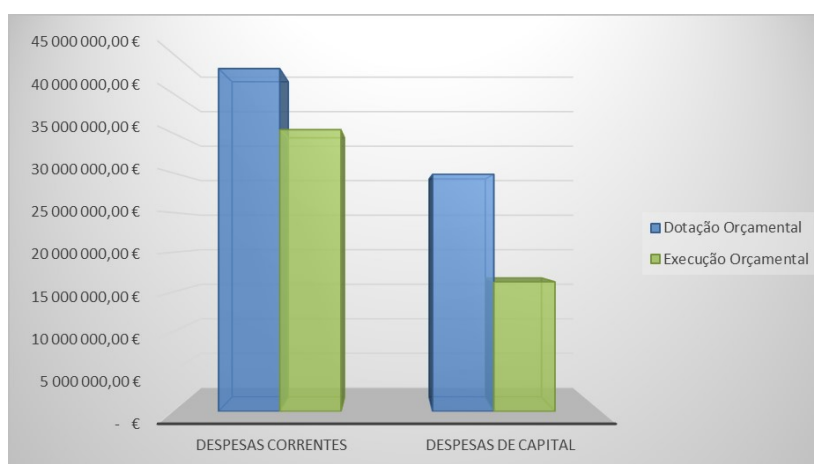
No âmbito deste capítulo, procede-se a uma análise da despesa sob a perspetiva económica, identificando-se, por um lado, o destino das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, tais como, aquisição e bens e serviços, transferências, despesas com pessoal, etc. Neste sentido, será efetuada uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento.

No quadro e gráfico abaixo inseridos, apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da despesa no ano de 2015.

**Quadro 13 – Estrutura Geral da Despesa**

	Dotação inicial	Dotação Orçamental	Execução Orçamental	% Peso na Rubrica	% Execução
Despesas Correntes	41 748 484,00 €	43 100 307,67 €	35 431 723,46 €	68,51%	82,21%
Despesas de Capital	22 444 659,00 €	29 814 640,80 €	16 287 767,76 €	31,49%	54,63%
<b>Total</b>	<b>64 193 143,00 €</b>	<b>72 914 948,47 €</b>	<b>51 719 491,22 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>70,93%</b>

**Gráfico 8 – Estrutura Geral da Despesa**



A despesa paga no exercício de 2015 representou uma taxa de execução de cerca de 71% atingindo o montante de 51,7 milhões de euros.

Dentro da despesa, na sua globalidade, justifica-se fazer uma análise mais detalhada de alguns dos seus subgrupos, dada a relevância que ocupam na estrutura geral da despesa, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
  - Despesas com Pessoal;
  - Despesas com Aquisição de Bens e Serviços;
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Serviço da Dívida

## Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento são representativas do dispêndio necessário ao normal funcionamento da atividade de um Município, sendo sem dúvida um importante índice da diligência da atividade autárquica, na medida em que representam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, agrupando as despesas com “Pessoal”, as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços” e as “Outras Despesas Correntes”, cuja distribuição nos últimos dois anos está vertida no quadro a seguir ilustrado.

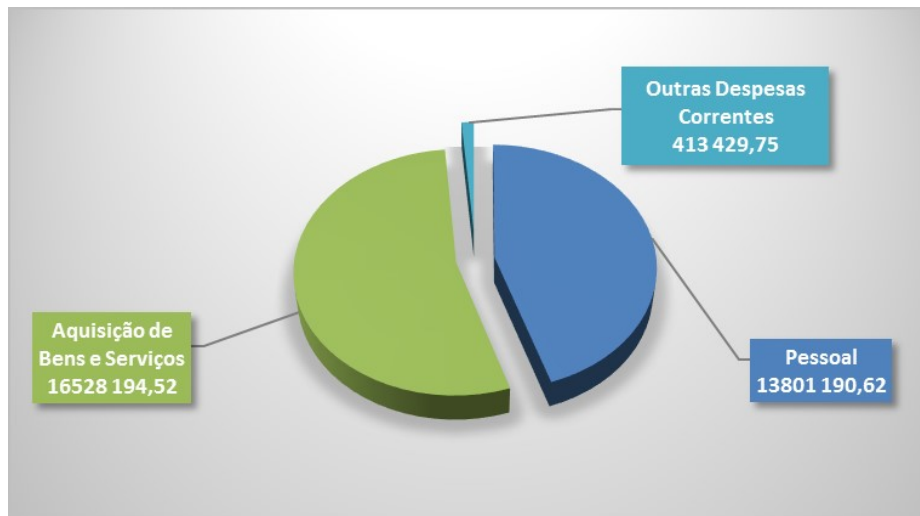
**Quadro 14 – Estrutura Geral da Despesa de Funcionamento**

	2014			2015				
	Despesa Realizada			Despesa Realizada				
	Valor	%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total	Valor	%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total
Pessoal	13 831 434,41 €	43,79%	37,15%	24,09%	13 801 190,62 €	44,89%	38,95%	26,68%
Aquisição de Bens e Serviços	17 205 445,10 €	54,47%	46,21%	29,96%	16 528 194,52 €	53,76%	46,65%	31,96%
Outras Despesas Correntes	549 893,68 €	1,74%	1,48%	0,96%	413 429,75 €	1,34%	1,17%	0,80%
<b>Total Desp Funcionamento</b>	<b>31 586 773,19 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>84,84%</b>	<b>55,01%</b>	<b>30 742 814,89 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>86,77%</b>	<b>59,44%</b>
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>37 232 663,94 €</b>	-	<b>100,00%</b>	<b>64,84%</b>	<b>35 431 723,46 €</b>	-	<b>100,00%</b>	<b>68,51%</b>
<b>TOTAL Despesas</b>	<b>57 422 775,55 €</b>	-	-	<b>100,00%</b>	<b>51 719 491,22 €</b>	-	-	<b>100,00%</b>

No ano de 2015 as despesas de funcionamento realizadas atingiram o valor de 30.742.814,89€, sendo a rubrica de aquisição de bens e serviços a que tem maior peso no total das despesas de funcionamento 53,76% e representa 31,96% do total da despesa.

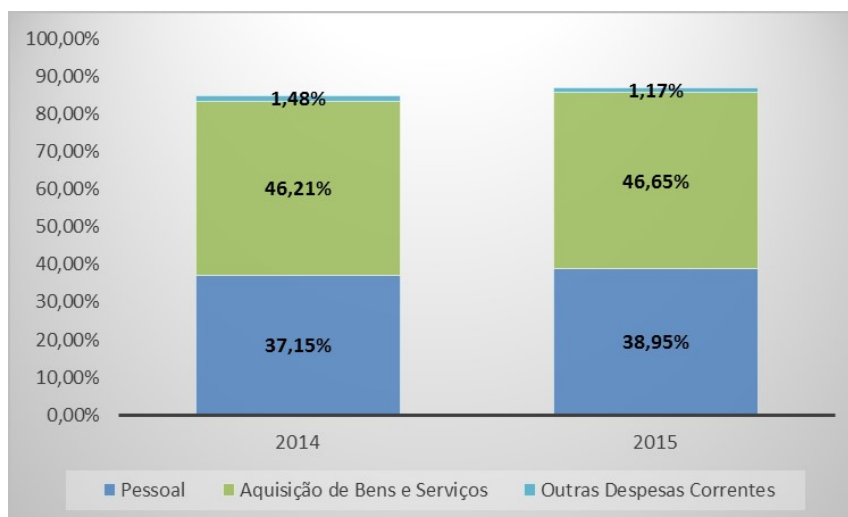
Apresenta-se de seguida um gráfico, que ilustra o peso das despesas de funcionamento no exercício de 2015.

**Gráfico 9 – Composição da Despesa de Funcionamento**



Atendendo às competências das autarquias locais e face ao seu estado de maturidade, como seria expectável as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, tendo um peso muito expressivo, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa ao representarem 86,77% e 59,44%, respetivamente.

**Gráfico 10 – Peso da Despesa de Funcionamento no Total da Despesa Corrente**



Com o objetivo de melhor apreciar a dinâmica das rubricas que integram esta tipologia de despesa, procede-se a uma análise mais detalhada das Despesas com Pessoal e da rubrica Aquisição de Bens e Serviços.

## Despesas com Pessoal

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a de despesas com pessoal, representando cerca de 39% das despesas correntes, 45% das despesas de funcionamento e em cerca de 27% das despesas totais.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros ou em qualquer outra situação, remunerações por doença e maternidade/paternidade, subsídio de refeição, subsídios de férias e Natal, despesas de representação, suplementos e prémios. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal, designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, encargos sobre remunerações (ADSE e Segurança Social), seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e despesas de saúde.

O valor total executado, no ano económico em análise, foi de 13.801.190,62€, isto é, menos 30.243,79€ que em 2014, o que representa um decréscimo de 0,22%, face ao ano anterior.

Como se verifica, o subagrupamento remunerações do pessoal, absorveu em 2015 a grande fatia em relação ao total das Despesas com Pessoal, ou seja, cerca de 57,68%.

As remunerações do pessoal contratado por tempo indeterminado em 2015 representaram 50,59% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes cerca de 6,98 milhões de euros.

Os encargos com segurança social e caixa geral de aposentações absorveram 17,42% do total das despesas com pessoal, correspondendo a 2.404 milhões de euros.

Os encargos com a Saúde representam cerca de 4,58% da despesa global com pessoal, o que totalizou aproximadamente 632 mil euros.

O quadro que se segue espelha a estrutura detalhada das despesas com pessoal da autarquia nos dois últimos exercícios.

**Quadro 15 – Despesa com o Pessoal**

DESPESAS COM O PESSOAL	2014	2015	Variação
<b>Remunerações membros Órgãos Autárquicos</b>	<b>236.331,84 €</b>	<b>234.771,89 €</b>	<b>-0,66%</b>
TITULARES DE ÓRGÃO DE SOBERANIA E MEMBROS DE ORGÃO AUTÁRQUICOS	236.331,84 €	234.771,89 €	-0,66%
<b>Remunerações do Pessoal</b>	<b>8.028.324,67 €</b>	<b>7.960.922,54 €</b>	<b>-0,84%</b>
PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	7.051.724,75 €	6.982.613,29 €	-0,98%
PESSOAL CONTRATADO A TERMO	460.066,10 €	482.428,97 €	4,86%
PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	- €	- €	
PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	46.272,30 €	16.500,41 €	-64,34%
PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	348.624,70 €	343.512,52 €	-1,47%
REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	121.636,82 €	135.867,35 €	11,70%
<b>Suplementos de Remuneração</b>	<b>2.414.123,77 €</b>	<b>2.361.357,17 €</b>	<b>-2,19%</b>
SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	745.925,26 €	709.933,98 €	-4,83%
SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	1.409.311,34 €	1.373.622,99 €	-2,53%
REPRESENTAÇÃO - PESSOAL DIRIGENTE	93.627,36 €	94.466,52 €	0,90%
HORAS EXTRAORDINÁRIAS	60.129,01 €	76.479,37 €	27,19%
AJUDAS DE CUSTO	7.614,21 €	8.629,29 €	13,33%
ABONO PARA FALHAS	4.029,62 €	4.552,20 €	12,97%
OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	42.653,93 €	25.204,22 €	-40,91%
INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	50.833,04 €	68.468,60 €	34,69%
<b>Prestações Sociais Diretas</b>	<b>51.856,75 €</b>	<b>47.662,76 €</b>	<b>-8,09%</b>
SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	51.856,75 €	47.662,76 €	-8,09%
OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	- €	- €	
<b>Outros Custos com Pessoal</b>	<b>815.785,31 €</b>	<b>791.694,85 €</b>	<b>-2,95%</b>
ENCARGOS COM A SAÚDE	640.268,42 €	632.321,86 €	-1,24%
SEGUROS	75.052,67 €	121.520,75 €	61,91%
OUTRAS PENSÕES	100.464,22 €	37.852,24 €	-62,32%
<b>Encargos sobre remunerações</b>	<b>2.285.012,07 €</b>	<b>2.404.781,41 €</b>	<b>5,24%</b>
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	2.285.012,07 €	2.404.781,41 €	5,24%
<b>TOTAL</b>	<b>13.831.434,41 €</b>	<b>13.801.190,62 €</b>	<b>-0,22%</b>

**Limites legais das despesas com pessoal**

1. A LOE para o ano de 2015, determinou a continuidade do definido pela Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro, no que respeita às reduções das remunerações totais ilíquidas mensais dos trabalhadores, aplicando-se uma taxa de redução progressiva, bem como a reversão da mesma (redução) em 20%, nos seguintes:
  - 3,5% sobre o valor total das remunerações superiores a 1.500€ e inferiores a 2.000€;
  - 3,5% sobre o valor de 2.000 € acrescido de 16% sobre o valor da remuneração total que exceda os 2.000 €, perfazendo uma taxa global que varia entre 3,5% e 10%, no caso das remunerações iguais ou superiores a 2.000€ até 4.165 €;
  - 10% sobre o valor total das remunerações superiores a 4.165€;
  - Reversão da redução remuneratória temporária (20%).

2. Aos eleitos locais, para além imposição legal acima descrita, continuou em vigor a aplicação da redução de 5% ao vencimento mensal ílquido, prevista no art.º 11.º e 12.º da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de junho, e na Lei n.º 47/2010 de 7 de setembro, para os universos neles referidos.
3. Durante 2015, manteve-se em vigor a regra que proibia a prática de quaisquer atos que consubstanciem em valorizações remuneratórias, nomeadamente alterações de posicionamento remuneratório, atribuição de prémios de desempenho, entre outras.
4. A LOE de 2015, manteve o pagamento do subsídio de Natal em duodécimos.
5. Em 2015 manteve-se a redução da compensação devida pelo pagamento de horas extraordinárias, nos termos do definido em 2013:
  - 12,5% do valor hora na primeira hora e de 18,75% na segunda (dias normais de trabalho);
  - 25% do valor hora nos dias de descanso ou feriados.
6. Em 2015, os municípios cuja dívida total não ultrapassasse o limite previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, como era o caso do Município de Santa Maria da Feira, poderiam aumentar as suas despesas com pessoal, nos termos do nº 4 do artigo 62.º da LOE 2015. Parecia estar assim aberta a possibilidade de contratar, contudo as restrições que se impunham nesta matéria, designadamente as constantes no referido artigo 62.º, bem como as mencionadas no artigo 64.º e nas alíneas b) e d) do n.º 2.º artigo 47, da LOE 2015, transformaram esta tarefa em algo quase impossível.

Em termos globais, durante o ano de 2015, ocorreram 2 entradas para o mapa de pessoal do Município, sendo uma por recurso à bolsa de requalificação do INA-Instituto Nacional de Administração Pública (Assistente Técnico) e outra por regresso de um Fiscal Municipal, após licença sem retribuição. Em matéria de saídas, verificou-se uma redução de 18 trabalhadores (11 aposentações; 5 caducidades de contrato a termo/Denúncia/Rescisão mútuo acordo; 1 consolidação de mobilidade; 1 licença sem vencimento), sendo que a 31/12/2015, o Município de Santa Maria da Feira tinha 781 trabalhadores ao serviço.

Assim e comparativamente com o ano de 2014, cujo número de trabalhadores em 31 de dezembro eram 797, durante o ano de 2015, reduziu-se um total de 16 trabalhadores (total 31/12/2015 = entradas 2015 – saídas 2015).





## Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

A Aquisição de Bens e Serviços compreende os bens de consumo, bem como todas as despesas com a aquisição de serviços a terceiros, pelo que faremos uma análise separada de cada componente.

A Aquisição de Bens são despesas a que não se possa reconhecer a natureza de despesas de capital, abrangendo designadamente as matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação – refeições, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio.

**Quadro 16 - Aquisição de Bens**

	2014			Facturado	2015			Variação da
	Facturado	Pago	%		Pago	Valor a transitar	% Pago	
MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	8.934,28	8.741,97 €	97,85%	6.630,70	6.358,85 €	271,85 €	95,90%	-25,78%
GASOLINA	27.954,57	27.954,57 €	100,00%	25.435,19	25.435,19 €	- €	100,00%	-9,01%
GASOLEO	195.776,07	184.563,86 €	94,27%	167.787,82	167.787,82 €	- €	100,00%	-14,30%
OUTROS	51.532,68	46.259,61 €	89,77%	54.634,10	45.781,85 €	8.852,25 €	83,80%	6,02%
LIMPEZA E HIGIENE	23.772,76	23.006,59 €	96,78%	21.667,18	21.595,70 €	71,48 €	99,67%	-8,86%
ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFEC.	1.836.247,04	1.747.430,23 €	95,16%	1.665.032,94	1.641.263,78 €	23.769,16 €	98,57%	-9,32%
VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	13.478,03	13.478,03 €	100,00%	15.842,90	15.705,36 €	137,54 €	99,13%	17,55%
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	46.181,19	45.699,92 €	98,96%	51.449,41	46.006,65 €	5.442,76 €	89,42%	11,41%
PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	3.886,82	3.886,82 €	100,00%	3.012,77	3.012,77 €	- €	100,00%	-22,49%
MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO						- €		
MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	48.362,67	48.226,88 €	99,72%	43.526,53	41.708,87 €	1.817,66 €	95,82%	-10,00%
MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	5.770,23	5.711,61 €	98,98%	3.840,37	3.840,37 €	- €	100,00%	-33,45%
OUTRO MATERIAL- PEÇAS						- €		
PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	69.531,42	69.072,63 €	99,34%	65.601,04	64.709,42 €	891,62 €	98,64%	-5,65%
MERCADORIAS PARA VENDA	5.511,82	5.219,86 €	94,70%	14.564,76	14.531,16 €	33,60 €	99,77%	164,25%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	11.396,87	11.282,26 €	98,99%	10.022,92	9.890,92 €	132,00 €	98,68%	-12,06%
LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	157,19	157,19 €	100,00%	2.932,85	2.932,85 €	- €	100,00%	1765,80%
ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	49,99	49,99 €	100,00%	256,32	256,32 €	- €	100,00%	412,74%
MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E REC.	80.382,13	78.915,81 €	98,18%	54.952,56	54.466,02 €	486,54 €	99,11%	-31,64%
OUTROS BENS	173.004,85	163.216,45 €	94,34%	254.568,79	214.573,41 €	39.995,38 €	84,29%	47,15%
<b>Total</b>	<b>2.601.930,61 €</b>	<b>2.482.874,28 €</b>	<b>95,42%</b>	<b>2.461.759,15 €</b>	<b>2.379.857,31 €</b>	<b>81.901,84 €</b>	<b>96,67%</b>	<b>-5,39%</b>

Pela análise do quadro anterior pode-se observar um decréscimo no cômputo geral da aquisição de bens (-) 5,39%. Em termos de preponderância destas rubricas, para além do peso das refeições que, ao assumirem 1.665.032,94€, por si só representam 67,64% do total da despesa faturada, logo seguida dos combustíveis com um peso de 7,85%.

No que diz respeito à aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, designadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, transportes e comunicações, locação de bens, seguros, estudos pareceres e projetos, etc., apresentamos o seguinte quadro:

### Quadro 17 – Aquisição de Serviços

Designação	2014			2015			Variação	
	Facturado	Pago	%	Facturado	Pago	Valor a transitar		
ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	3 211 215,74 €	3 129 145,67 €	97,44%	3 318 619,39 €	3 096 958,12 €	221 661,27 €	93,32%	3,34%
LIMPEZA E HIGIENE	78 260,48 €	73 650,51 €	94,11%	103 967,23 €	103 967,23 €	- €	100,00%	32,85%
CONSERVAÇÃO DE BENS	42 619,56 €	40 903,78 €	95,97%	64 840,89 €	63 447,54 €	1 393,35 €	97,85%	52,14%
LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	178 894,44 €	178 894,44 €	100,00%	151 764,44 €	151 764,44 €	- €	100,00%	-15,17%
LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	270 047,70 €	256 648,62 €	95,04%	359 988,75 €	359 595,15 €	393,60 €	99,89%	33,31%
LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	119 711,05 €	115 467,30 €	96,46%	153 154,56 €	151 092,71 €	2 061,85 €	98,65%	27,94%
COMUNICAÇÕES	174 068,83 €	164 133,66 €	94,29%	167 397,67 €	160 258,60 €	7 139,07 €	95,74%	-3,83%
TRANSPORTES	1 414 427,15 €	1 356 550,89 €	95,91%	1 310 120,49 €	1 307 419,19 €	2 701,30 €	99,79%	-7,37%
SEGUROS	118 085,19 €	118 085,19 €	100,00%	127 909,40 €	127 909,40 €	- €	100,00%	8,32%
REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	6 554,13 €	6 554,13 €	100,00%	7 506,78 €	7 490,79 €	15,99 €	99,79%	14,54%
DESLOCAÇÕES E ESTADAS	34 475,69 €	29 911,87 €	86,76%	42 893,40 €	41 750,34 €	1 143,06 €	97,34%	24,42%
EST., PARCERES, PROJECTOS E CONSULT. FORMAÇÃO	141 188,10 €	141 188,10 €	100,00%	46 137,62 €	46 137,62 €	- €	100,00%	-67,32%
SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	11 463,40 €	11 463,40 €	100,00%	29 628,27 €	29 628,27 €	- €	100,00%	158,46%
PUBLICIDADE	85 785,23 €	82 353,63 €	96,00%	94 619,11 €	91 129,71 €	3 489,40 €	96,31%	10,30%
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	246 724,80 €	230 352,95 €	93,36%	303 900,76 €	303 900,76 €	- €	100,00%	23,17%
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	133 393,41 €	124 380,31 €	93,24%	191 530,69 €	189 279,62 €	2 251,07 €	98,82%	43,58%
OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	76 391,56 €	73 489,32 €	96,20%	190 078,15 €	189 739,48 €	338,67 €	99,82%	148,82%
SERVIÇOS DE SAÚDE	21 524,11 €	21 524,11 €	100,00%	19 868,40 €	19 868,40 €	- €	100,00%	-7,69%
ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	564 260,70 €	563 041,22 €	99,78%	582 743,69 €	582 707,87 €	35,82 €	99,99%	3,28%
OUTROS SERVICOS	8 553 411,37 €	8 004 831,72 €	93,59%	7 132 018,67 €	7 124 291,97 €	7 726,70 €	99,89%	-16,62%
<b>Total</b>	<b>15 482 502,64 €</b>	<b>14 722 570,82 €</b>		<b>14 398 688,36 €</b>	<b>14 148 337,21 €</b>	<b>250 351,15 €</b>	<b>98,26%</b>	<b>-7,00%</b>

Pela análise do quadro anterior pode-se observar um decréscimo no cômputo geral da aquisição de serviços (-) 7,00 %. A rubrica que apresenta o maior peso face ao total (49,53%) diz respeito aos encargos com a Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Recolha e tratamento de Afluentes – Saneamento, conforme consta do Quadro 18 – Outros Serviços.

### Quadro 18 – Outros Serviços

Outros Serviços	
	Valor pago
Tratamentos Águas Residuais / SIMRIA (ADCL)	2.726.055,31 €
Utilização do aterro da SULDOURO	1.236.273,95 €
Recolha de RSU e Limpeza Urbana / SUMA	2.009.887,84 €
Outros Serviços	1.152.074,87 €
<b>Total</b>	<b>7.124.291,97 €</b>

Apraz relevar que, a percentagem do valor pago face ao valor faturado na aquisição de bens e na aquisição de serviços é de 96,7% e 98,2%, respetivamente, comprovando a capacidade que o Município detém em solver os seus compromissos atempadamente.

## Transferências Correntes

Na esfera das atribuições que são conferidas ao Município em vários campos de ação que vão desde a educação, ação social, desporto, património, cultura e ciência, o Município conferiu ao longo deste exercício económico determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando uma clara preocupação no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos sectores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Na rubrica de transferências estão registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como:

- transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar;
- transferência para a Administração Local – Freguesias, que se destinam a apoiar o funcionamento das suas atividades;
- transferências para a Administração Central – Serviços e Fundos Autónomos;
- transferências para Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras;
- transferências para as famílias, que passa pela concessão de apoios sociais e económicos a pessoas portadoras de deficiências, atribuição de bolsas de estudo, apoios a atletas na área desportiva, e outras transferências.

No que respeita à rubrica dos Subsídios, tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim, consideram-se “Subsídios”, os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, auxiliando nas correspondentes despesas de funcionamento.

Seguidamente apresenta-se um quadro, onde estão presentes um resumo das transferências correntes e subsídios atribuídos. O discriminativo destas transferências encontram-se espelhadas no Anexo dos documentos constantes da Prestação de contas, nomeadamente no mapa – Transferências Correntes – Despesas.

### Quadro 19 – Evolução das Transferências Correntes e Subsídios

	Execução		Taxa de Variação %	%Desp Correntes	%Desp Total
	2014	2015			
Transferências Correntes	2.330.847,58 €	2.355.919,41 €	1,08%	6,65%	4,56%
Subsídios	1.881.544,00 €	1.752.600,00 €	-6,85%	4,95%	3,39%
Total	4.212.391,58 €	4.108.519,41 €	-2,47%	11,60%	7,94%
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>37.232.663,94 €</b>	<b>35.431.723,46 €</b>		<b>100,00%</b>	<b>68,51%</b>
<b>Total Despesas</b>	<b>57.422.775,55 €</b>	<b>51.719.491,22 €</b>			<b>100,00%</b>

### Investimento Global

Neste conceito de investimento global do Município estão incluídos o Investimento Direto - Aquisição de bens de capital, Transferências de Capital (Investimento indireto), Ativos Financeiros e Outras despesas de capital.

A observação do próximo quadro permite refletir sobre a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos dois anos, assim como sobre o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

### Quadro 20 – Investimento Global

Rubricas	2014		2015			
	Despesa Executada	%Desp Total	Despesa Executada	%Desp Total	%Desp Capital	variação %
Aquisição Bens de Capital	14.011.859,37 €	22,55%	8.928.206,15 €	17,26%	54,82%	-36,28%
Transferências de Capital	1.505.075,49 €	2,62%	2.032.510,89 €	3,93%	12,48%	35,04%
Activos Financeiros	- €	0,00%	- €		0,00%	
Outras Despesas de Capital	- €	0,00%	78.947,64 €	0,15%	0,48%	
<b>TOTAL</b>	<b>15.516.934,86 €</b>	<b>27,02%</b>	<b>11.039.664,68 €</b>	<b>21,35%</b>	<b>67,78%</b>	<b>-28,85%</b>

O investimento global representa cerca de 21% do total da despesa realizada da autarquia.

É nas Aquisições de Bens de Capital que o investimento da autarquia tem maior expressão, apresentam um valor de cerca de 9 milhões de euros e, constam de forma discriminada da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

O quadro seguinte reflete a política de investimentos diretos desenvolvida pela autarquia nas suas múltiplas áreas de intervenção.

**Quadro 21 – Plano Plurianual Investimentos do ano 2015**

Código	Classificação Funcional	Realização Valor	Coef.%
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>442.148,60 €</b>	<b>4,95%</b>
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	435.308,59 €	4,88%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	6.840,01 €	0,08%
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>5.512.522,45 €</b>	<b>61,74%</b>
2.1.	Educação	918.908,37 €	10,29%
2.2.	Saúde	59.763,26 €	0,67%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	- €	0,00%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	2.396.495,39 €	26,84%
2.4.1.	Habituação	27.253,80 €	0,31%
2.4.2.	Ordenamento do Território	361.007,74 €	4,04%
2.4.3.	Saneamento	1.222.798,26 €	13,70%
2.4.4.	Abastecimento de Água	284.646,13 €	3,19%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	500.789,46 €	5,61%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	2.137.355,43 €	23,94%
2.5.1.	Cultura	1.174.909,19 €	13,16%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	962.446,24 €	10,78%
<b>3.</b>	<b>Funções Económicas</b>	<b>2.973.535,10 €</b>	<b>33,30%</b>
3.2.	Indústria e energia	984.130,39 €	11,02%
3.2.1.	Indústria e energia	984.130,39 €	11,02%
3.3.	Transportes e Comunicações	1.812.487,44 €	20,30%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	1.812.487,44 €	20,30%
3.4.	Comércio e Turismo	176.917,27 €	1,98%
3.4.2.	Turismo	176.917,27 €	1,98%
3.5.	Outras Funções Económicas	- €	0,00%
3.5.1.	Dinamização Económica	- €	0,00%
3.5.2.	Termalismo	- €	0,00%
<b>Total PPI</b>		<b>8.928.206,15 €</b>	<b>100,00%</b>

A análise do quadro permite concluir que as Funções Sociais e as Funções Económicas têm uma posição de liderança, muito embora sejam as subfunções ordenamento do território, saneamento, protecção do meio ambiente e conservação da natureza e transportes rodoviários que mais contribuem para essa posição.

De seguida, apresentamos um quadro discriminado, que traduz a despesa associada às transferências de capital que representam 3,93% da despesa total e cerca de 12,48% da despesa de capital do Município.

**Quadro 22 – Transferências de Capital**

Entidade Financiadora	Transferências Efetuadas
ASS. HUMANITARIA BOMBEIROS V. ARRIFANA	17.000,00 €
ASS.HUMANITARIA BOMBEIROS V. LOUROSA	17.000,00 €
ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL DE ESCAPAES	18.000,00 €
ASSOCIAÇÃO HUM. BOMBEIROS V. DA FEIRA	17.000,00 €
ASSOCIAÇÃO MUNICIPIOS TERRAS S. MARIA	2.150,24 €
CLUBE DE TENIS DE PAÇOS DE BRANDÃO	80.000,00 €
CLUBE DESPORTIVO ARRIFANENSE	74.308,19 €
CLUBE DESPORTIVO FEIRENSE	97.213,25 €
FAB. IGREJA PAROQ. FREG. S. ANDRÉ GIÃO	32.965,00 €
FABRICA IGREJA PAROQ. FREG. S.J.VÉR	11.000,00 €
FIAES SPORT CLUBE	44.940,11 €
FREGUESIA DE ARGONCILHE	44.699,32 €
FREGUESIA DE ARRIFANA	35.408,76 €
FREGUESIA CALDAS SÃO JORGE E PIGEIOS	39.645,05 €
FREGUESIA DE CANEDO, VALE E VILA MAIOR	671.848,02 €
FREGUESIA DE ESCAPÃES	23.326,08 €
FREGUESIA DE FIÃES	41.353,94 €
FREGUESIA DE FORNOS	22.379,60 €
FREG. DE LOBÃO, GIÃO, LOUREDO E GUISANDE	88.899,48 €
FREGUESIA DE LOUROSA	42.794,14 €
FREGUESIA DE MILHEIROS DE POIARES	28.931,45 €
FREGUESIA DE MOZELOS	37.769,52 €
FREGUESIA DE NOGUEIRA DA REGEDOURA	32.500,88 €
FREGUESIA DE PAÇOS DE BRANDÃO	27.736,40 €
FREGUESIA DE RIO MEAO	32.862,31 €
FREGUESIA DE ROMARIZ	39.709,56 €
FREGUESIA DE S. JOÃO DE VÉR	59.655,43 €
FREGUESIA DE S. PAIO DE OLEIROS	25.418,75 €
FREGUESIA DE SANGUEDO	24.687,34 €
FREGUESIA DE SANTA MARIA DE LAMAS	28.686,59 €
FREGUESIA SÃO MIGUEL SOUTO E MOSTEIRO	52.661,44 €
FREG. S.M.FEIRA, TRAV., SANFINS E ESPARGO	116.483,94 €
JUVENTUDE DE SANGUEDO	5.000,00 €
LIGA DOS AMIGOS DA FEIRA (LAF)	10.000,00 €
LUSITANIA FUTEBOL CLUBE - LOUROSA	88.476,10 €
<b>TOTAL</b>	<b>2.032.510,89 €</b>

## Serviço de Dívida

Considerando a importância da dívida de médio e longo prazo no contexto do endividamento municipal, assume particular relevância avaliar o peso dos encargos daí decorrentes, designadamente no que respeita aos juros e amortizações, e o seu peso no total da despesa e receita municipal.

O quadro seguinte espelha a evolução do serviço de dívida no último triénio, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pelo Município.

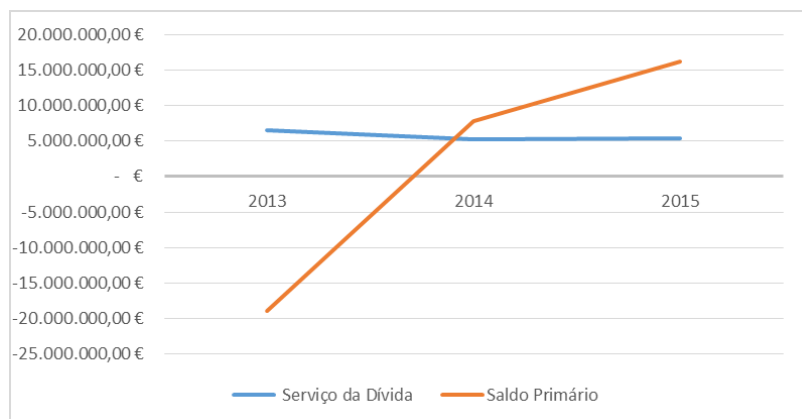
**Quadro 23 – Evolução do Serviço da Dívida**

	2013	2014	2015
Juros	544.997,43 €	612.798,67 €	513.282,16 €
Amortizações	5.029.946,83 €	4.673.176,75 €	4.836.365,08 €
Amortização de Emp.curto prazo	1.000.000,00 €	- €	- €
<b>Total do Serviço da Dívida</b>	<b>6.574.944,26 €</b>	<b>5.285.975,42 €</b>	<b>5.349.647,24 €</b>
<b>Taxa de Crescimento do Serviço da Dívida</b>		<b>-19,60%</b>	<b>1,20%</b>
Juros / Receita Total Cobrada	1,12%	1,17%	0,74%
Juros / Despesa Total Paga	1,12%	1,18%	0,99%
Juros / Despesa de Capital Paga	2,67%	3,06%	3,15%
Serviço da Dívida / Receita Total Cobrada	11,89%	10,75%	7,76%
Serviço da Dívida / Despesa Total Paga	11,91%	10,88%	10,34%

**Quadro 24 – Serviço da Dívida / Saldo Primário**

	2013	2014	2015
Serviço da Dívida	6.574.944,26 €	5.285.975,42 €	5.349.647,24 €
Saldo Primário	- 18.932.701,83 €	7.808.055,95 €	16.184.958,58 €

**Gráfico 11 – Evolução do Serviço da Dívida versus Saldo Primário**



Como se pode aferir pelo gráfico supra, o Município de Santa Maria da Feira, a partir de finais de 2013, garantiu um saldo primário superior ao serviço da dívida, o que demonstra a sua sustentabilidade financeira, sustentabilidade essa confirmada e alicerçada ao longo do ano de 2015.

#### IV. Estrutura Orçamental - Rácios

A execução orçamental e do plano traduzem a estratégia integrada da gestão do Município, exposta através de indicadores de gestão permitindo uma análise direta da evolução da entidade no último quadriénio.



**Quadro 25 - Rácios**

<b>Rácios Receita Líquida</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Imp.Directos/Rec. Correntes	48,01%	46,99%	47,73%
Transf.Correntes/Rec. Correntes	35,98%	34,32%	36,46%
Venda Bens e Serv./Rec. Corrente	6,58%	9,72%	7,57%
Rec. Correntes/ Rec. Totais	62,72%	78,57%	75,39%
Rec. Capitais/ Rec. Totais	36,14%	21,43%	10,00%

<b>Rácios Despesa</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Pessoal/Desp. Correntes	30,11%	37,15%	38,95%
Aq.Bens e Serv./Desp. Correntes	52,29%	46,21%	46,65%
Investimentos/Desp. De Capital	66,44%	69,40%	54,82%
Passivos Fin./Desp. De Capital	21,44%	23,15%	29,69%
Desp. Correntes/Desp. Total	62,29%	64,84%	68,51%
Desp. Capital/Desp.Total	37,71%	35,16%	31,49%

<b>Rácios Financeiros</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Pessoal/Rec. Correntes	28,64%	26,23%	26,54%
Amortiz+Juros/Rec. Totais	8,44%	7,73%	7,76%
Rec.Correntes/Desp.Correntes	105,14%	141,64%	146,76%
Rec.Capital/Desp.Capital	100,08%	71,22%	42,33%



## PARTE II – ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

## V. Dívida Municipal

### Introdução

A Lei das Finanças Locais n.º 73/2013 de 3 de setembro, que revoga, entre outras, a anterior Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, cujo objetivo é garantir a implementação integral do quadro consagrado na Lei de Enquadramento Orçamental, quanto à inclusão de todas as entidades públicas relevantes no perímetro do governo local, ao quadro plurianual de despesas, à programação orçamental, ao novo conceito de equilíbrio orçamental, ao regime de crédito e endividamento, à prestação das contas, quer individuais, quer consolidadas, bem como os deveres de informação e transparência.

A LOE para 2015 continua a impor limites de redução do endividamento nomeadamente ao nível dos pagamentos em atraso, como a obrigação, da utilização do aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI) resultantes do processo de avaliação geral dos prédios urbanos na redução do endividamento de médio e longo prazo do Município, tal como define o artigo 94º, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 75-A/2014 de 30 de julho, que abaixo se transcreve:

*1 – Até ao final do ano de 2015, as entidades incluídas no subsector da administração local reduzem, para além das já previstas no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo, 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados, em setembro de 2014, no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).*

*2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, os municípios reduzem, até ao final do 1.º semestre de 2015, e em acumulação com os já previstos no PAEL, no mínimo, 5 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2014.*

*3 – À redução prevista no número anterior acresce a redução resultante da aplicação aos municípios do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.*

*4 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, e nos termos da alínea f) do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 7.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, o aumento da receita das transferências referidas nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 85.º face à prevista na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.os 13/2014, de 14 de março, e 75-A/2014, de 30 de setembro, e o aumento de receita do IMI, resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º*

60-A/2011, de 30 de novembro, e da alteração do artigo 49.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, são consignados à utilização numa das seguintes finalidades:

a) Capitalização do Fundo de Apoio Municipal, previsto na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto;

b) Pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de agosto de 2014;

c) Redução do endividamento de médio e longo prazo do Município.

5 – Os municípios que cumpram o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, podem utilizar os aumentos de receita referidos no número anterior na realização antecipada das respetivas contribuições para o Fundo de Apoio Municipal previstas no n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

6 – Até 31 de julho de 2015, a AT comunica aos municípios e à DGAL o valor do aumento da receita do IMI referida no n.º 4.

7 – No caso de incumprimento das obrigações previstas no presente artigo, há lugar à retenção, no montante equivalente ao do valor em falta, da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e das receitas do IMI.

8 – O montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

## Evolução da dívida global

No presente ano, iremos apreciar a dívida conforme a informação vertida no balanço individual, sendo que, apenas, se examinará a dívida comercial e financeira, ou seja, será apenas tida em consideração as operações de natureza orçamental, excluindo as cauções de garantias bancárias, quer em dinheiro, quer em documentos, por estarem vinculadas a atos futuros e que não dependem da atividade do Município.

**Quadro 26 – Evolução da Dívida**

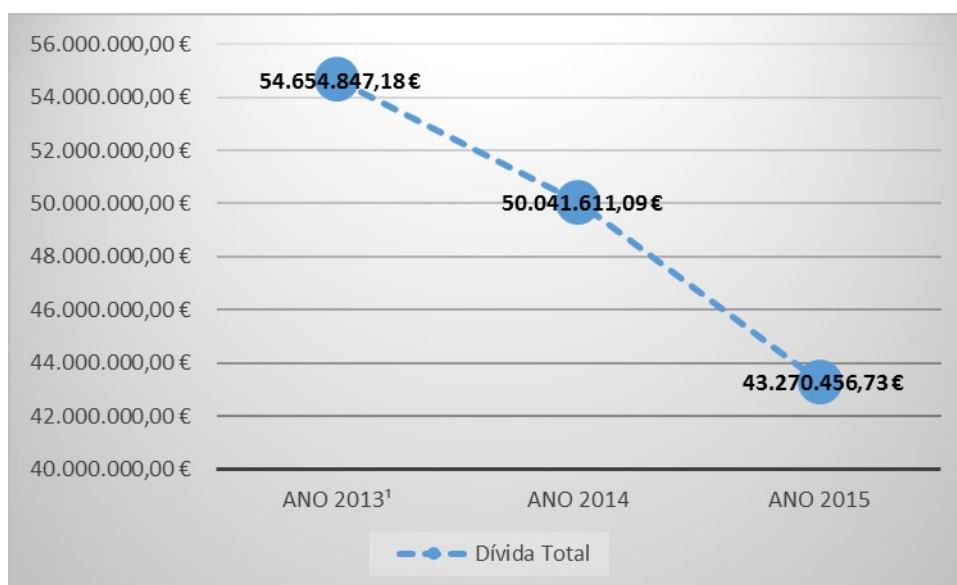
Descrição da Natureza da Dívida	Ano 2013 <sup>1</sup>	Ano 2014	Ano 2015	Δ 2015/2013	Δ 2015/2014	Valores em absoluto 2015/2013	Valores em absoluto 2015/2014
Dívida de médio e longo prazo	46.033.237,17 €	42.489.509,28 €	37.205.258,61 €	-19,18%	-12,44%	- 8.827.978,56 €	- 5.284.250,67 €
Dívida de curto prazo ( sem OT )	8.621.610,01 €	7.552.101,81 €	6.065.198,12 €	-29,65%	-19,69%	- 2.556.411,89 €	- 1.486.903,69 €
Dívida Total	54.654.847,18 €	50.041.611,09 €	43.270.456,73 €	-20,83%	-13,53%	- 11.384.390,45 €	- 6.771.154,36 €

<sup>1</sup>No ano de 2013, não se imputava a componente dos empréstimos de médio e longo prazo a pagar no ano seguinte, na dívida de curto prazo, pelo que, para efeitos de comparabilidade foi realizado a referida imputação.

Numa avaliação global ao período compreendido entre 2013 a 2015, ressalta como principal conclusão a diminuição das duas componentes da dívida, quer de médio e longo prazo, quer de curto prazo, o que reflete a trajetória que o Município adotou, convergindo para uma redução sistemática e contínua do endividamento municipal, quer ao nível do *déficit* público municipal, quer ao nível do *déficit* público nacional.

Da análise ao quadro supra, constata-se que a dívida do Município atingiu na gerência de 2015 o montante global de 43.270.456,73 €, montante este, que reflete um abatimento em relação ao ano transato no montante de 6.771.154,36 €.

**Gráfico 12 – Evolução da Dívida Global**



Os níveis de endividamento têm vindo a diminuir de uma forma sistemática e consistente ao longo destes últimos anos, sustentados quer pelo controlo rigoroso da dívida de curto prazo, quer pelas amortizações ordinárias dos empréstimos. A dívida global no período compreendido entre 2013 e 2015 teve uma diminuição substancial, traduzindo-se em menos 11.384.390,45 €.

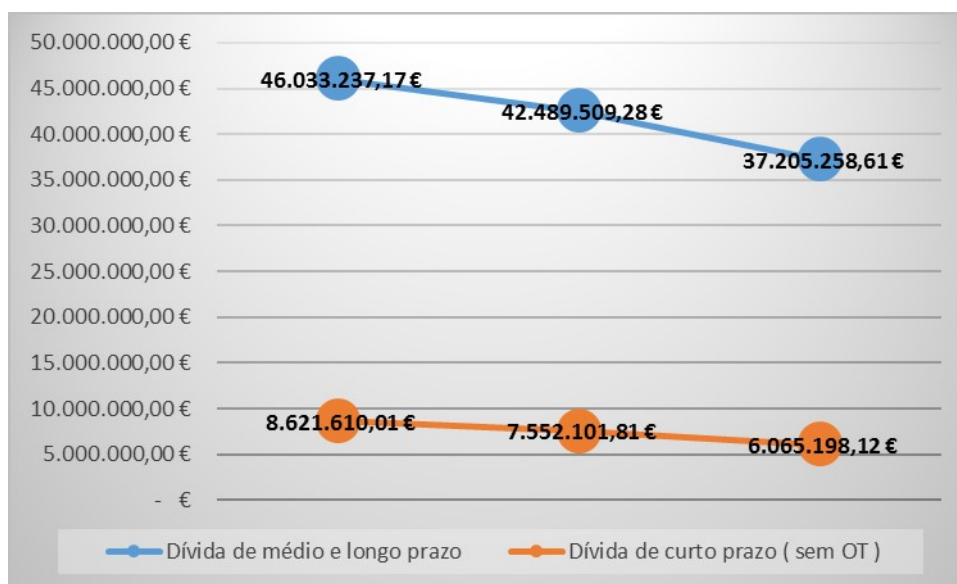
Em comparação com a gerência de 2013, o Município, reduziu em 20,83% a sua dívida total, com uma redução que passou de 54.654.847,18 € para 43.270.456,73 €, redução esta bastante significativa.

A componente da dívida de médio e longo prazo foi a que contribuiu mais para esta diminuição pelo decréscimo das amortizações ordinárias.

Quanto à componente dívida de curto prazo, foi aquela que registou uma menor redução pelo facto da dívida desta natureza estar devidamente consolidada e controlada, tendência que se tem verificado ao longo dos últimos anos.

Esta componente, tal como a dívida de médio e longo prazo, será igualmente alvo de uma exposição mais detalhada no capítulo adequado.

**Gráfico 13 – Dívida de Médio e Longo Prazo / Dívida de Curto Prazo**



Os resultados obtidos nestes dois últimos anos comprovam a tendência de redução do nível de endividamento do Município e o seu esforço na consolidação orçamental. Demonstra, que o Município soube adequar o seu orçamento à conjuntura económica de crise, através da promoção de um grande esforço de contenção e racionalização das suas despesas face às receitas arrecadadas.

Como resultado desta política, o Município finalizou o ano de 2015 com 647,70% de liquidez imediata, que mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando apenas os montantes de disponibilidades. Se analisarmos outros indicadores, tais como, liquidez reduzida (inclui mais o valor da dívida de clientes) a percentagem da capacidade do Município solver as suas dívidas sobe para 844,00%.

Da apreciação geral, podemos concluir, que nos últimos anos, o Município de Santa Maria da Feira tem-se pautado pelo controlo rigoroso do seu passivo, bem como do controlo do endividamento municipal.

#### Dívida de médio e longo prazo

No ano económico em apreço, a dívida, dos empréstimos de médio e longo prazo, obteve uma diminuição que ascendeu a 4.872.513,67 € relativamente ao ano de 2014, perfazendo um total em dívida de 35.146.561,56€. A par desta diminuição encontra-se o pagamento das primeiras tranches referentes ao Fundo de Apoio Municipal que se traduziu no valor de 411.738,00 €.

### Quadro 27 – Dívida de Médio e Longo Prazo

Dívida de médio e longo prazo	Ano 2013 <sup>1</sup>	Ano 2014	Ano 2015	Δ 2013/2015	Δ 2014/2015
- Empréstimos bancários	44.314.371,39 €	40.019.075,23 €	35.146.561,56 €	-20,69%	-12,18%
- Acordos de pagamento	1.718.865,78 €	- €		-100,00%	
- Fundo Apoio Municipal (FAM)		2.470.434,05 €	2.058.697,05 €		-16,67%
<b>Total</b>	<b>46.033.237,17 €</b>	<b>42.489.509,28 €</b>	<b>37.205.258,61 €</b>	<b>-19,18%</b>	<b>-12,44%</b>

<sup>1</sup>No ano de 2013, não se imputava a componente dos empréstimos de médio e longo prazo a pagar no ano seguinte, na dívida de curto prazo, pelo que, para efeitos de comparabilidade foi realizado a referida imputação.

O contributo das parcelas mais significativas para a diminuição da dívida de médio e longo prazo, são nomeadamente:

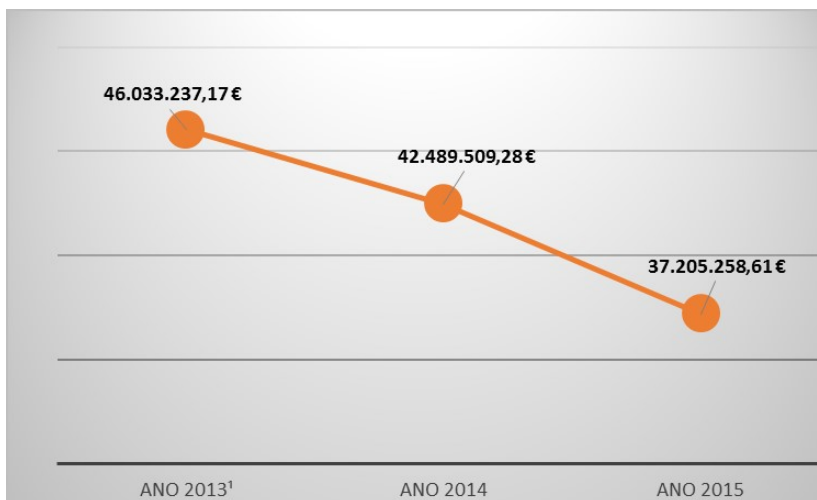
- Empréstimo do PAEL, foi o que originou uma queda mais acentuada no montante de 899.996,90 €, empréstimo este que não obteve período de carência.
- De seguida, os empréstimos que registaram igualmente uma diminuição significativa, foi o PREDE (Programa pagar a tempo e horas para os Municípios), no montante de 640.000,00 €, e de seguida o empréstimo “Pagar a Tempo e Horas” da DGTF no montante de 480.000,00 €.
- De seguida foi a contribuição do Município de Santa Maria da Feira para o Fundo de Apoio Municipal no montante de 411.738,00 €, que contribui para esta diminuição.
- No decurso da gerência não finalizaram empréstimos.
- Informa-se igualmente que o Município procedeu a algumas retificações aos valores em dívida de alguns empréstimos, em virtude de existirem incoerências oriundas de anos remotos respeitantes a alterações de aplicações, quer dos bancos, quer referentes a alterações aos juros bonificados. Sendo que, só no decurso de 2015 se conseguiu compilar toda a documentação perante as entidades bancárias com toda a veracidade e validade de tais valores, que passamos a relatar (estas diferenças encontram-se devidamente explanadas no Mapa dos Empréstimos – DOC -26/TC):

### Quadro 28 – Mapa demonstrativo das correções efetuadas aos empréstimos

Empréstimo nº	Capital em dívida a 31/12/2014 registada pelo Município	Capital em dívida a 31/12/2014 registada pela Instituição Crédito	Diferença apurada	Valor corrigido	Capital em dívida a 31/12/2015
<b>Caixa Geral Depósitos</b>					
0306/002883/091	156.519,17	157.003,24	-484,07	484,07	104.967,18
9140/0013471/891	44.846,95	45.061,83	-214,88	214,88	40.965,30
9140/013474/291	48.152,67	48.383,39	-230,72	230,72	43.984,90
<b>Santander Totta</b>					
000301876282096	15.029,37	16.408,93	-1.379,56	1.379,56	14.982,07
<b>Banco Português Investimento</b>					
1597861165/001/0666	142.529,13	142.735,40	-206,27	0	130.793,91
1597861165/002/0666	247.960,65	248.319,16	-358,51	0	227.544,66

Relativamente ao BPI ainda continuam a existir as diferenças. Contudo, o Município apesar de todas as diligências efetuadas com a referida entidade, e não tendo obtido a colaboração no sentido de resolver tais diferenças, manteve o valor que detém em balanço, uma vez que está convicto de que esse valor que detém em dívida é o valor que está correcto, pois esta diferença deve-se unicamente a um problemas de transferência nas aplicações do BPI.

**Gráfico 14 – Dívida de Médio e Longo Prazo**

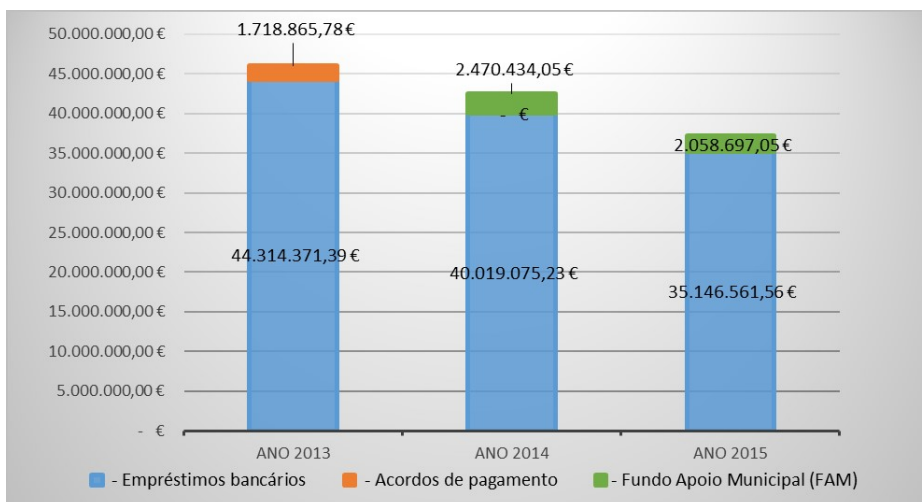


Como se pode analisar pelo gráfico infra, desde 2013 que a dinâmica da dívida é no sentido da diminuição da dívida de médio e longo prazo, que tem vindo a registar anualmente um valor em média de 4.400 M€, que no final de 2015 apresenta uma dívida de 37.205.258,61 €, que representa menos 12,44%, em comparação com o ano de 2014.

Não podemos deixar de referir que neste montante se encontra englobada a dívida relativa ao FAM, a qual, não permite uma redução mais acentuada.

O Município de Santa Maria da Feira, desde 2013 que finalizou os acordos de pagamento que detinha com os fornecedores.

**Gráfico 15 – Natureza da Dívida de Médio e Longo Prazo**





## Dívida de curto prazo

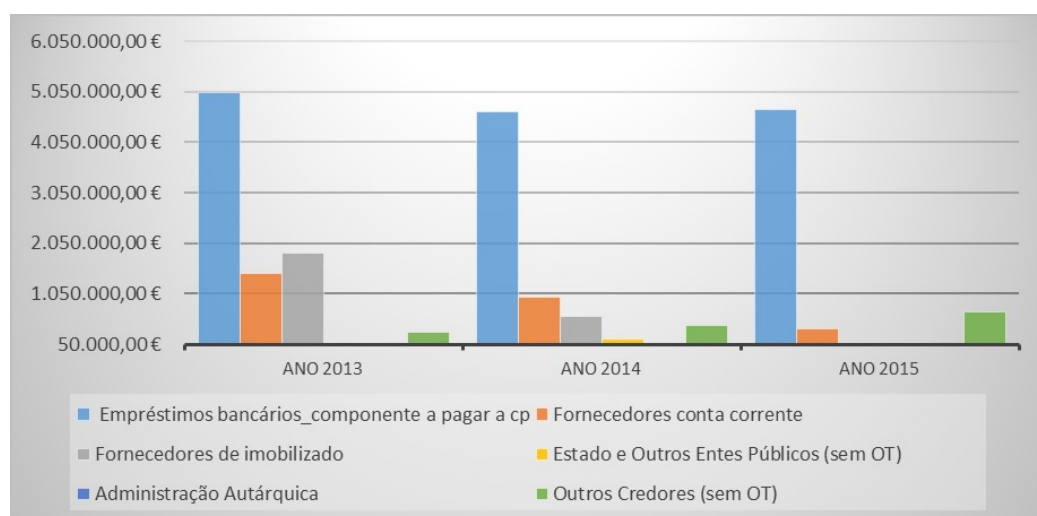
Tal como inferimos anteriormente a análise a realizar é o reflexo do balanço do Município com as suas devidas reclassificações, como é o caso dos empréstimos de médio e longo prazo cuja componente a pagar em 2016 aparece como dívida de curto prazo, onde incorpora igualmente a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais, do Estado e de outros credores diversos, cuja evolução se encontra espelhada no quadro infra.

**Quadro 29 – Dívida de Curto Prazo**

Dívida de curto prazo	Ano 2013 <sup>1</sup>	Ano 2014	Ano 2015	Δ 2013/2015	Δ 2014/2015
Empréstimos bancários_componente a pagar a cp	5.029.946,83 €	4.652.066,24 €	4.690.524,06 €	-6,75%	0,83%
Adiantamento por conta de Vendas	- €	761.559,88 €	293.239,88 €		-61,49%
Fornecedores conta corrente	1.439.528,19 €	977.075,54 €	350.615,03 €	-75,64%	-64,12%
Fornecedores de imobilizado	1.853.071,99 €	596.141,51 €	7.605,61 €	-99,59%	-98,72%
Estado e Outros Entes Públicos (sem OT)	- €	140.328,11 €	32.767,23 €		-76,65%
Administração Autárquica	11.575,35 €	8.203,55 €	6.063,53 €	-47,62%	-26,09%
Outros Credores (sem OT)	287.487,65 €	416.726,98 €	684.382,78 €	138,06%	64,23%
<b>Total</b>	<b>8.621.610,01 €</b>	<b>7.552.101,81 €</b>	<b>6.065.198,12 €</b>	<b>-29,65%</b>	<b>-19,69%</b>

<sup>1</sup>No ano de 2013, não se imputava a componente dos empréstimos de médio e longo prazo a pagar no ano seguinte, na dívida de curto prazo, pelo que, para efeitos de comparabilidade foi realizado a referida imputação.

**Gráfico 16 – Natureza da Dívida de Curto Prazo**



A 31 de dezembro de 2015, e expurgando o montante de operações não orçamentais, nomeadamente, as garantias bancárias por se tratar de um ato futuro que não decorre da atividade do Município, o valor da dívida a curto prazo fixou-se em 6.065.198,12 €.

Em termos globais, o volume da componente da dívida de curto prazo, diminuiu de 2014 para 2015, em 1.486.903,69 € que corresponde, a um abatimento extraordinário de 19,69%.

Ao procedermos à análise comparativa da dívida de curto prazo, no último triénio, constata-se que o Município tem empreendido um esforço significativo no controlo do seu endividamento, pois apesar do efeito do recurso ao empréstimo PAEL, com efeitos significativos no final de 2013, a dívida em 2015, obteve um decréscimo adicional 2.556.411,89 € ou seja, 29,65% em relação a 2013.

A diminuição da dívida de curto prazo tem tendência a estabilizar, o que é de todo compreensível, uma vez que os níveis da dívida das componentes mais importantes na atividade operacional do Município se encontram estabilizados.

Ao analisarmos todas as componentes que compõem a dívida de curto prazo constata-se que a maioria das componentes contribuíram positivamente para esta diminuição da dívida, à exceção da componente Outros Credores, mais especificamente Credores Diversos – Outros, Fundos Comunitários, FEDER, POVT e DGEST.

Esta componente para além de refletir o montante de 411.739,00 €, referente à componente de curto prazo a pagar do FAM, situação esta, que não decorre de uma responsabilidade da iniciativa do Município, mas de uma obrigação que resulta de uma imposição legal, engloba também os valores que o Município tem que devolver no âmbito de três candidaturas.

Esta devolução decorre de uma decisão da Comissão Ministerial do Coordenação (CMC) do QREN de 17 de julho de 2012 que aprovou os pagamentos de top-up.

Esta modalidade de pagamento traduz-se, na prática, numa antecipação temporal do financiamento comunitário, correspondendo assim a um adiantamento FEDER/Fundo de Coesão com o conseqüente adiamento do esforço de mobilização da contrapartida nacional por parte do Município.

Os pagamentos de top-up, de acordo com a referida deliberação, consistiam em adiantamentos FEDER/Fundo de Coesão a realizar para os pedidos de pagamento de reembolso e pedidos de adiantamento contra fatura apresentados desde 1 de janeiro de 2012.

Com o valor de top-up, cada pedido de pagamento era acrescido de um adiantamento de modo a que o pagamento total FEDER/Fundo de Coesão seria feito a uma taxa de 95%, destinada a promover a aceleração na execução da operação através de um reforço de tesouraria.

Este adiantamento não tinha reflexos na taxa de cofinanciamento aprovada para a operação e nunca poderia ultrapassar 95% do FEDER/Fundo de Coesão aprovado para a operação.

Em virtude do investimento elegível executado de algumas operações ter ficado abaixo do investimento elegível aprovado, o montante de FEDER/Fundo de Coesão a receber seria inferior ao aprovado.

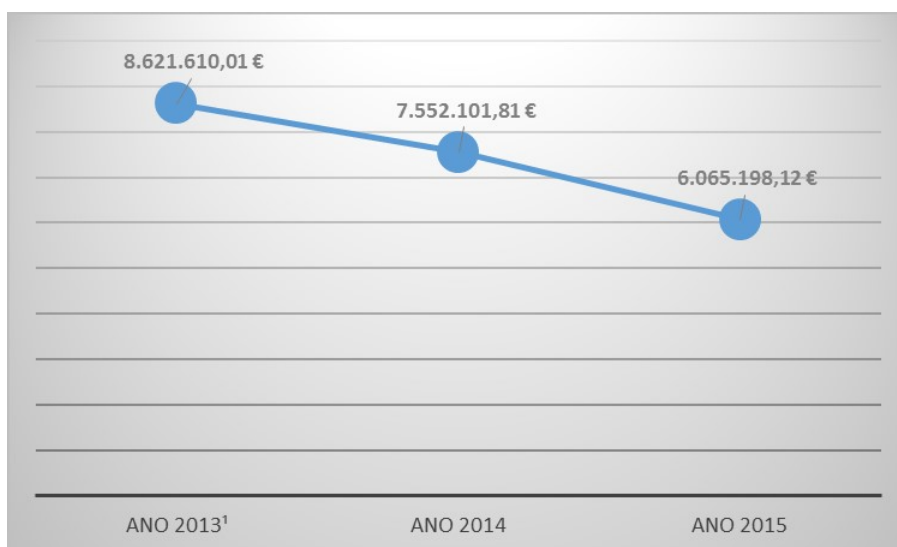
Em virtude de os pagamentos do fundo, no âmbito dos pedidos de pagamento terem sido processados a 95%, no final do projeto o Município terá recebido uma verba superior ao FEDER/Fundo de Coesão aprovado (85% do total executado).

Face esta situação, em fase de aprovação de relatório final, o Município terá de devolver o valor remanescente.

No âmbito da Requalificação Ambiental das Pedreiras de Lourosa o Município terá de devolver 90.766,00 €, na obra Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua, 104.764,66 €, já regularizada à data da elaboração deste relatório. E por último na Requalificação/Ampliação Esc. Básica Paços Brandão 77.113,12 €.

Tal como, no ano transato, o valor em dívida no final de 2015, reporta-se apenas a alguma faturação de dezembro, tendo ficado por pagar apenas aquelas que se encontravam em estado de conferência e, ainda não vencidas. Pelo que, a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, permitindo assim a concretização de pagamentos dentro dos prazos estabelecidos.

**Gráfico 17 – Redução Endividamento**



### Prazo médio de pagamento

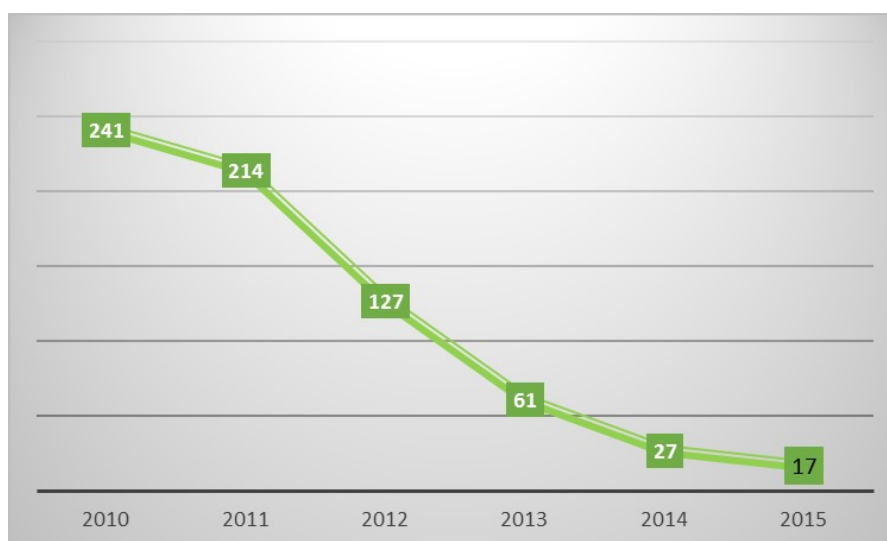
O cálculo do prazo médio de pagamentos é realizado com base no Despacho n.º 98760/2009, de 13 de abril, publicado no DR n.º 71, 2ª Série Parte C, que abrange as dívidas de curto prazo a fornecedores, que correspondem à soma das contas de classificação orçamental e patrimonial 22, 252, 261, 265, 266 e 267 do POCAL, enquanto as aquisições de bens e serviços, correspondem à soma das contas 31 e 62 e das aquisições de imobilizado registadas nas contas 42, 442, 445, e 45 do POCAL.

Apraz registar a trajetória decrescente e constante do prazo médio de pagamento a fornecedores desde de 2010, que atingiu em 2015, um PMP muito reduzido de 17 dias, o que releva o rigor com que o Município se tem pautado para honrar os seus compromissos.

**Quadro 30 – Prazo Médio de Pagamentos**

Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº Dias	241	214	127	61	27	17

**Gráfico 18 – Evolução do Prazo Médio de Pagamentos**



*Em síntese, o Município apresenta um nível de endividamento global decrescente, consistente e contínuo, o que demonstra o rigor com que se tem pautado a sua atividade, tendo em 2015, atingido o montante de 43.270.456,73 € (sem Operações de Tesouraria), sendo de salientar:*

- *A diminuição da recuperação da dívida de curto prazo municipal, que passou para 4 dias, no ano em apreço, tendo em conta as receitas regulares expurgadas das despesas rígidas e vinculadas (despesas com pessoal + juros EMLP);*
- *A taxa de cobertura da dívida municipal pela receita total disponível, sem considerar os passivos financeiros cobrados atinge em 2015, 159,48%.*

*Uma situação financeira de curto prazo equilibrada, caracterizada por:*

- *Reduzimos o montante em dívida desta natureza para 1.374.674,06 € (sem Operações de Tesouraria);*
- *Elevado saldo orçamental, que permite uma taxa de cobertura da dívida correspondente em 647,70%;*
- *Prazo médio de pagamentos a terceiros e a fornecedores atingiu em 2015 os 17 dias.*

## Redução do endividamento e dos pagamentos em atraso

As grandes alterações legislativas ocorridas nos últimos anos, nomeadamente a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), bem como a LOE para 2015, continuam a impor a redução obrigatória dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, o que implica que o controlo da dívida, nomeadamente a de curto prazo, assuma uma importância extremamente relevante no contexto da gestão autárquica.

De acordo com o previsto no n.º1 do artigo 98º do OE 2015, o Município até ao final de 2015, deverá reduzir no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em setembro de 2014, para além das já previstas no PAEL.

O n.º 2 do artigo 98º do OE 2015, refere que o Município deverá ainda, até ao final do 1º semestre de 2015, e em acumulação com os já previstos no PAEL, reduzir no mínimo 5% de pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2014, situação esta não aplicável ao Município de Santa Maria da Feira.

À redução prevista no número anterior, acresce a redução resultante da aplicação aos municípios do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro (redução remuneratória).

No caso de incumprimento das reduções referidas anteriormente, o OE 2015 prevê uma redução das transferências do Orçamento de Estado no montante equivalente ao valor da redução respetivamente em falta.

O quadro infra demonstra a poupança realizada com a aplicação do disposto nos parágrafos anteriores:

Poupança registada pelo município, durante o ano de 2015, resultante da aplicação do disposto no nº 3 do artigo 98º da LOE/2015, isto é, da redução das remunerações ilíquidas mensais de valor superior a € 1.500	128.514,51 €
--	--------------

Para além do exposto atrás, no artigo 98º n.º 4, refere que, o aumento da receita das transferências referidas nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 85.º face à prevista na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.os 13/2014, de 14 de março, e 75-A/2014, de 30 de setembro, e o aumento de receita do IMI, resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, e da alteração do artigo 49.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, são consignados à utilização numa das seguintes finalidades:

- Capitalização do Fundo de Apoio Municipal, previsto na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto;
- Pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de agosto de 2014;
- Redução do endividamento de médio e longo prazo do Município.

Diz o número cinco do mesmo artigo, que os municípios que cumpram o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, podem utilizar os aumentos de receita referidos no número anterior na realização antecipada das respetivas contribuições para o Fundo de Apoio Municipal previstas no n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

A direção geral da autoridade tributária e aduaneira, remeteu nos termos do artigo 98.º n.º 4 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, o apuramento do aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos (AG) constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, que, no caso do Município de Santa Maria da Feira importou numa variação positiva da receita de IMI no montante de 884.321,41 €.

No caso de incumprimento das obrigações previstas no presente artigo, há lugar à retenção, no montante equivalente ao do valor em falta, da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e das receitas do IMI (artigo 98º n.º7).

O montante referente à contribuição de cada Município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (artigo 98º n.º8).

Deste modo, vimos comprovar pelos quadros infra, o cumprimento da redução do endividamento pelo Município de Santa Maria da Feira.

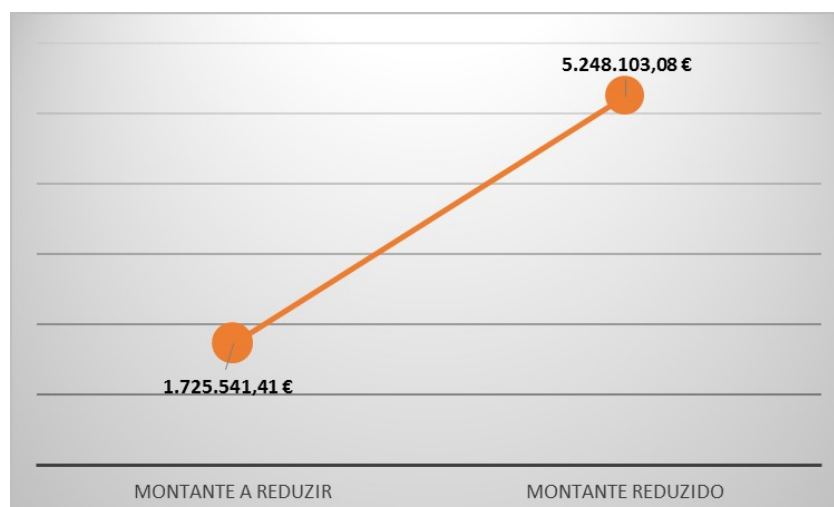
#### **Aferição do cumprimento do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 98º da LOE/2015**

##### **Redução do endividamento municipal em 2015**

Aumento da receita decorrente de:	Valores
Aumento das transferências a título de FEF e IRS *	841.220,00
Aumento da receita do IMI *	884.321,41
<b>Total</b>	<b>1.725.541,41</b>

Finalidades previstas no art. 98º, nº 4 da LOE/2015			
Capitalização do FAM <i>alínea a)</i>	Pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de agosto 2014 <i>alínea b)</i>	Redução do endividamento de médio e longo prazo <i>alínea c)</i>	<b>Total</b>
411.738,00 €	N/A	4.836.365,08 €	<b>5.248.103,08 €</b>

**Gráfico 19 – Dívida Total do grupo municipal**



Importa referir que no final de 2014, foi emitido um parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que comunica que a redução do endividamento de médio e longo prazo, pode ser realizada por via das amortizações ordinárias dos empréstimos, não se tendo que recorrer a amortizações extraordinárias, como tinha sido prática deste Município.

O Município de Santa Maria da Feira, prosseguiu ao longo de 2015 a consolidação da sua situação financeira, contribuindo, quer para o nível do *déficit* público municipal, quer para o nível do *déficit* público nacional. Desde 2014 que o Município de Santa Maria da Feira deixou de fazer parte integrante da lista dos municípios com pagamentos em atraso.

## VI. Análise da capacidade de endividamento do Município

Foi publicada a 3 de setembro de 2013 a nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013), com entrada em vigor a 01 de janeiro de 2014, e publicada a Lei n.º 75/2013 a 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico das transferências de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, com entrada em vigor a 29 de setembro de 2013.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vem considerar outro conceito de dívida, deixam de existir os três limites ao endividamento (endividamento líquido, endividamento de médio e longo prazo e endividamento de curto prazo), circunscrevendo-se apenas um limite, o de dívida total.

Assim, n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, define dívida total, que se refere à dívida de operações orçamentais do Município, incluída as entidades previstas no art.º 54º, não pode

ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O n.º 2 do mesmo artigo refere que a dívida total de operações orçamentais engloba:

- Os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49º;
- Os contratos de locação financeira;
- Quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios (ou outras entidades relevantes) junto de instituições financeiras;
- Todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

As exceções ao endividamento desaparecem na nova Lei das Finanças Locais, admitindo-se a ultrapassagem do limite em caso de calamidade pública. No caso em que um Município cumpra o limite de endividamento na data de entrada em vigor da presente lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52º apenas por efeito da existência de dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei, não deve ser sujeito a sanções (artigo 84 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). Consideram-se dívidas excecionadas as seguintes:

- Os empréstimos e os encargos com empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento;
- Os empréstimos e os encargos com empréstimos contraídos para a conclusão dos programas especiais de realojamento (PER) cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até ao ano de 1995;
- As dívidas dos Municípios às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidadas até 31 de dezembro de 1988.

Uma das novidades deste regime jurídico prende-se com a trajetória de crescimento / ajustamento que um Município deve ter, quer cumpra com os limites ou não. A antiga lei das Finanças Locais apenas previa uma trajetória de ajustamento no caso de incumprimento do limite.

Sempre que um Município:

- Não cumpra o limite, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo, do previsto na secção III, que se refere ao alerta precoce e recuperação financeira;
- Cumpra o limite, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.



## Entidades relevantes para os limites legais

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para além de alterar o cálculo para o limite da dívida total, altera significativamente o perímetro das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, alargando esse mesmo perímetro, aos serviços municipalizados e intermunicipalizados, às entidades intermunicipais e associativas municipais, às empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, às cooperativas e fundações e, por fim, às entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do Município.

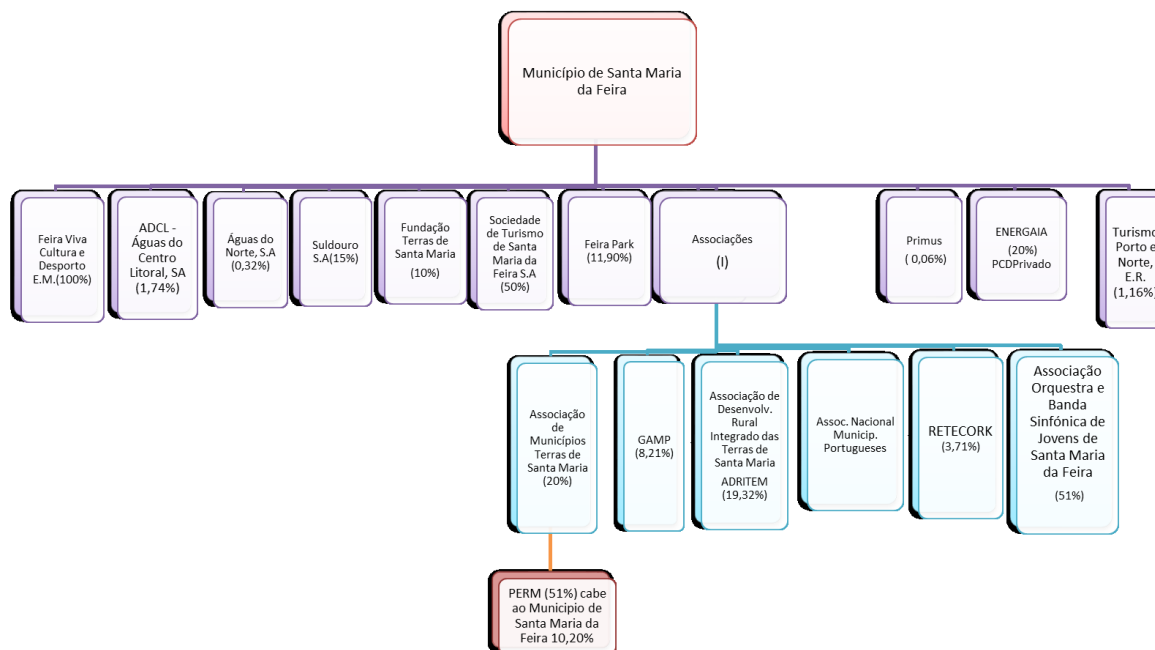
Este novo regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

De acordo com o artigo n.º 54 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais são:

- a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo, com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada Município para as suas despesas de funcionamento;
- c) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
- d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município;
- e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município, pelo montante total.

De seguida anexa-se o organograma do perímetro do grupo municipal à data de 31 de dezembro de 2015.

**Esquema 1**



Após a delimitação do perímetro das entidades do Município, de acordo com a disposição legal do artigo 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, todas as entidades no cômputo geral são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município (grupo municipal), à exceção das entidades abrangidas pelo sector empresarial do Estado, como é o caso das Águas do Norte S.A., Suldouro - Valorização e Tratamento Resíduos sólidos Urbanos, S.A. e ADCL - Águas do Centro Litoral, S.A., e as abrangidas pelo setor regional, como é o caso do Turismo Porto e Norte, E.R. (artigo 54º n.º 1 alínea c)).

Deste modo, a listagem das entidades relevante para efeitos de apuramento da dívida restringe-se ao seguinte quadro:

### Quadro 31 – Entidades Participadas

Entidades Participadas	%	Resultado Líquido antes de impostos	Ano a que respeita	Inclusão para efeitos de dívida total	Observações
<b>Entidades Intermunicipais e entidades associativas (alínea b) do art.º 54, n.º1)</b>					
Adritem	19,32%	Não aplicável	2015	29.956,81 €	Releva
Área Metropolitana do Porto	8,21%	Não aplicável	2015	0,00 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento
Associação Nacional de Municípios		Não aplicável	2015	357,95 €	Imputação pelo valor da quota
Associação Municípios de Terras de Santa Maria da Feira	20,00%	Não aplicável	2015	52.093,92 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento
Enegaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	20,00%	Não aplicável	2015	7.384,71 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento
<b>Empresas locais e participadas (alínea c) do art.º 54 n.º 1)</b>					
Feira Viva, EM	100,00%	56 771,79	2015	- €	Não releva - resultados anuais equilibrados
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, SA	50,00%	- 163.591,84 €	2015	248.483,19 €	Releva - resultados anuais desequilibrados
FeiraPark, S.A.	11,90%	- 51.788,58 €	2015	5.387,56 €	Releva - resultados anuais desequilibrados
PERM, SA	10,20%	92.415,26 €	2015	- €	Não releva - resultados anuais equilibrados
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional EMT, SA	0,06%	- 64.102,21 €	2015	1,54 €	Releva - resultados anuais desequilibrados
<b>Cooperativas e Fundações (alínea d) do art.º 54.º n.º1))</b>					
Fundação Terras de Santa Maria - Isvouga	10,00%	Não aplicável	2015	19.100,04 €	Releva
<b>Outras Entidades</b>					
Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	100,00%	Não aplicável	2015	5.136,62 €	Releva pela verificação dos pressupostos do artigo 75º
Retecork	3,71%	- €	2015	- €	Não releva

A informação constante decorre da remetida pela entidades à data da elaboração do presente relatório, pelo que poderá estar sujeita a qualquer alteração.

Como já foi referenciado, a grande alteração da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prende-se com o alargamento do perímetro relevante para efeitos de endividamento em que as entidades intermunicipais e as entidades associativas, relevam sempre para o endividamento na percentagem da sua quota. Quanto às cooperativas e fundações releva sempre na percentagem da sua quota, enquanto, as outras entidades, relevam pelo montante total, sempre que se verifique a disposição legal do n.º 4 do artigo 75.º, ou seja, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município.

De acordo com o já referido anteriormente, o endividamento das entidades de natureza empresarial das participadas pelo Município apenas relevam para efeitos dos respetivos limites, caso não apresentem resultados anuais equilibrados. Em face do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o endividamento das empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apenas relevam para efeitos dos respetivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, da apreciação das suas contas anuais.

O cumprimento da indicada regra de equilíbrio pode ser aferido numa ótica anual ou plurianual (cfr. n.º 1 e 5 do art.º 40, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto), sendo necessário, neste último caso, a apresentação de um plano previsional à I.G.F., o que não se verificou relativamente a qualquer das empresas referidas.

Assim, aplicando, relativamente ao exercício de 2015, a regra de equilíbrio anual de contas às empresas participadas pelo Município de Santa Maria da Feira, verificámos que:



- A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, SA “ e a “ FeiraPark “ apresentam contas desequilibradas, pois os resultados líquidos antes de impostos são negativos, não tendo sido também efetuado, em tempo útil, qualquer transferência pelo Município, para colmatar o desequilíbrio verificado (na percentagem de participação), contribuindo, por isso, para todos os limites do endividamento municipal.

Delineado o perímetro das entidades, procederemos ao apuramento da dívida total de operações orçamentais de todo o grupo municipal. As dívidas orçamentais, encontram-se explanadas nos balanços das diversas entidades, às quais temos que deduzir as operações de tesouraria, que são as cobranças e/ou as retenções a entidades externas, bem como o valor correspondente a cauções/garantias.

Os limites máximos de dívida que o Grupo Municipal de Santa Maria da Feira, poderia atingir seria o montante de 52.674.167,62€, conforme mapa abaixo:

#### Quadro 32 – Limites para 2015

Limites para 2015	
Dívida total a 31/12 /2014	47.557.689,76 €
Margem total	25.582.389,30 €
Possibilidade de crescimento (20% de margem)	5.116.477,86 €
<b>Limite máximo no final de 31/12/2015</b>	<b>52.674.167,62 €</b>

#### Quadro 33 – Apuramento da Dívida Total

Apuramento da dívida total de operações orçamentais do grupo municipal	
Município	40.800.020,68 €
<b>Entidades Intermunicipais e entidades associativas (alínea b) do art.º 54, n.º1)</b>	
Adriem	29.956,81 €
Associação Nacional de Municípios	357,95 €
Associação Municípios de Terras de Santa Maria da Feira	52.093,92 €
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	7.384,71 €
<b>Empresas locais e participadas (alínea c) do art.º 54 n.º 1))</b>	
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, SA	248.483,19 €
FeiraPark, S.A.	5.387,56 €
Primus, SA	1,54 €
<b>Cooperativas e Fundações (alínea d) do art.º 54.º n.º1))</b>	
Fundação Terras de Santa Maria - Isvouga	19.100,04 €
<b>Outras Entidades(alínea e) do art.º 54.º n.º1))</b>	
Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	5.136,62 €
<b>Total endividamento</b>	<b>41.167.923,02 €</b>

Informamos que a informação constante decorre da informação remetida pela entidades à data da elaboração do presente relatório, pelo que poderá estar sujeita a qualquer alteração

No orçamento de Estado para 2015, refere no seu artigo 98.º n.º 8 que o montante referente à contribuição de cada Município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pelo que, por analogia, e não tendo sido uma despesa realizada pelo Município, mas sim imposta por lei, não é incluída para efeitos de endividamento.

Tendo em consideração, a posição do grupo municipal de Santa Maria da Feira face ao limite imposto para 2015, denota-se que ficou profundamente abaixo do limite.

**Quadro 34 – Posição do grupo municipal**

Total dívidas de operações orçamentais	40.800.020,68 €
Total dívidas das entidades relevantes para efeitos de endividamento	367.902,34 €
Total dívida do Município + participadas à data de 31/12/2015	41.167.923,02 €

**Gráfico 20 – Dívida Total do grupo municipal**



A dívida total do grupo municipal encontra-se 84,43% em relação à média das receitas correntes líquidas e 78,16 %, em relação ao limite máximo.

Com efeito, o Município, não se encontra sujeito às sanções previstas no dispositivo legal Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, artigo 52.º, n.º 4, uma vez que não aumentou o seu endividamento mais do que o permitido, ou seja, não utilizou o mecanismo da margem de endividamento para se endividar.

## Limites para 2016

Para o ano de 2016, e tendo em consideração o disposto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, abaixo se apresenta o limite máximo para o ano de 2016.

**Quadro 35 – Cálculo da média das receitas correntes líquidas à data de 31/12/2015**

LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL			
Receitas Correntes Líquidas		Montante	Observações
Ano	2013	48.616.701,73	Artigo 52º nº1da LFL 03/09/2013 a dívida de operações orçamentais não pode ultrapassar a 31/12, 15 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores
	2014	52.736.297,81	
	2015	52.000.702,50	
		153.353.702,04	
Valor de referência		51.117.900,68 €	
Limite máximo 150% a 31/12/2015		76.676.851,02 €	

Note-se que o limite apresentado é o limite total previsto no artigo supra citado, sendo que, para os Municípios que se posicionem abaixo do valor de dívida total a 31 de dezembro de 2015, a margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ou seja:

*..” só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios”.*

Deste modo, e tendo em consideração a dívida do grupo municipal, que pode sofrer alterações por vicissitudes de alguma entidade participada ainda remeter as contas definitivas, a 31 de dezembro de 2015, o limite máximo apurado, bem como a margem de endividamento se aferem no quadro seguinte:

**Quadro 36 – Limites para 2016**

Limites para 2016	
Dívida total do Grupo Municipal a 31/12 /2015	41.167.923,02 €
Margem total (150% receitas-divida GM)	35.508.928,00 €
Possibilidade de crescimento (20% de margem)	7.101.785,60 €
<b>Limite máximo no final de 31/12/2016</b>	<b>48.269.708,62 €</b>

Como se pode constatar o Município, detém uma possibilidade de crescimento da sua dívida total, para 2016, em cerca de 7.101.785,60 €.

Apraz-nos participar que o Município, se encontra em cumprimento face às novas regras, não tendo que recorrer ao articulado no nº 1 do artigo 84º, que infere que o Município não deve ser sujeito a sanções, caso cumpra os limites de endividamento à data da entrada em vigor da presente lei, mas

que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52º apenas por efeito da existência de dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

## VII. Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Foi publicado a 21 de junho o Decreto-Lei n.º 127/2012 que visa estabelecer, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 14º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, os procedimentos necessários à aplicação da mesma e à operacionalização da prestação de informação, esclarecendo alguns dos conceitos previstos na LCPA.

Face às dificuldades apresentadas pelos Municípios relativamente à aplicação dos normativos infra referidos foi celebrado um Memorando de Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que previu a criação de uma linha de crédito para os Municípios Portugueses, tendo por objetivo a revitalização das economias locais através dos pagamentos a fornecedores, e facilitar a regularização do pagamento das dívidas vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de março de 2012.

Para efeitos da candidatura o Município de Santa Maria da Feira aderiu ao Programa II, consubstanciando-se o valor dos pagamentos em atraso (dívidas vencidas há mais de 90 dias registadas a 31/03/2012), de acordo com a informação reportada para a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), em 14.823.441,42 €, tendo sido considerado como valor elegível para efeitos do presente empréstimo o montante de 12.899.356,76 €.

No entanto, foi entendimento do Tribunal de Contas, que não podiam ser consideradas as faturas com data de emissão posterior a 30 de novembro de 2011, tendo sido alterados os valores constantes do Quadro VI- Lista de Pagamentos em Atraso (quadro de suporte à respetiva candidatura), através de aditamento ao contrato, tendo o valor de empréstimo a contratar se mantido inalterável e objeto de visto do Tribunal de Contas por despacho de 29 de janeiro de 2013.

De acordo com o disposto contratualmente, o capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches:

a) A primeira, no valor de 70% do montante financiado (a receber até ao 5º dia útil após a receção do visto do Tribunal de Contas) consubstanciando-se em 9.029.549,73 €, tendo sido recebida pelo Município a 14 de fevereiro de 2013.

b) A segunda, no valor de 30% do montante financiado, que devia ter sido disponibilizado até ao 5º dia útil após comunicação da DGAL do cumprimento dos pressupostos necessários para o efeito (15-05-2013), previstos na alínea b) do n.º 2, do artigo 12º da Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, o que só veio a ocorrer a 1 de Julho de 2013, no valor de 3.524.004,89 €. O valor não corresponde a

30% do montante elegível, porque o Município efetuou pagamentos anteriores à data da entrada da receita do PAEL, pelo que à data do recebimento da 2ª tranche o valor em dívida já era menor.

À data da realização do presente relatório, o Município de Santa Maria da Feira já deu por concluído a execução de todos os pagamentos previstos no Quadro VI – Lista dos Pagamentos em Atraso a financiar com o empréstimo a contratar, alterada conforme o mencionado anteriormente.

Desde 31 de dezembro de 2014, que o Município deixou de deter pagamentos em atraso.

O pedido de adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) é acompanhado do Plano de Ajustamento Financeiro aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

O Plano de Ajustamento Financeiro preconiza a implementação de medidas de contenção de despesas e maximização de receitas de modo a permitir a sua exequibilidade, equilíbrio e sustentabilidade financeira da Autarquia.

Este plano tem um horizonte temporal equivalente ao do empréstimo concedido pelo Estado, e contém um conjunto de medidas específicas e quantificadas, que evidenciam o restabelecimento da situação financeira do Município.

Conforme disposto no art.º 12º da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto, que cria o Programa de Apoio à Economia Local, e no que se refere à monitorização e acompanhamento, todos os Municípios aderentes deverão incluir no relatório de conta de gerência um anexo relativo à execução do PAEL. A monitorização é feita de acordo com os mapas que se encontram nos anexos ao presente relatório e que serão remetidos, novamente para a DGAL de forma a darmos cumprimento ao estabelecido.





## PARTE III – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

## VIII. Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial do Município reportada a 31 de dezembro de 2015. Apresenta devidamente agrupados e classificados, num conjunto de rubricas, os bens, os direitos e obrigações da autarquia, para os períodos de 2013 a 2015, servindo assim, como uma comparação aos elementos financeiros ativos, aos passivos e aos fundos próprios do Município.

**Quadro 37 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Balanço Sintético**

Descrição	2015		2014		2013 <sup>1</sup>		Δ	
							2015/2014	2015/2013
<b>Ativo</b>								
<b>Imobilizado</b>	268.051.057,44 €	85%	245.814.167,38 €	87%	237.477.667,82 €	89%	9,05%	12,87%
<b>Circulante</b>								
Existências	320.377,81 €	0%	338.392,87 €	0%	338.836,65 €	0%	-5,32%	-5,45%
Dívidas de terceiros - curto prazo	5.703.580,84 €	2%	4.840.463,72 €	2%	3.300.524,34 €	1%	17,83%	72,81%
Disponibilidades	18.819.863,08 €	6%	11.558.483,43 €	4%	4.455.253,59 €	2%	62,82%	322,42%
Acréscimos e Diferimentos	20.576.637,15 €	7%	21.307.989,06 €	8%	21.822.718,71 €	8%	-3,43%	-5,71%
<b>Total do Ativo</b>	<b>313.471.516,32 €</b>	<b>100%</b>	<b>283.859.496,46 €</b>	<b>100%</b>	<b>267.395.001,11 €</b>	<b>100%</b>	<b>10,43%</b>	<b>17,23%</b>
<b>Fundos Próprios</b>								
Património	87.040.101,00 €	43%	86.931.727,75 €	51%	86.906.742,97 €	33%	0,12%	0,15%
Reservas e Ajustamentos	31.383.668,49 €	15%	9.090.277,45 €	5%	8.541.281,57 €	3%	245,24%	267,44%
Resultados transitados	73.844.783,16 €	36%	64.121.539,55 €	38%	51.231.499,86 €	19%	15,16%	44,14%
Resultados Líquidos	11.086.696,95 €	5%	10.438.736,56 €	6%	12.812.374,93 €	5%	6,21%	-13,47%
<b>Total Fundos Próprios</b>	<b>203.355.249,60 €</b>	<b>65%</b>	<b>170.582.281,31 €</b>	<b>60%</b>	<b>159.491.899,33 €</b>	<b>60%</b>	<b>19,21%</b>	<b>27,50%</b>
<b>Passivo</b>								
Provisões para Riscos e Encargos	3.895.348,39 €	4%	3.037.479,47 €	3%	1.223.353,65 €	0%	28,24%	218,42%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo								
Empréstimos	35.146.561,56 €	32%	40.019.075,23 €	35%	44.314.371,39 €	17%	-12,18%	-20,69%
Acordos de Pagamento			- €		1.718.865,78 €	1%		
FAM	2.058.697,05 €	2%	2.470.434,05 €	2%			-16,67%	
Dívidas a terceiros - curto prazo								
Empréstimos MLP - componente a pagar a curto prazo	4.690.524,06 €	4%	4.652.066,24 €	4%	5.029.946,83 €	2%	0,83%	-6,75%
Outras dívidas	2.905.626,37 €	3%	4.380.053,86 €	4%	4.751.373,94 €	2%	-33,66%	-38,85%
Acréscimos e Diferimentos	61.419.509,29 €	56%	58.718.106,30 €	52%	50.865.190,19 €	19%	4,60%	20,75%
<b>Total Passivo</b>	<b>110.116.266,72 €</b>	<b>35%</b>	<b>113.277.215,15 €</b>	<b>40%</b>	<b>107.903.101,78 €</b>	<b>40%</b>	<b>-2,79%</b>	<b>2,05%</b>
<b>Total dos Fundos Próprios + Passivo</b>	<b>313.471.516,32 €</b>	<b>100%</b>	<b>283.859.496,46 €</b>	<b>100%</b>	<b>267.395.001,11 €</b>	<b>100%</b>	<b>10,43%</b>	<b>17,23%</b>

<sup>1</sup>No ano de 2013, não se imputava a componente dos empréstimos de médio e longo prazo a pagar no ano seguinte, na dívida de curto prazo, pelo que, para efeitos de comparabilidade foi realizado a referida imputação.

Da análise ao balanço a 31 de dezembro de 2015, e se comparado com os valores referentes ao ano de 2013, constatamos que:

- O Ativo apresentou uma evolução favorável, com um crescimento de 17,23%, o qual resultou, sobretudo, de um aumento significativo das disponibilidades em 322,42%, seguido das dívidas de terceiros a curto prazo que sofreram um aumento substancial, que cerca de 72,81%, rubricas que contribuíram, respetivamente, em 31,18 % e 5,22 %, para a variação total; Contribui igualmente o Imobilizado com um aumento de 12,87 %, referente essencialmente à transmissão da concessão do Europarque do Estado para o Município



durante 50 anos; Ao invés, contribuíram negativamente na evolução do ativo a rubrica dos acréscimos e diferimentos em 5,71%, e a rubrica das existências em 5,45%.

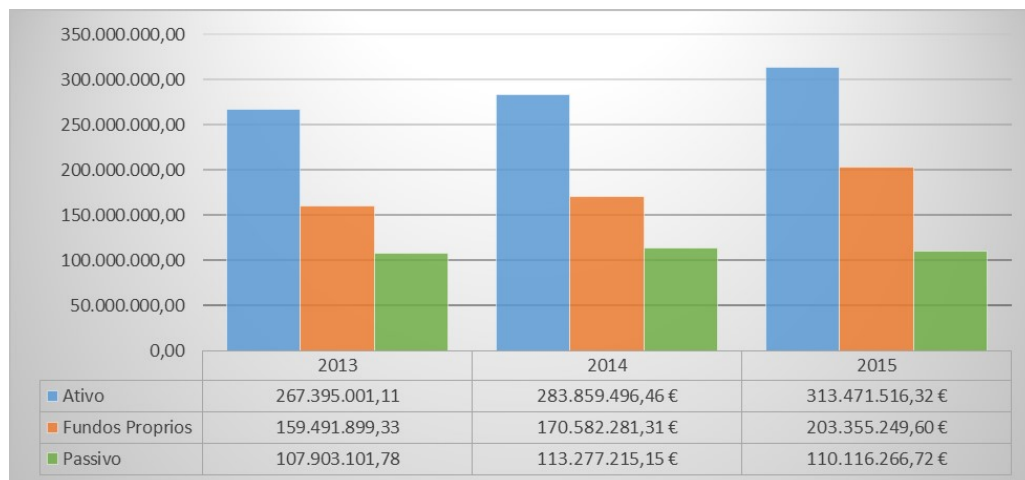
- O Passivo teve um comportamento equivalente comparativamente com o ativo, relativamente ao ano de 2013, com um aumento de 2,05%, devido essencialmente ao reforço das provisões para riscos e encargos que ascendeu a mais de 218,42%, bem como os acréscimos e diferimentos tiveram um acréscimo de 20,75%; Porém apraz-nos referir o comportamento das dívidas de curto prazo que obtiveram uma redução de 38,85% (2.185.170,34 € - considerando operações de tesouraria), e a uma redução do valor dos empréstimos a MLP em 20,69%.
- Os Fundos Próprios aumentaram em 27,50% tendo sido o aumento das reservas e ajustamentos em 267,44%, relacionado com a inscrição da concessão do Europarque.

**Quadro 38 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Percentagem**

Descrição	2015	2014	2013
<b>Ativo</b>			
<b>Imobilizado</b>	<b>85,00%</b>	<b>86,60%</b>	<b>88,81%</b>
<b>Circulante</b>			
Existências	0,10%	0,12%	0,13%
Dividas de terceiros - curto prazo	1,82%	1,71%	1,23%
Disponibilidades	6,00%	4,07%	1,67%
Acréscimos e Diferimentos	6,56%	7,51%	8,16%
<b>Total do Ativo</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Fundos Próprios</b>			
Património	42,80%	50,96%	32,50%
Reservas e Ajustamentos	15,43%	5,33%	3,19%
Resultados transitados	36,31%	37,59%	19,16%
Resultados Líquidos	5,45%	6,12%	4,79%
<b>Total Fundos Próprios</b>	<b>64,87%</b>	<b>60,09%</b>	<b>59,65%</b>
<b>Passivo</b>			
Provisões para Riscos e Encargos	3,54%	2,68%	0,46%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo			
Emprestimos	31,92%	35,33%	16,57%
Acordos de Pagamento			0,64%
FAM	1,87%	2,18%	0,00%
Dívidas a terceiros - curto prazo			
Emprestimos MLP - componente a pagar a curto prazo	4,26%	4,11%	
Outras dívidas	2,64%	3,87%	1,78%
Acréscimos e Diferimentos	55,78%	51,84%	17,99%
<b>Total Passivo</b>	<b>35,13%</b>	<b>39,91%</b>	<b>40,35%</b>
<b>Total dos Fundos Próprios + Passivo</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Em síntese, o grau de dependência do Município de Santa Maria da Feira de capitais alheios exigíveis (sem acréscimos e diferimentos) para financiamento do ativo tem vindo a diminuir, sendo que passou de 21% em 2013 para 16% em 2015, e o peso do ativo nos fundos próprios aumentaram de 60% em 2013 para 65% em 2015.

**Gráfico 21 – Estrutura e Evolução da Autarquia**



Analisando a evolução e estrutura dos balanços, em comparação com o período homólogo de 2014, verifica-se que o ativo líquido aumentou 10,43%.

O Passivo em 2015 diminuiu no montante de 3.160.948,43 €, face ao ano de 2014, sendo que esta diminuição corresponde a 2,79%.

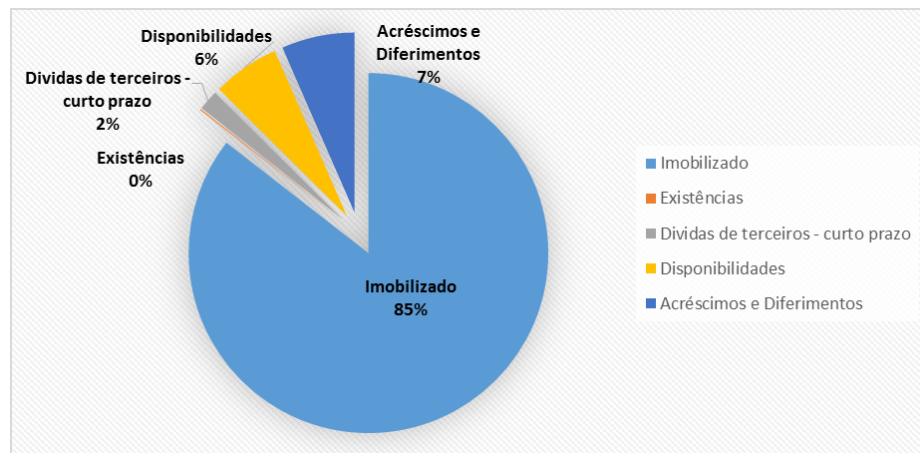
Os Fundos Próprios registaram um aumento no montante de 32.772.968,29 € comparado com o ano económico de 2014, acompanhado pelo Resultado Líquido do Exercício no montante de 11.086.696,95 €.

### Ativo

Os ativos são “recursos controlados por uma entidade em consequência de acontecimentos passados e a partir dos quais se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço”. (Norma Internacional de Contabilidade do Setor Público – NICSP n.º 3).

O gráfico que se segue, evidencia como o ativo do Município de Santa Maria da Feira se encontra agrupado dando uma noção real do peso de cada componente no Ativo Total.

**Gráfico 22 – Estrutura do Ativo**



Da análise ao Balanço do Município, à data de 31 de dezembro de 2015, extrai-se que o ativo líquido total atingiu o montante de 313.471.516,32 €, ao qual corresponde em termos brutos a quantia de 397.016.974,49 €.

A estrutura do ativo permanece idêntica ao do ano transato, com o imobilizado a deter o maior peso no ativo em 85%, seguido dos acréscimos e diferimentos em 7%.

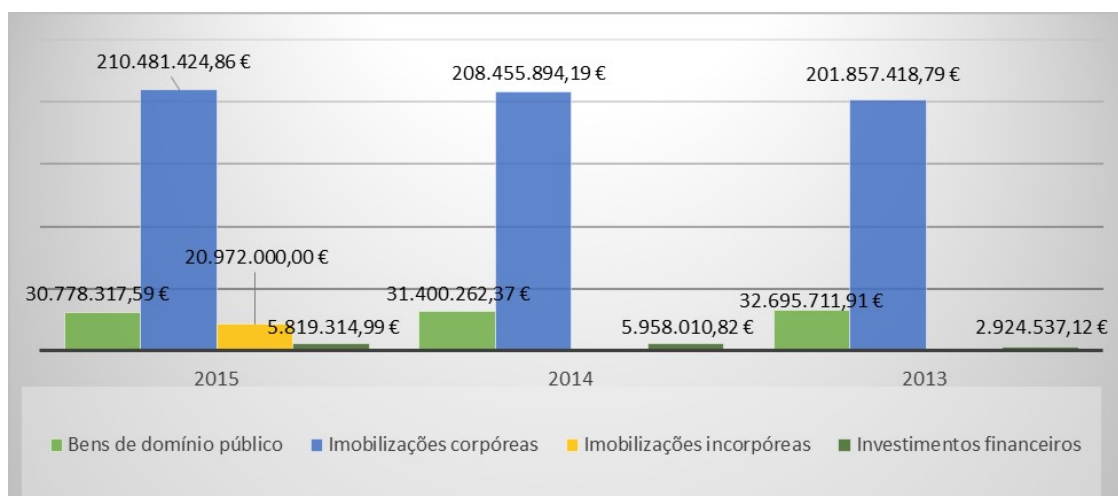
## Imobilizado

A materialidade do ativo encontra-se centrada no Imobilizado.

**Quadro 39 – Evolução do Imobilizado Líquido**

	2015	2014	2013	Δ 2015/2013	Δ 2015/2014
<b>Bens de domínio público</b>					
Terrenos e recursos naturais	2.995.999,91 €	2.619.071,11 €	2.114.234,79 €	41,71%	14,39%
Edifícios					
Outras construções e infra-estruturas	27.107.681,80 €	28.285.591,24 €	30.155.947,78 €	-10,11%	-4,16%
Bens do património histórico, artístico e cultural	182.878,38 €	182.878,38 €	182.878,38 €	0,00%	0,00%
Outros bens de domínio público	166.541,44 €	167.242,65 €	167.943,86 €	-0,84%	-0,42%
Imobilizações em curso	325.216,06 €	145.478,99 €	74.707,10 €	335,32%	123,55%
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	- €	- €	- €		
<b>Imobilizações incorpóreas</b>					
Propriedade industrial e outros direitos	20.972.000,00 €				
<b>Imobilizações corpóreas</b>					
Terrenos e recursos naturais	49.940.846,47 €	50.330.376,32 €	49.880.684,23 €	0,12%	-0,77%
Edifícios e outras construções	134.524.777,01 €	123.211.625,98 €	125.495.985,68 €	7,19%	9,18%
Equipamento básico	686.239,15 €	598.019,25 €	604.780,02 €	13,47%	14,75%
Equipamento de transporte	156.047,94 €	106.030,17 €	83.429,27 €	87,04%	47,17%
Ferramentas e utensílios	55.661,82 €	22.640,12 €	32.494,96 €	71,29%	145,85%
Equipamento administrativo	328.549,27 €	389.670,08 €	486.875,50 €	-32,52%	-15,69%
Taras e vasilhame	4.744,59 €	9.489,18 €	4.103,58 €	15,62%	-50,00%
Outras imobilizações corpóreas	1.767.163,47 €	1.513.283,87 €	1.655.101,28 €	6,77%	16,78%
Imobilizações em curso	22.899.192,77 €	32.156.556,85 €	23.495.761,90 €	-2,54%	-28,79%
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	118.202,37 €	118.202,37 €	118.202,37 €	0,00%	0,00%
<b>Investimentos financeiros</b>					
Partes de capital	2.937.140,94 €	3.075.837,77 €	2.924.537,12 €	0,43%	-4,51%
Obrigações e títulos de participação	2.882.174,05 €	2.882.173,05 €	- €	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>268.051.057,44 €</b>	<b>245.814.167,38 €</b>	<b>237.477.667,82 €</b>	<b>12,87%</b>	<b>9,05%</b>

**Gráfico 23 – Evolução do Imobilizado Líquido**



O Município de Santa Maria da Feira terminou o ano de 2015 com um ativo líquido valorizado em 313.471.516,32 €, dos quais 268.051.057,44 €, ou seja 85,51%, dizem respeito a ativos de imobilizado fixo.

O imobilizado continua a deter um peso bastante significativo no ativo líquido total, que reflete a ação do Município ao nível da política de investimento definida e da forte aposta no investimento municipal como condição essencial.

No Imobilizado, o predomínio continua a recair sobre o imobilizado fixo de natureza corpórea que compreende o expressivo valor de 210.481.424,86 €, seguido dos bens de domínio público que ascendem a 30.778.317,59 €.

Comparativamente a 2014, a componente Imobilizações Corpóreas teve um aumento de 2.025.530,67 € devido especialmente a obras que finalizaram no ano em apreço.

Os Investimentos Financeiros apresentam uma diminuição de 138.695,83 € comparativamente ao ano transato, devido à adoção do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), o qual determina o ajustamento dos investimentos financeiros face às variações ocorridas nos capitais próprios das participadas. Sendo que, a participação mais valorizada foi da Empresa Municipal Feira Viva, E.M.

No quadro seguinte, pode-se identificar as participações do Município superiores ou iguais a 20% e os seus respetivos ajustamentos.

**Quadro 40 – Investimentos Financeiros**

Entidades Participadas	% Capital detido	Custo de aquisição <sup>1</sup>	Valor ajustado 2012	Valor ajustado 2013	Valor ajustado em 2014	Valor ajustado em 2015
Empresa Municipal Feira Viva	100%	942.230,83 €	1.218.581,88 €	1.147.947,55 €	1.270.889,09 €	1.126.608,05 €
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	50%	334.000,00 €	- €	- €	- €	- €
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	20%	30.000,00 €	15.863,85 €	15.564,33 €	29.987,67 €	35.574,91 €

<sup>1</sup>Este valor inclui prestações suplementares

De seguida, proceder-se-á a uma análise mais desenvolvida do Imobilizado, aludindo numa primeira fase aos bens móveis, seguida dos bens imóveis.

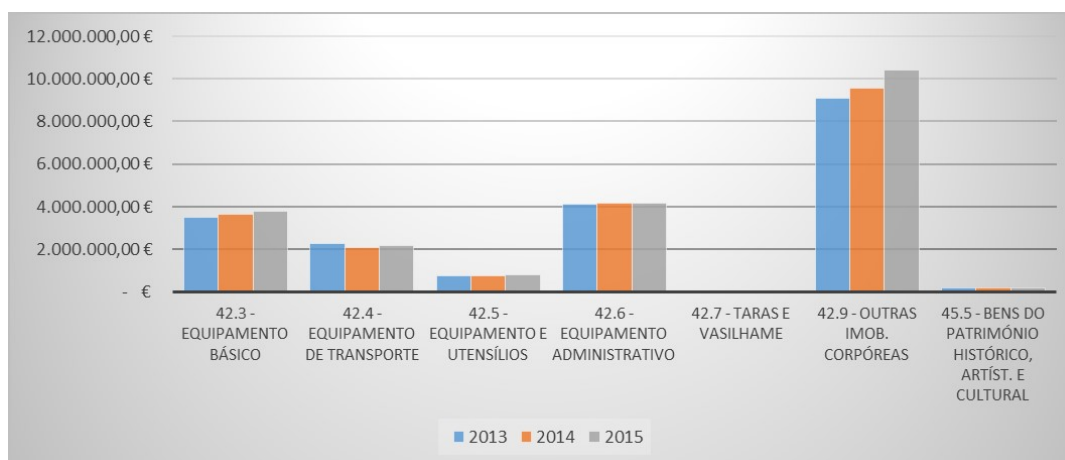
### Bens Móveis

No exercício de 2015 verificou-se um aumento no Ativo Bruto no valor de 1.199.486,36 € referente a novas aquisições, grandes reparações ou beneficiações e doações.

**Quadro 41 – Composição Ativo Bruto – Bens Móveis**

	2013	2014	2015	Varição % (2015-2014)
<b>42.3 - Equipamento Básico</b>	3.527.004,30 €	3.622.599,63 €	3.804.353,33 €	5,02%
<b>42.4 - Equipamento de Transporte</b>	2.252.160,81 €	2.069.949,19 €	2.163.700,38 €	4,53%
<b>42.5 - Equipamento e Utensílios</b>	739.793,51 €	759.975,37 €	808.205,09 €	6,35%
<b>42.6 - Equipamento Administrativo</b>	4.108.069,07 €	4.152.479,00 €	4.155.304,91 €	0,07%
<b>42.7 - Taras e Vasilhame</b>	25.588,03 €	35.718,23 €	35.718,23 €	0,00%
<b>42.9 - Outras Imob. Corpóreas</b>	9.069.329,13 €	9.552.074,45 €	10.425.000,29 €	9,14%
<b>45.5 - Bens do Património histórico, artíst. e cultural</b>	182.878,38 €	182.878,38 €	182.878,38 €	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>19.904.823,23 €</b>	<b>20.375.674,25 €</b>	<b>21.575.160,61 €</b>	<b>5,89%</b>

**Gráfico 24 – Evolução do Ativo Bruto – Bens Móveis**



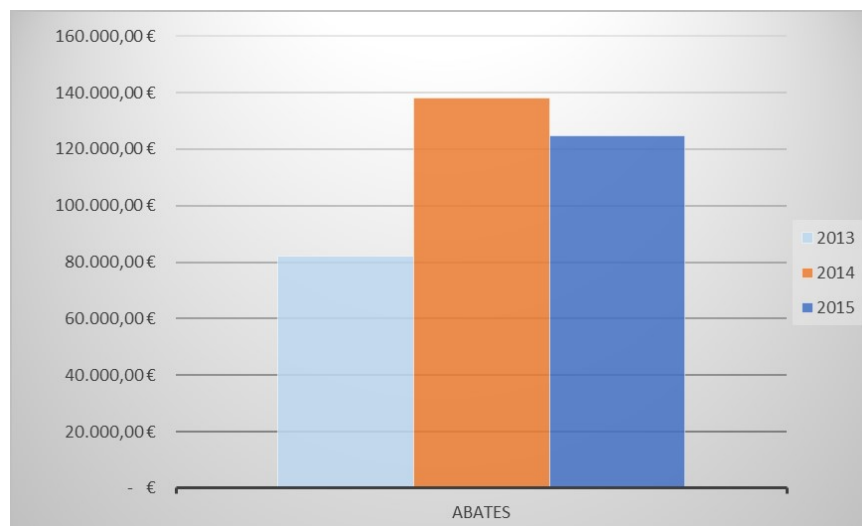


A conta **42.9 – Outras Imobilizações Corpóreas**, destaca-se pela aquisição de equipamento informático para centros escolares e para o Cine Teatro António Lamoso e outros equipamentos;

Outras Imobilizações Corpóreas	2013	2014	2015
Valor Imobilizado	9.069.329,13 €	9.552.074,45 €	10.425.000,29 €
Aumento Relativo ao Ano Anterior	—	5,32%	9,14%

Durante o exercício de 2015, verificou-se uma diminuição do Ativo Bruto no total de 124.616,36€ referente a abates.

**Gráfico 25 - Abates**



Verifica-se que o número de bens abatidos durante o ano 2015 deve-se principalmente a bens que estavam em mau estado de conservação, que não compensava a sua recuperação e material que se encontrava obsoleto.

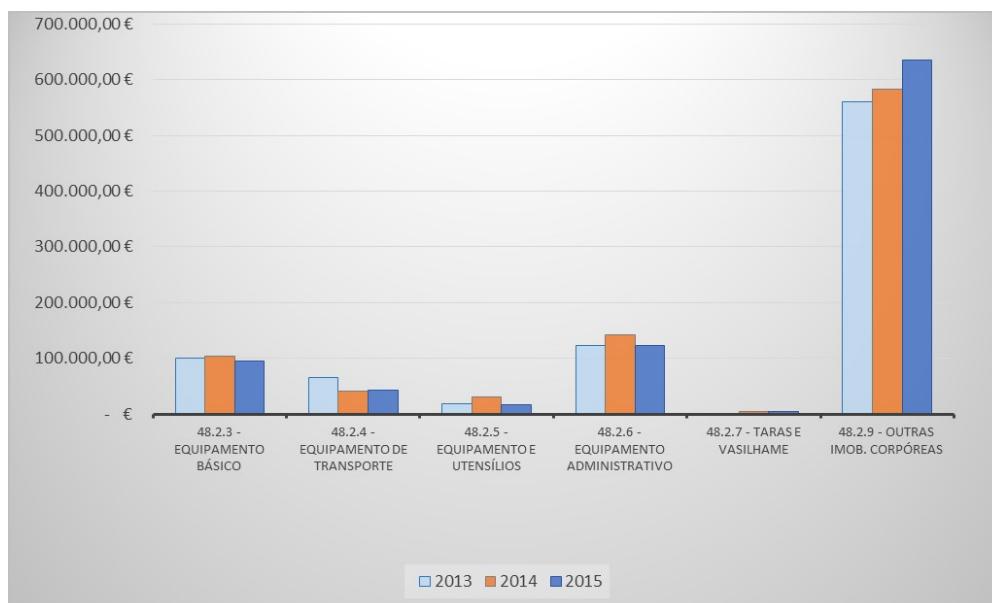
Contudo, ainda ocorreu o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafetação e outros) que passou necessariamente pelo abate do bem, seguido de um novo registo.

No exercício de 2015, verificou-se um aumento das amortizações nas rubricas 48.2.4 e 48.2.9, como se pode verificar na tabela e no gráfico abaixo apresentados, tendo diminuído as rubricas 48.2.3, 48.2.5 e 48.2.6.

**Quadro 42 – Amortizações do Exercício - Variação**

	2013	2014	2015	Variação % (2015-2014)
48.2.3 - Equipamento Básico	101.155,92 €	103.542,27 €	94.398,18 €	-8,83%
48.2.4 - Equipamento de Transporte	65.373,79 €	41.915,27 €	43.733,42 €	4,34%
48.2.5 - Equipamento e Utensílios	17.666,59 €	30.479,13 €	16.856,71 €	-44,69%
48.2.6 - Equipamento Administrativo	123.678,87 €	142.201,35 €	122.677,09 €	-13,73%
48.2.7 - Taras e Vasilhame	1.025,89 €	4.744,60 €	4.744,59 €	0,00%
48.2.9 - Outras Imob. Corpóreas	559.464,77 €	582.450,31 €	635.145,96 €	9,05%
<b>TOTAL</b>	<b>868.365,83 €</b>	<b>905.332,93 €</b>	<b>917.555,95 €</b>	<b>1,35%</b>

**Gráfico 26 – Amortizações do Exercício**

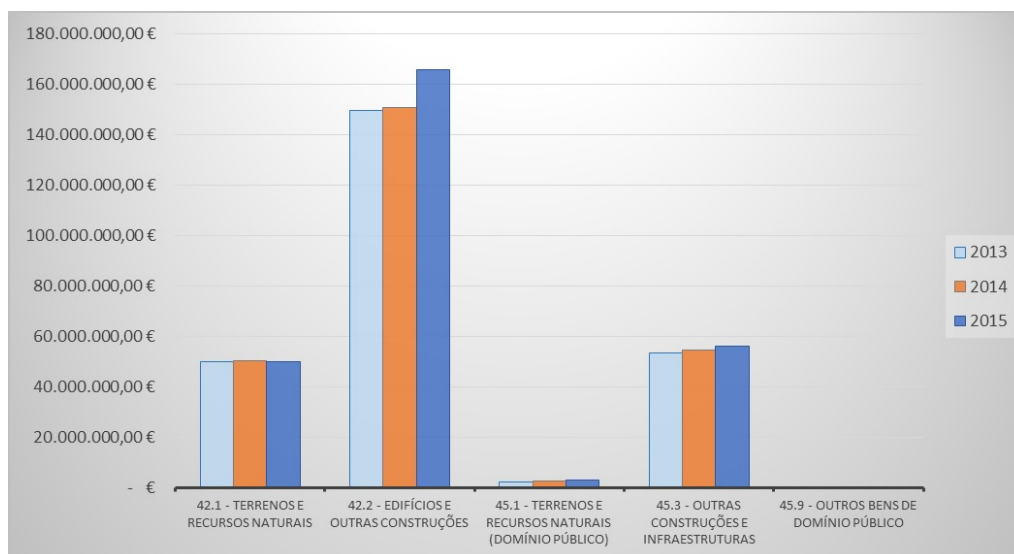


## BENS IMÓVEIS

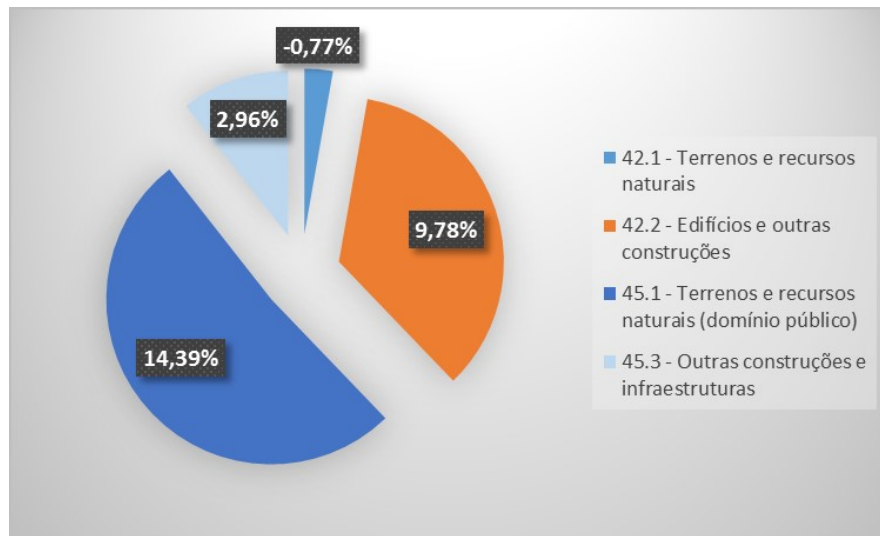
O valor dos imóveis corresponde aos 79,19% do imobilizado em 2015, refletido no mapa do Ativo Bruto um acréscimo da conta **42.2 – Edifícios e outras construções**, em 9,78% e na conta **45.1 – Terrenos e recursos naturais**, em 14,39% em relação ao ano 2014.

**Quadro 43 – Ativo Bruto – Bens Imóveis**

	2013	2014	2015	Variação % (2015-2014)
42.1 - Terrenos e recursos naturais	49.880.684,23 €	50.330.376,32 €	49.940.846,47 €	-0,77%
42.2 - Edifícios e outras construções	149.527.100,08 €	150.932.315,96 €	165.690.205,38 €	9,78%
45.1 - Terrenos e recursos naturais (domínio público)	2.114.234,79 €	2.619.071,11 €	2.995.999,91 €	14,39%
45.3 - Outras construções e infraestruturas	53.435.349,28 €	54.591.164,87 €	56.205.938,55 €	2,96%
45.9 - Outros bens de domínio público	173.852,94 €	173.852,94 €	173.852,94 €	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>255.131.221,32 €</b>	<b>258.646.781,20 €</b>	<b>275.006.843,25 €</b>	<b>6,33%</b>

**Gráfico 27 – Evolução Ativo Bruto – Bens Imóveis**

**Gráfico 28 – Distribuição do Aumento 2014-2015**



Através do gráfico acima representado verifica-se que as rubricas que registam um maior aumento são:

**Conta 45.1 - Terrenos e recursos naturais**, o aumento deve-se ao facto da inventariação de parcelas de terreno para Domínio Público, no valor de 376.928,80 €, como de pode verificar no quadro abaixo.

**Quadro 44 – Terrenos e Recursos Naturais**

Nr. Inv.	Designação	Valor (a)
64765	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	10.000,00 €
64778	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	290,00 €
64787	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.982,58 €
64788	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.320,07 €
64789	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	3.030,07 €
64795	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.000,00 €
64783	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	510,00 €
64784	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	440,00 €
64786	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	150,00 €
64790	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	16.190,00 €
64791	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	12.470,00 €
64792	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	281,00 €
64793	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	230,00 €
64794	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	25,00 €
64797	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.600,00 €
64798	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.898,27 €
64799	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	115,00 €
64800	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	21.970,00 €
64801	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	61.555,00 €
64803	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	4.361,05 €
64804	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.681,04 €
64806	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	11.226,95 €
64807	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	10.946,50 €
64810	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.715,00 €
64811	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	350,00 €
64812	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	250,00 €
64813	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.000,00 €
62763	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	37.978,00 €
62764	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	200,00 €
62765	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	345,00 €
62766	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	420,00 €
62767	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.070,00 €
62768	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	5.480,00 €
64817	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	22.275,00 €
64818	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	8.500,00 €
64819	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	7.000,00 €
64824	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	52.025,00 €
64825	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	17.693,25 €
64826	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	3.960,00 €
64827	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.012,50 €
64832	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	20.398,73 €
64834	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	3.308,31 €
64815	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.583,68 €
64816	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	8.276,74 €
64836	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	4.696,96 €
64837	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	4.197,66 €
64838	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	4.362,67 €
64835	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	0,01 €
64768	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO (b)	1.557,76 €
<b>TOTAL.....</b>		<b>376.928,80 €</b>

(a) Valor Patrimonial de 5€/ metro quadrado atribuído aos bens pertença do domínio público municipal - R.O. de 27 de maio de 2013

(b) Parcela Terreno adquirida em 2014, mas que teve construção de muro por parte do Município por contrapartida da cedência de área para Domínio Público.



**Conta 45.3 – Outras Construções e Infraestruturas**, o aumento deve-se, em parte, ao facto da inventariação de empreitadas que se encontravam em imobilizado em curso como se pode verificar no quadro abaixo.

**Quadro 45 – Outras Construções e Infraestruturas**

Nr. Inv.	Descrição Obra	Valor	Classificação
62772	REDES PLUVIAIS PARA LIGAÇÃO DOS SISTEMAS DE DRENAGEM DAS EX PEDREIRAS DE LOUROSA	20.139,01 €	
62758	CONSTRUÇÃO PASSAGEM HIDRAULICA SOB A RUA JOAQUIM FRANCISCO COUTO - S. PAIO OLEIROS	16.796,76 €	
62770	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO - REQUALIFICAÇÃO URBANA - PAÇOS BRANDAO	137.771,76 €	
62771	PAVIMENTAÇÃO ARRUAMENTOS PICALHOS	156.399,04 €	
62760	CONSTRUÇÃO REDE PLUVIAL RUA DA FONTE FRIA-VILA MAIOR	22.949,95 €	
62757	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM PLUVIAL RUA BOGALHO-SANGUEDO	36.245,48 €	
62769	REQUALIFICAÇÃO RUA CASAL - MILHEIROS DE POIARES	108.253,79 €	
62759	PAVIMENTAÇÃO DA TRAVESSA DOS FOGUETEIROS-LOURIDO	17.439,44 €	45.3
62721	SUBSTITUIÇÃO COLETORES NA REDE AGUAS PLUVIAIS-RUA DAS ESCOLAS-FIAES	15.098,71 €	
62754	ARRUAMENTO SUL DA QUINTA DE SANTO ANTONIO - SANTA MARIA DA FEIRA	261.587,17 €	
62756	EXECUÇÃO DE PASSEIOS E BAIAS DE ESTACIONAMENTO NA RUA DR. MANUEL LARANJEIRA - SANTA MARIA DA FEIRA	19.475,91 €	
35422	AV.DR. BELCHIOR CARDOSO DA COSTA - ACESSO AO EDIFICIO DAS FOGACEIRAS	19.670,57 €	
62761	ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE-RUA DOS DESCOBRIMENTOS - ARRIFANA	57.588,57 €	
62755	ALARGAMENTO DE ARRUAMENTOS-TRAVESSA DAS PEDREIRAS - LOUROSA	9.329,38 €	
TOTAL CONTA 45.3		898.745,54 €	

Na **conta 42.2 – Edifícios e outras construções**, verifica-se um aumento na inventariação de empreitadas do imobilizado em curso para o corpóreo, sendo a mais relevantes as que se encontram elencadas no quadro abaixo.

### Quadro 46 – Edifícios e Outras Construções

Nr. Inv.	Descrição Obra	Valor	Classificação
62773	CONSTRUÇÃO SISTEMA DRENAGEM AGUAS RESIDUAIS BACIA B2-LAJE MONTANTE	4.251.292,03 €	42.2.2.12
35084	CONSTRUÇÃO LIGAÇÃO JARDIM INFANCIA - EB1 DE LOUROSA	24.349,51 €	42.2.1.06
35228	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CRIAÇÃO DE TEATRO E ARTES DE RUA	364.348,89 €	42.2.1.03
35182	REABILITAÇÃO PREDIO - CENTRO CRIAÇÃO ARTISTICA - MATADOURO	151.743,77 €	42.2.1.04
62762	CENTRO ESCOLAR CANEDO	1.597.628,20 €	42.2.1.06
35977	REABILITAÇÃO CIRCUITO HIDRAULICO MUSEU PAPEL-PAÇOS DE BRANDAO	24.538,35 €	42.2.1.03
35168	PINTURA DE FACHADAS-PAÇOS CONCELHO E DIVISAO SOCIAL	54.186,33 €	42.2.1.99
35227	REFORÇO ESTRUTURA E CONSTRUÇÃO DE UMA MEZZANINE - MUSEU PAPEL - PAÇOS DE BRANDAO	22.764,24 €	42.2.1.03
35054/ 35060	JARDINS INFANCIA DO FARINHEIRO (FORNOS) E DE VALOS (FIAES)	8.130,20 €	42.2.1.06
35227	BENEFICIAÇÃO MUSEU PAPEL-ATENDIMENTO E ARRANJOS EXTERIORES	4.870,95 €	42.2.1.03
35181	REABILITAÇÃO EDIFICIO TURISMO E CULTURA	416.797,62 €	42.2.1.99
62752	CONSTRUÇÃO MURO SUPORTE E VEDAÇÃO - VCI - BALTEIRO-SANTA MARIA DA FEIRA	43.844,41 €	42.2.2.01
62749	CONSTRUÇÃO UNIDADE SAUDE DE ARGONCILHE	1.129.911,17 €	42.2.1.99
62190	REQUALIFICAÇÃO ZONA ENVOLVENTE AS TERMAS CALDAS S.JORGE - 2ª FASE	63.239,23 €	42.2.2.12
62775	CONSTRUÇÃO SISTEMA DRENAGEM AGUAS RESIDUAIS BACIA B4-LAJE JUSANTE - SOUTO E TRAVANCA	2.524.551,70 €	42.2.2.12
35228	REABILITAÇÃO DO CINETEATRO ANTONIO LAMOSO - CCTAR - POLO 2	1.107.934,14 €	42.2.1.03
62750	CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUARIA DE SANTA MARIA DA FEIRA	230.061,89 €	42.2.1.99
62774	CONSTRUÇÃO SISTEMA DRENAGEM AGUAS RESIDUAIS BACIA B3 - CASTER	2.067.144,40 €	42.2.2.12
<b>TOTAL CONTA 42.2</b>		<b>14.087.337,03 €</b>	

As obras terminadas por inventariar têm vindo a diminuir e são referentes a obras que se encontravam em curso.

À presente data encontra-se concluída por inventariar a ETAR de Fiães, com o valor de 3.494.322,84 €. Esta situação deve-se à contestação realizada pelo primeiro empreiteiro, não tendo havido até à presente data auto de receção provisório.

As diminuições ao inventário dizem respeito a alienações, transferências e abates, representando um valor bruto total de 700.503,64 €.

**Quadro 47 – Diminuições de Imóveis**

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições		Saldo Final
			Alienações	Transf. E Abates	
42.1 - Terrenos e recursos naturais	50.330.376,32 €	296.619,05 €	244.327,19 €	441.821,71 €	49.940.846,47 €
42.2 - Edifícios e outras construções	150.932.315,96 €	14.757.914,17 €	- €	24,75 €	165.690.205,38 €
45.1 - Terrenos e recursos naturais	2.619.071,11 €	377.808,80 €	- €	880,00 €	2.995.999,91 €
45.3 - Outras construções e infraestruturas	54.591.164,87 €	1.628.223,67 €	950,00 €	12.499,99 €	56.205.938,55 €
45.9 - Outros bens de domínio público	173.852,94 €	- €	- €	- €	173.852,94 €
<b>TOTAL</b>	<b>258.646.781,20 €</b>	<b>17.060.565,69 €</b>	<b>245.277,19 €</b>	<b>455.226,45 €</b>	<b>275.006.843,25 €</b>

**Quadro 48 – Abates – Bens Imóveis**

Nr. Inv.	Classificação Patrimonial	Descrição	Data de Abate	Descrição	Documento Abate	Valor Patrimonial Atual
32223	42.1	PARCELA DE TERRENO - "12 A"	31-12-2015	12 Venda Terrenos	40 - A	0,01 €
32897	42.1	PREDIO RUSTICO-Z.I.CASALINHO-PARC.62	05-10-2015	12 Venda Terrenos	23 - A	21.211,62 €
32909	42.1	PREDIO RUSTICO-Z.I.CASALINHO-PARC.48	05-10-2015	12 Venda Terrenos	23 - A	2.712,21 €
32913	42.1	PREDIO RUSTICO-Z.I.CASALINHO-PARC.47	05-10-2015	12 Venda Terrenos	23 - A	4.364,48 €
32930	42.1	PREDIO RUSTICO-Z.I.CASALINHO-PARC.49	05-10-2015	12 Venda Terrenos	23 - A	3.129,96 €
41104	42.1	PREDIO RUSTICO	05-10-2015	13 Permuta	22 - A	897,84 €
41105	42.1	PREDIO RUSTICO	05-10-2015	13 Permuta	22 - A	1.246,99 €
41941	42.1	PARCELA TERRENO-Z.I.ROMARIZ/PIGEIROS-LOTE 1	11-12-2015	12 Venda Terrenos	33 - A	102.030,00 €
64309	42.1	PARCELA TERRENO-Z.I.FIAES-LOTE 18	26-06-2015	12 Venda Terrenos	13 - A	28.242,00 €
64330	42.1	PARCELA TERRENO-Z.I.FIAES-LOTE 39	30-12-2015	13 Permuta	35 - A	28.163,55 €
64345	42.1	PARCELA TERRENO-Z.I.FUNDAO-PARC.6	30-12-2015	10 Outros	37 - A	39.308,45 €
64347	42.1	PARCELA TERRENO-Z.I.FUNDAO-PARC.8	30-12-2015	10 Outros	37 - A	124.013,20 €
64380	42.1	PARCELA TERRENO-URBANIZAÇÃO OUTEIRINHO-LOTE 75	29-06-2015	13 Permuta	14 - A	23.893,63 €
64381	42.1	PARCELA TERRENO-URBANIZAÇÃO OUTEIRINHO-LOTE 76	29-06-2015	13 Permuta	14 - A	22.358,13 €
64481	42.1	PREDIO RUSTICO-Z.I. ROLIGO-MODULO 2	30-06-2015	12 Venda Terrenos	17 - A	2.453,00 €
64628	42.1	PREDIO URBANO-OUTEIRINHO-LOTE 4	31-12-2015	13 Permuta	36 - A	2.743,77 €
64820	42.1	PARCELA TERRENO-DOMINIO PRIVADO	10-12-2015	12 Venda Terrenos	29 - A	240,00 €
64821	42.1	PARCELA TERRENO-DOMINIO PRIVADO	11-12-2015	12 Venda Terrenos	32 - A	110,00 €
64822	42.1	PARCELA TERRENO-DOMINIO PRIVADO	11-12-2015	12 Venda Terrenos	30 - A	300,00 €
64823	42.1	PARCELA TERRENO-DOMINIO PRIVADO	11-12-2015	12 Venda Terrenos	31 - A	230,00 €
64728	45.3	PREDIO URBANO-LAVADOURO	30-06-2015	13 Permuta	18 - A	950,00 €
41997		DOMINIO PUBLICO-AREAS VERDES AJARDINADAS E ARBORIZADAS	04-12-2015	10 Outros	28 - A	- €
41998		DOMINIO PUBLICO-INSTALAÇÃO EQUIPAMENTOS UTILIZAÇÃO COLECTIVA	04-12-2015	10 Outros	28 - A	- €
41996		DOMINIO PUBLICO-ARRUAMENTOS, CIRCULAÇÕES, BAIAS ESTACIONAMENTO	04-12-2015	10 Outros	28 - A	- €
<b>TOTAL</b>						<b>408.598,84 €</b>

**Imobilizado em Curso**

O total das imobilizações em curso é o que consta no Balanço e que perfaz o total de 22.899.192,77 €, que reflete as obras que foram contabilizadas na 44 – imobilizações em curso e que ainda não tiveram o seu término.

**Quadro 49 – 44.2.1 – Terrenos e Recursos Naturais**

Identificação do Projeto		Valor
Número	Designação	
397/2012	TERRENOS OBJETO DE CONTRATOS FUTUROS	158.083,66 €
<b>TOTAL</b>		<b>158.083,66 €</b>



**Quadro 50 – 44.2.2.1.03 – Instalações Desportivas e Recreativas**

Identificação do Projeto		Valor
Número	Designação	
13/2011	CONSTRUÇÃO PAVILHAO DESPORTIVO DE MOZELOS	159.735,56 €
149/2012	PAVILHAO DESPORTIVO S.JOAO VER	695.632,73 €
<b>TOTAL</b>		<b>855.368,29 €</b>

**Quadro 51 – 44.2.2.1.06 - Escolas**

Identificação do Projeto		Valor
Número	Designação	
14/2015	SUBSTITUIÇÃO COBERTURAS EM FIBROCIMENTO CONTENDO PARTICULAS DE AMIANTO-ESTABELECIMENTOS EDUCAÇÃO DO EB E PRE-ESCOLAR	41.139,66 €
151/2012	DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO MURO VEDAÇÃO EB1 MATA-PAÇOS BRANDÃO	13.235,00 €
155/2012	CENTRO ESCOLAR ARRIFANA	32.945,00 €
2/2011	CENTRO ESCOLAR VALE	10.201,92 €
31/2012	CENTRO ESCOLAR FORNOS	7.642,94 €
98/2012	CONSTRUÇÃO EB 2,3 SANTA MARIA FEIRA E PAVILHAO DESPORTIVO	6.285.789,92 €
CONT.160/2009	REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO EB 2/3 PAÇOS BRANDAO	3.549.036,13 €
<b>TOTAL</b>		<b>9.939.990,57 €</b>

**Quadro 52 – 44.2.2.1.08.01 – Comissão de Proteção Menores**

Identificação do Projeto		Valor
Número	Designação	
28/2015	ADAPTAÇÃO INSTALAÇÕES COMISSAO PROTEÇÃO MENORES	42.560,91 €
<b>TOTAL</b>		<b>42.560,91 €</b>

**Quadro 53 – 44.2.2.1.99 - Outros**

Identificação do Projeto		Valor
Número	Designação	
17/2011	DEMOLIÇÃO DE INSTALAÇÕES	18.381,00 €
20/2011	REPARAÇÃO TANQUE PUBLICO-RUA SALGUEIRINHA-SANTA MARIA LAMAS	5.024,14 €
387/2012	RESTAURO E AMPLIAÇÃO UNIDADE SAUDE RIO MEAO	40.918,47 €
388/2012	FONTENARIO E ESCULTURA	5.638,19 €
<b>TOTAL</b>		<b>69.961,80 €</b>

**Quadro 54 – 44.2.2.2.01 – Viadutos, arruamentos e Obras Complementares**

Identificação do Projeto		
Número	Designação	Valor
221/2012	CONSTRUÇÃO OBRAS ARTE CORRENTES-NOGUEIRA REGEDOURA	36.512,00 €
5/2011	ARRUAMENTO ACESSO CENTRO ESCOLAR MURADO-MOZELOS	280.353,58 €
6/2011	ARRUAMENTO ACESSO CENTRO SOCIAL MOZELOS	105.834,67 €
15/2015	CONSTRUÇÃO INFRAESTRUTURAS EM CASALDAÇA/GANDARA - GUISANDE	65.188,74 €
19/2015	ALARGAMENTO DE ARRUAMENTO-RUA DAS PEDREIRAS E TRAVESSA DAS PEDREIRAS-LOUROSA	36.653,69 €
23/2015	REQUALIFICAÇÃO RUA CARLOS MARTINS - MOZELOS	2.968,00 €
27/2015	ARRUAMENTO DE ACESSO AO CAIS DE PORTO CARVOEIRO	17.835,00 €
29/2015	RECONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE DE ARRUAMENTO MUNICIPAL, EM ELEMENTOS PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO, NA RUA DE PORTO JUNCO, AO ENTRONCAMENTO C/ A RUA PRINCIPAL, FREGUESIA DE S. M. DO SOUTO	12.559,67 €
<b>TOTAL</b>		<b>557.905,35 €</b>

**Quadro 55 – 44.2.2.2.03 – Iluminação Pública**

Identificação do Projeto		
Número	Designação	Valor
18/2015	EFICIENCIA ENERGETICA NA ILUMINAÇÃO PUBLICA	948.211,90 €
<b>TOTAL</b>		<b>948.211,90 €</b>

**Quadro 56 – 44.2.2.2.04 – Parques e Jardins**

Identificação do Projeto		
Número	Designação	Valor
10/2011	RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS PEDREIRAS ABANDONADAS DE LOUROSA	1.659.900,72 €
55/2013	REQUALIFICAÇÃO DAS PEDREIRAS DAS PENAS - SANTA MARIA FEIRA	798.823,77 €
<b>TOTAL</b>		<b>2.458.724,49 €</b>

**Quadro 57 – 44.2.2.2.07 – Viação Rural**

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
12/2014	TRABALHOS REALIZADOS DE CALCETEIRO-RUA DE ACESSO AO CASTELO		4.704,75 €
12/2015	PAVIMENTAÇÃO BETAO BETUMINOSO-ARRUAMENTOS CONCELHO 1ª FASE		294,45 €
24/2015	REQUALIFICAÇÃO RUAS DR.CANDIDO PINHO, ANTONIO MARTINS SORES LEITE E OLIVAL E AV.5 DE OUTUBRO E MONUMENTO		18.653,86 €
25/2015	PAVIMENTAÇÃO TRAVESSA DO RANZAL - 2ªFASE - S.JOAO DE VER		46.898,85 €
<b>TOTAL</b>			<b>70.551,91 €</b>

**Quadro 58 – 44.2.2.2.08 – Sinalização e Trânsito**

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
391/2012	SEMAFOROS		2.741,56 €
<b>TOTAL</b>			<b>2.741,56 €</b>

**Quadro 59 – 44.2.2.2.05 – Instalações Desportivas e Recreativas**

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
4/2012	CONSTRUÇÃO PAVILHAO DESPORTIVO FIAES - 1ªFASE E 2ª FASE		2.004.792,29 €
11/2013	CAMPO FUTEBOL VILAMAIorense-VILA MAIOR		5.917,28 €
12/2013	BALNEARIOS CAMPO TREINOS-CANEDO		62.986,47 €
13/2013	CAMPO TREINOS-CANEDO		63.820,12 €
14/2013	SANITARIO PUBLICO-ARRIFANA		2.697,01 €
15/2013	SANITARIOS PUBLICOS EM REBORDELO-CANEDO		23.409,33 €
16/2013	POLIDESPORTIVO DE VILARES-CANEDO		20.017,08 €
17/2013	CAMPO TREINOS-FIAES		21.091,52 €
18/2013	CAMPO TREINOS-RIO MEAO		19.804,33 €
19/2013	POLIDESPORTIVO-ARGONCILHE		16.252,35 €
20/2013	CAMPO TREINOS-TRAVANCA		49.007,16 €
21/2013	CAMPO FUTEBOL-S.JOAO DE VER		22.458,10 €
22/2013	CAMPO TREINOS-SANTA MARIA LAMAS		15.414,42 €
23/2013	BALNEARIOS CAMPO DE TREINOS-LOUROSA		4.899,82 €
24/2013	CAMPO TREINOS EM LOUROSA		26.514,74 €
25/2013	PARQUE JOGOS DO VALE		25.537,06 €
26/2013	CAMPO TREINOS DO ARRIFANENSE		663,59 €
27/2013	PARQUE JOGOS Mª CAROLINA LEITE-ARRIFANA		1.515,00 €
28/2013	CAMPO DE FUTEBOL-ESCAPAES		1.078,74 €
29/2013	PAVILHAO MUNICIPAL-LOUROSA		10.234,09 €
30/2013	PISTA ATLETISMO DE LOUROSA		54.905,86 €
31/2013	PISCINA DE LOUROSA-HALL ENTRADA		18.596,20 €
32/2013	QUADRO ELECTRICO DIV.SANEAMENTO		5.774,36 €
33/2013	REMODELAÇÃO EB1 ORDONHE		6.049,16 €
34/2013	PISTA DE AQUECIMENTO-LOUROSA		129.926,88 €
35/2013	BALNEARIOS DO MILHEIROENSE		15.707,40 €
36/2013	PARQUE DESPORTIVO SANFINS		7.713,66 €
37/2013	CAMPO JOGOS MILHEIROS POIARES		20.632,75 €
38/2013	ALARGAMENTO VIA PUBLICA NA RUA S.CRISTOVAO-SANGUEDO		5.110,92 €
39/2013	ZONA DESPORTIVA DE FIAES		55.836,74 €
40/2013	CAMPO TREINOS GRUPO DESPORTIVO DE PAÇOS DE BRANDAO-TERRAPLANAGENS		47.343,78 €
41/2013	CAMPO FUTEBOL POUSADELA		4.580,00 €
42/2013	PARQUE DESPORTIVO POUSADELA-NOGUEIRA REGEDOURA		1.006,02 €
44/2013	CONSTRUÇÃO COMPLEXO DESPORTIVO E AMPLIAÇÃO DAS PISCINAS FIAES		156.595,64 €
<b>TOTAL</b>			<b>2.927.889,87 €</b>

**Quadro 60 – 44.2.2.2.12.01 – Redes de Abastecimento de Água**

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
15/2011	EXECUÇÃO REDE DE AGUA E SANEAMENTO - FEIRA PARK		106.652,69 €
152/2012	RESERVATORIO R53-MOSTEIRO		6.892,88 €
153/2012	RESERVATORIO R39-VALE		6.892,87 €
3/2014	CONSTRUÇÃO ADUTORA R48.2 E/OU R48.3 - REDE BAIXA DA CIDADE DA FEIRA		412.199,07 €
<b>TOTAL</b>			<b>532.637,51 €</b>

**Quadro 61 – 44.2.2.2.12.02 – Redes de Saneamento e Esgotos**

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
154/2012	INTERCEPTOR RIO MEAO		47.146,44 €
18/2011	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM AGUAS PLUVIAIS - RUA 13 AGOSTO - S.MIGUEL SOUTO		14.049,63 €
3/2011	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM DOMESTICA NA EB 2/3 ARRIFANA		16.261,29 €
4/2011	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM PLUVIAL RUA S.MARTINHO-ARGONCILHE		104.258,49 €
99/2012	CONSTRUÇÃO VIA ACESSO AO PEC		61.248,92 €
CONT.51/2006	CONSTRUÇÃO ETAR FIAES		3.539.330,44 €
CONT.83/2007	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DO LOTEAMENTO REGATO - FIAES		121.812,76 €
CONT.90/2010	REPERFILAMENTO DO INTERCEPTOR DO CASTER-SANTA MARIA FEIRA		104.257,99 €
CONT.99/2010	REABILITAÇÃO EMISSARIO RIOMAIOR - SANTA MARIA LAMAS		57.899,19 €
1/2013	CONSTRUÇÃO COLETOR DRENAGEM AV.BELCHIOR CARDOSO DA COSTA		14.144,37 €
3/2013	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM PLUVIAL-LUGAR OUTEIRO-SANTA MARIA LAMAS		15.429,85 €
47/2013	INTERCEPTOR ARGONCILHE		1.500,00 €
7/2014	EXECUÇÃO REDES DRENAGEM DOMESTICA E PLUVIAL NA RUA CANIÇAS, TRAVESSA DE VALVOES E TRAVESSA RANZAL-S.JOAO VER		104.473,89 €
3/2015	INFRAESTRUTURAS NAS RUAS 1 MAIO E DAS PEDREIRAS - LOUROSA		13.571,18 €
<b>TOTAL</b>			<b>4.215.384,44 €</b>

**Quadro 62 – 44.2.2.2.12.03 – Construções diversas em Curso**

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
19/2011	MANUTENÇÃO / CONSERVAÇÃO - OBRA ARTE		3.169,40 €
CONT.146/2009	AQUISIÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS		114.494,90 €
<b>TOTAL</b>			<b>117.664,30 €</b>

**Quadro 63 – 44.2.5 – Ferramentas e Utensílios**

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
45/2013	RODA DO MOINHO		1.516,21 €
<b>TOTAL</b>			<b>1.516,21 €</b>

**Quadro 64 – 44.5.3.1 – Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares**

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
8/2015	EXECUÇÃO PARA N1 ROTUNDA DA EN COM A RUA INACOR E RUA DE S.JOAO - LOUROSA		5.018,40 €
16/2014	EXECUÇÃO FECHO REDE ABASTECIMENTO AGUA E DE SANEAMENTO VARIOS PONTOS CONCELHO		245.490,56 €
<b>TOTAL</b>			<b>250.508,96 €</b>

**Quadro 65 – 44.5.3.2 – Parques e Jardins**

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
38/2012	MOINHO		18.853,87 €
216/2012	EQUIPAMENTO PARA RUA DR. FERREIRA PINHO VILA MAIOR		5.097,31 €
217/2012	CRUZEIRO		8.881,03 €
218/2012	MOINHO EM MOURE		11.493,41 €
392/2012	MOINHO NO ROSSIO - RIO CASTER		5.503,05 €
393/2012	FURO CARTESIANO		8.483,88 €
394/2012	EQUIPAMENTO PARA JARDIM INFANCIA-PAÇOS BRANDAO		5.515,38 €
395/2012	EQUIPAMENTO PARA J.I. PEREIRO - MILHEIROS DE POIARES		4.737,54 €
396/2012	EQUIPAMENTO PARA J.I. OUTEIRO - MILHEIROS POIARES		2.743,42 €
97/2012	EQUIPAMENTO PARA PARQUE DESPORTIVO DE VILA MAIOR		3.398,21 €
<b>TOTAL</b>			<b>74.707,10 €</b>

**Quadro 66 – 44.8.1 – Terrenos e Recursos Naturais**

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
398/2012	TERRENOS OBJETO DE CONTRATOS FUTUROS		118.202,37 €
<b>TOTAL</b>			<b>118.202,37 €</b>

**Circulante**

O ativo circulante, com o montante de 24.843.821,73 €, que representa 7,93% do ativo líquido total, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades.

**Quadro 67 – Ativo Circulante**

Designação	2015	2014	2013	Δ	
				2015/2014	2015/2013
<b>Existências</b>					
36 Matérias primas, subsidiárias e de consumo	320.377,81 €	338.392,87 €	338.836,65 €	-5,32%	-5,45%
<b>Dívidas de Terceiros Curto Prazo</b>					
212 Contribuintes c/c	62.536,15 €	3.057,13 €		1945,58%	
213 Utentes c/c	2.987.704,58 €	1.596.448,06 €	1.493.337,93 €	87,15%	100,07%
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa		- €	106,20 €		
24 Estado e Outros Entes Públicos		15.396,40 €	118.514,83 €		
26 Outros devedores	2.653.340,11 €	3.225.562,13 €	1.688.565,38 €	-17,74%	57,14%
<b>Depósitos em Inst. Bancárias e Caixa</b>					
11 Caixa	4.288,29 €	7.844,56 €	7.673,43 €	-45,33%	-44,12%
12 Depósito em instituições financeiras	18.815.574,79 €	11.550.638,87 €	4.447.580,16 €	62,90%	323,05%
<b>Total</b>	<b>24.843.821,73 €</b>	<b>16.737.340,02 €</b>	<b>8.094.614,58 €</b>	<b>48,43%</b>	<b>206,92%</b>

As rubricas referentes às dívidas de utentes c/c e contribuintes c/c (líquidas) registaram um aumento quando comparado com o ano subsequente, sendo que passaram de 1.599.505,19 € para 3.050.240,73 €.

Contudo, a dívida de utentes ostenta o montante bruto de 6.719.926,16 €, tendo sido provisionado o montante de 3.732.221,58 €, por serem dívidas em atraso, a mais de 180 dias.

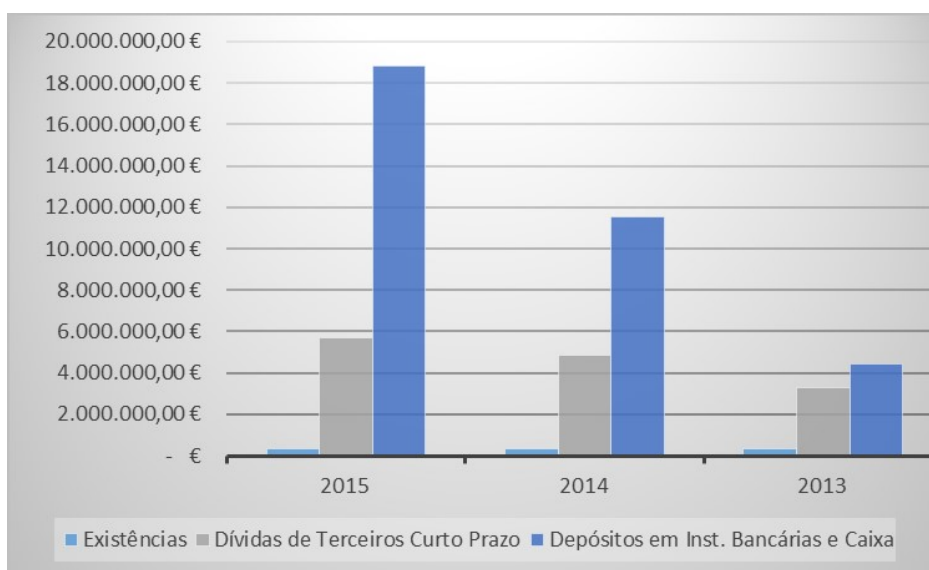
Nesta dívida encontra-se refletida a dívida da Indáqua referente às cobranças realizadas e ainda não transferidas para o Município, bem como a renda de concessão da EDP referente a dezembro, transferida para o Município a 31 do referido mês, mas apenas arrecadada em janeiro de 2016.

Este acréscimo resulta da dificuldade de cobrança das receitas municipais referentes nomeadamente às taxas de saneamento e recolha de resíduos sólidos, e das rendas de habitação social, agravada pela da conjuntura económica que o país atravessa.

A rubrica outros devedores, onde se incluem todos os valores devidos ao Município por conta de financiamentos oriundos da Administração Central - Fundos Comunitários, verificou uma diminuição de 17,74%, referente a pedidos de pagamentos submetidos e recebidos durante o ano de 2015, uma vez que o quadro comunitário se encontra em final de execução.

Nas rubricas de caixa e depósito em instituições particulares verificou-se um acréscimo de 62,82%, comparativamente ao ano transato, devido essencialmente à contenção da despesa face à exigência que a lei dos compromissos estabelece, onde os compromissos assumidos e não pagos no montante de 6.934.183,73 €, se encontram totalmente cobertos pelo saldo do orçamento, ou seja, detêm uma taxa de cobertura de 271,41%.

**Gráfico 29 – Ativo Circulante**



#### Acréscimos e Diferimentos - ativo

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos.



Em 2015, o reconhecimento de custos e proveitos de natureza ativa fixou-se no montante de 20.576.637,15 €, que comparado com o ano de 2014, regista uma diminuição no montante de 731.351,91 €, que corresponde a uma diminuição de 3,55%.

O quadro infra ilustra as receitas cobradas em 2015, mas cuja transferência para o Município só ocorrerá em 2016.

#### Quadro 68 – Acréscimos e Diferimentos - Ativo

Contas	Acréscimos e Diferimentos - Ativo	Valor
27.1.1.1	Juros a receber-Depsitos à ordem	0,11 €
27.1.9	Outros acréscimos de proveitos	
27.1.9.1	IMI	17.095.144,68 €
27.1.9.2	Derrama	2.391.630,00 €
27.1.9.3	IUC	151.138,94 €
27.1.9.4	RSU	330.380,94 €
27.1.9.5	DGESTE	166.560,73 €
27.1.9.6	Refeições Escolares	168.749,49 €
27.1.9.7	IMT	151.318,68 €
27.1.9.9	Outros	121.513,66 €
27.2.1	Seguros	199,92 €
	<b>Total</b>	<b>20.576.637,15 €</b>

A parcela dominante nos acréscimos de proveitos é da responsabilidade do Imposto Municipal de Imóveis (IMI), e da Derrama que são cobrados pela Autoridade Tributária e transferidos para o Município no ano de 2016, mas referentes ao ano de 2015.

O cálculo da receita do IMI foi efetuado com base nas listagens disponibilizadas no *site* da Autoridade Tributária, acrescido do montante transferido em janeiro de 2016, enquanto, para a derrama a estimativa apresentada é a que consta no Orçamento para 2016, acrescido do montante transferido em janeiro, uma vez que não existe documentação de suporte para um cálculo rigoroso do valor. Assim, entendeu-se que o critério mais apropriado seria o adotado para o Orçamento de 2016, que consiste na média dos últimos 24 meses, conforme exigência do POCAL. A componente do IMI aumentou no montante de 444.829,65 €, enquanto a componente da Derrama diminuiu no montante de 377.416,00 €.

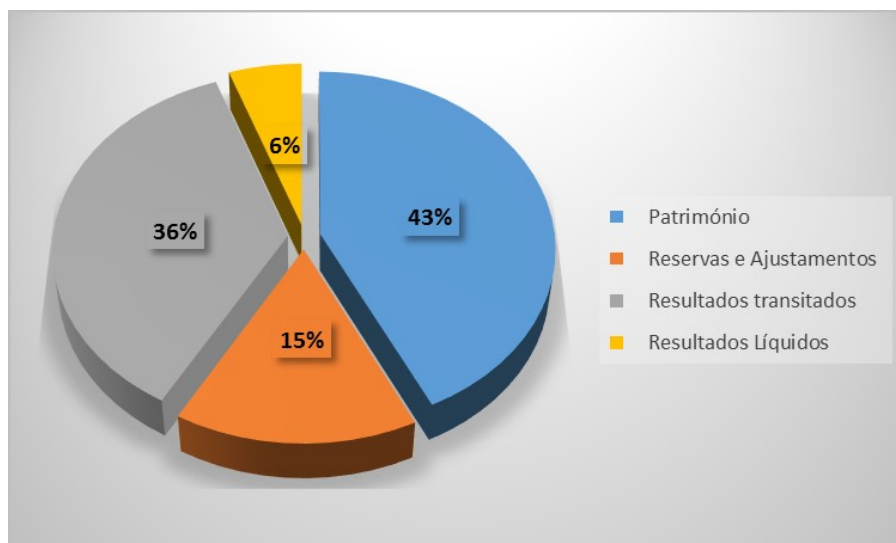
As receitas referentes ao Imposto Único de Circulação (IUC) e Imposto Municipal sobre Transações (IMT), foram alvo de decréscimo, comparativamente com o ano transato.

As receitas com as refeições escolares e com a cobrança de RSU têm uma diferente aplicação, pois são receitas procedentes do serviço prestado pelo Município em dezembro de 2015, mas apenas

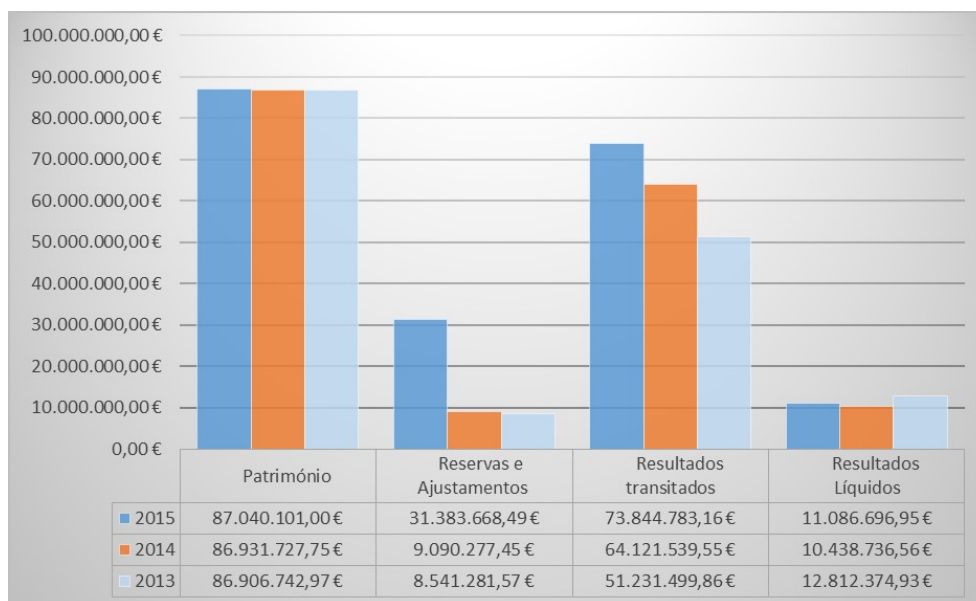
debitado aos utentes/clientes em 2016. Pelo que, verificou-se uma diminuição na componente de RSU e um aumento na componente das refeições escolares, comparativamente com o ano de 2015.

## Fundos Próprios

**Gráfico 30 – Peso dos Fundos Próprios**



**Gráfico 31 – Distribuição dos Fundos Próprios**



Os Fundos Próprios totalizam no final de 2015 o valor de 203.355.249,60 €, que corresponde a um aumento face a 2014, em 19%.

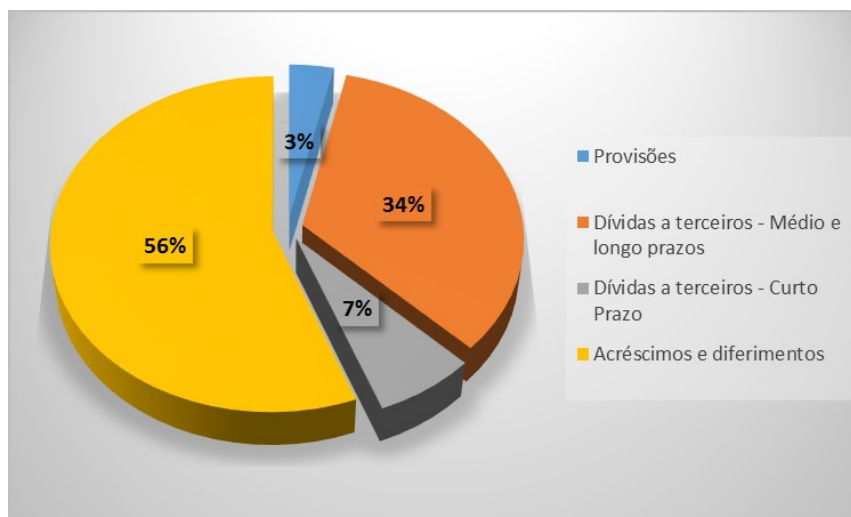
A grande oscilação é procedente pelo auto de cedência de utilização do Complexo do Europarque no valor de 21.400.000,00 € (entretanto amortizado), do resultado líquido gerado no exercício anterior, bem como pelas regularizações efetuadas com repercussão à data de implementação do POCAL, e pelas importâncias classificadas em Reservas.

Salienta-se, ainda que, durante o exercício económico de 2015, foram identificados factos alguns patrimoniais, às contas do Imobilizado, que alteram a composição do património municipal e que até àquela data não tinham sido devidamente relevados.

Remete-se para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, nomeadamente, no ponto 8.2.2.8 a apreciação detalhada dos Fundos Próprios com todos os movimentos explicados e justificados.

## Passivo

**Gráfico 32 – Estrutura do Passivo**



**Quadro 69 – Estrutura do Passivo**

Designação	2015	2014	2013	Variação 2015/2014
<b>Provisões</b>	<b>3.895.348,39 €</b>	<b>3.037.479,47 €</b>	<b>1.223.353,65 €</b>	<b>28,24%</b>
<b>Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo</b>				
Empréstimos de médio e longo prazo	35.146.561,56 €	40.019.075,23 €	44.314.371,39 €	-12,18%
Acordos de Pagamento			1.718.865,78 €	
FAM - componente a pagar de MLP	2.058.697,05 €	2.470.434,05 €		-16,67%
<b>Total Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>	<b>37.205.258,61 €</b>	<b>42.489.509,28 €</b>	<b>46.033.237,17 €</b>	<b>-12,44%</b>
<b>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</b>				
Empréstimos de MLP-componente a pagar a curto prazo	4.690.524,06 €	4.652.066,24 €	5.029.946,83 €	0,83%
Adiantamentos por conta de vendas	293.239,88 €	761.559,88 €		-61,49%
Fornecedores c/c	180.039,75 €	125.055,49 €	376.505,29 €	43,97%
Fornecedores-Faturas em receção e conferência	170.575,28 €	852.020,05 €	1.063.022,90 €	-79,98%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				
Fornecedores de imobilizado c/c		33.364,29 €	541.115,79 €	-100,00%
Fornecedores de imobilizado-Faturas em receção conf.	7.605,61 €	562.777,22 €	1.311.956,20 €	-98,65%
Estado e outros entes públicos	171.591,77 €	330.239,33 €	198.843,78 €	-48,04%
Administração autárquica	6.063,53 €	8.203,55 €	11.575,35 €	-26,09%
Outros credores	734.550,33 €	453.899,89 €	313.660,93 €	61,83%
Garantias e Cauções	1.341.960,22 €	1.252.934,16 €	934.693,70 €	7,11%
<b>Total Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</b>	<b>7.596.150,43 €</b>	<b>9.032.120,10 €</b>	<b>9.781.320,77 €</b>	<b>-15,90%</b>
<b>Acréscimos e diferimentos</b>				
Acréscimos de custos	1.854.202,82 €	1.960.088,92 €	1.982.562,22 €	-5,40%
Proveitos diferidos	59.565.306,47 €	56.758.017,38 €	48.882.627,97 €	4,95%
<b>Total Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>61.419.509,29 €</b>	<b>58.718.106,30 €</b>	<b>50.865.190,19 €</b>	<b>4,60%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>110.116.266,72 €</b>	<b>113.277.215,15 €</b>	<b>107.903.101,78 €</b>	<b>-2,79%</b>

A análise efetuada atende à informação contida no balanço, integrando quer as operações orçamentais quer as não orçamentais.

Como se pode observar, à data de 31 de dezembro de 2015, o passivo total atingiu o montante de 110.116.266,72 € tendo-se verificado uma diminuição no montante de 3.160.948,43 € relativamente ao ano de 2014, que corresponde a 2,79%.

A rubrica das provisões aumentou em 28%, devido fundamentalmente ao processo n.º2947/14.8TBVFR – 2º Cível do Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira, instaurado contra o Município, que se encontra a aguardar julgamento (nas Notas ao Balanço no ponto 8.2.27 encontra-se devidamente identificado).

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo diminuíram no global no montante de 5.284.250,67€, comparativamente com o ano 2014, que corresponde a 12,44%. Para isso contribuíram a amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, em 12,18% e o Fundo de Apoio Municipal (FAM) concretizado ao abrigo do artigo 19º da Lei n.º 53/2014 de 25 agosto, em 16,67% (411.738,00 €).

As dívidas a terceiros de curto prazo no global, diminuíram no montante de 1.435.969,67 € relativamente ao ano de 2014, que corresponde a (-) 15,90%. Esta diminuição deve-se essencialmente ao comportamento registados pelas rubricas, Fornecedores conta corrente e em receção e conferência, Fornecedores de imobilizado conta corrente e em receção e conferência e a rubrica de adiantamento por conta de vendas.

O aumento da rubrica outros credores deve-se, à semelhança da dívida a terceiros de médio e longo prazo, o facto de o Município registar a sua participação no FAM que terá de pagar no decorrer do ano de 2016.

A análise mais pormenorizada desta rubrica foi devidamente explicitada no capítulo II – Análise ao Endividamento.

#### Acréscimos e Diferimentos – passivo

**Quadro 70 – Acréscimos e Diferimentos - Passivo**

Contas	Acréscimos e Diferimentos - Passivo	Valor
27.3.2	Remunerações a liquidar	1.715.319,93 €
27.3.3.1	Juros a liquidar_Emprestimos de médio e longo prazo	50.687,52 €
27.3.4	Custos correntes (água, eletricidade, aquecimento)	34.816,72 €
27.3.5	Prestação de serviços	47.536,52 €
27.3.9	Outros acrescimos de custos	5.842,13 €
27.4.5	Subsidios para investimentos	59.526.016,60 €
27.4.9	Outros proveiros diferidos	39.289,87 €
<b>Total</b>		<b>61.419.509,29 €</b>

Igualmente confinados ao princípio da especialização dos exercícios são os acréscimos e diferimentos de natureza passiva. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam custos ou se processam receitas, e que devem ser reconhecidos no próprio exercício ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercícios posteriores.

No que concerne aos proveitos diferidos, destaca-se as remunerações a pagar em 2016, cujo custo deverá onerar o exercício a que respeita, ou seja, ao ano de 2015.

Do total dos acréscimos de custos a parcela com maior expressividade respeita a reconhecimento dos subsídios para investimento, no montante global de 59.526.016,60 €.



Como garante do controlo de cada candidatura realizada, foi elaborado um mapa específico, onde constam todas as obras associadas, com data de finalização, número de inventário do património associado a cada obra, valor efetivamente arrecadado por candidatura e valor das amortizações a realizar.

### Quadro 71 – Obras Financiadas

Designação obras	Ano utilização	Valor recebido	Amortizações			conta 27.4.5
			Amortizações anteriores (1)	Amortizações Exercício 2015 (2)	Amortizações acumuladas (1+2)	
Ordenamento Valorização e Requalificação das Margens do Caster	2008	221.941,57 €	84.549,18 €	10.568,65 €	95.117,83 €	126.823,74 € 27.4.5.1.1.1.02.01
Conclusão do Interceptor do Caster	2009	56.382,30 €	16.914,68 €	2.819,11 €	19.733,80 €	36.648,50 € 27.4.5.1.1.1.02.02
Requalificação da Rua dos Descobrimientos	2008	115.486,06 €	40.420,12 €	5.774,30 €	46.194,42 €	69.291,64 € 27.4.5.1.1.1.02.03
Via Feira Nova - 1ª Fase da Via Circular à Cidade (Operação Norte-10-0350-FEDER-000029)	2013	108.815,10 €	16.726,45 €	8.363,22 €	25.089,67 €	83.725,43 € 27.4.5.1.1.1.02.04
Construção da Unidade de Saúde de Argoncilhe	2015	1.138.886,71 €	- €	14.236,08 €	14.236,08 €	1.124.650,63 € 27.4.5.1.1.1.03
Jardim de Infância de Igreja, Sanguedo	2013	248.067,31 €	14.483,06 €	4.775,14 €	19.258,20 €	228.809,11 € 27.4.5.1.1.1.04
Município Digital	2009	956.282,74 €	557.054,03 €	28.518,37 €	585.572,40 €	370.710,34 € 27.4.5.1.1.9.02
Centro Escolar Souto Nogueira da Regedoura	2011	840.035,54 €	48.216,05 €	13.133,60 €	61.349,65 €	778.685,89 € 27.4.5.4.1.1.01
Reabilitação e Gestão Activa do Corredor Ecológico do Rio Uima	2014	486.776,90 €	23.042,51 €	23.042,51 €	46.085,02 €	440.691,88 € 27.4.5.4.1.1.02
Requalificação/Ampliação Escola Básica Paços de Brandão	em curso	3.018.081,86 €				3.018.081,86 € 27.4.5.4.1.1.03
Centro Escolar S. Domingos - Argoncilhe	2011	535.610,02 €	29.586,69 €	9.537,67 €	39.124,36 €	496.485,66 € 27.4.5.4.1.1.04
Centro Escolar de Louredo	2011	623.642,87 €	37.974,36 €	10.311,91 €	48.286,27 €	575.356,60 € 27.4.5.4.1.1.05
Centro Escolar de Igreja Lobão	2011	1.030.923,99 €	64.499,64 €	17.612,43 €	82.112,07 €	948.811,92 € 27.4.5.4.1.1.06
Centro Escolar de Igreja Lourosa	2013	898.700,11 €	31.834,61 €	15.534,11 €	47.368,72 €	851.331,39 € 27.4.5.4.1.1.07
Centro Escolar de Arraial - Sanguedo	2012	642.071,07 €	32.593,91 €	13.011,92 €	45.605,83 €	596.465,24 € 27.4.5.4.1.1.08
Centro Escolar de Mosteirô	2012	1.220.135,03 €	52.895,23 €	22.224,70 €	75.119,93 €	1.145.015,10 € 27.4.5.4.1.1.09
Centro Escolar Chão do Monte - Lamas	2011	321.707,74 €	31.394,79 €	6.712,37 €	38.107,16 €	283.600,58 € 27.4.5.4.1.1.10
Centro Escolar de Espargo	2012	780.204,63 €	36.004,54 €	15.877,70 €	51.882,24 €	728.322,39 € 27.4.5.4.1.1.11
Centro Escolar S. João Vêr	2013	2.201.382,65 €	54.218,44 €	27.109,22 €	81.327,66 €	2.120.054,99 € 27.4.5.4.1.1.12
Centro Escolar de Valrico Souto	2011	613.333,70 €	34.269,41 €	11.383,71 €	45.653,12 €	567.680,58 € 27.4.5.4.1.1.13
Recuperação Pedreiras Lourosa	em curso	831.259,73 €				831.259,73 € 27.4.5.4.1.1.14
Criação Escola Básica de Santa Maria da Feira	em curso	5.856.370,63 €				5.856.370,63 € 27.4.5.4.1.1.15
Museu Convento dos Loios	2008	1.103.685,58 €	95.263,36 €	12.907,98 €	108.171,34 €	995.514,24 € 27.4.5.4.1.1.16
Ampliação do Museu Convento dos Lóios	2014	34.066,60 €	17.033,30 €	17.033,30 €	34.066,60 €	- € 27.4.5.4.1.1.16
Via Feira Nova - 1ª Fase da Via Circular à Cidade (Operação Norte-10-0350-FEDER-000029)	2013	561.213,66 €	56.121,37 €	28.060,68 €	84.182,05 €	477.031,61 € 27.4.5.4.1.1.17
Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua	2015	1.743.206,28 €	- €	45.462,56 €	45.462,56 €	1.697.743,72 € 27.4.5.4.1.1.18
Centro Escolar de Canedo	2015	1.381.035,82 €	- €	33.446,81 €	33.446,81 €	1.347.589,01 € 27.4.5.4.1.1.19
Tec Escolas Digitais	em curso	87.401,00 €				87.401,00 € 27.4.5.4.1.1.20
Biblioteca Municipal 3ª fase	2000	813.738,91 €	623.421,01 €	8.967,07 €	632.388,08 €	181.350,83 € 27.4.5.4.1.1.21
Complexo Desportivo e Ampliação da Piscina Calvario de Fiães	2007	553.974,19 €	55.397,42 €	6.924,68 €	62.322,10 €	491.652,09 € 27.4.5.4.1.1.22
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª Fase	2005	427.175,81 €	194.431,03 €	21.358,79 €	215.789,82 €	211.385,99 € 27.4.5.4.1.1.23
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª Fase	2005	473.596,20 €	195.978,57 €	23.679,81 €	219.658,38 €	253.937,82 € 27.4.5.4.1.1.24
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2005	443.038,92 €	173.572,37 €	18.721,15 €	192.293,52 €	250.745,40 € 27.4.5.4.1.1.25
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira	2005	237.423,71 €	76.898,55 €	9.672,59 €	86.571,14 €	150.852,57 € 27.4.5.4.1.1.26
Fechos de Rede em várias Freguesias do Concelho - 2ª fase	2004	358.385,74 €	196.641,78 €	17.919,29 €	214.561,07 €	143.824,67 € 27.4.5.4.1.1.27
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial em Santa Maria da Feira	2006	376.323,62 €	115.971,34 €	16.248,90 €	132.220,24 €	244.103,38 € 27.4.5.4.1.1.28
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial na Rua de S. Tiago - Lobão	2005	222.424,78 €	111.212,40 €	11.121,24 €	122.333,63 €	100.091,15 € 27.4.5.4.1.1.29
Construção de Redes de Drenagem de Esgotos Domésticos e Pluviais nas EN's 222 e 223	2005	593.123,06 €	304.325,27 €	29.656,15 €	333.981,42 €	259.141,64 € 27.4.5.4.1.1.30
Construção/Remodelação das Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial em Vila Boa, STª Mª da Feira	2005	205.528,85 €	102.764,42 €	10.276,44 €	113.040,86 €	92.487,99 € 27.4.5.4.1.1.31
Abastecimento de água e saneamento na via estruturante Paços de Brandão/Riomeão - EN 109.04	2004	252.566,30 €	138.911,48 €	12.628,32 €	151.539,79 €	101.026,51 € 27.4.5.4.1.1.32
Redes de abastecimento de água na Vergada e Ermil e redes de drenagem em Ermil-Mozelos, STª Mª Feira	2004	164.216,72 €	90.319,20 €	8.210,84 €	98.530,04 €	65.686,68 € 27.4.5.4.1.1.33
Abastecimento de água e saneamento na Póvoa e Framil - Canedo	2002	222.571,87 €	133.779,76 €	11.128,59 €	144.908,35 €	77.663,52 € 27.4.5.4.1.1.34
Abastecimento de água, drenagem domestica e pluvial Vergada (Mozelos) Ferradal e Gualtar(Fiães)	2002	206.357,02 €	126.606,07 €	10.317,85 €	136.923,93 €	69.433,09 € 27.4.5.4.1.1.35
Drenagem Doméstica e Pluvial nos lugares de Casas e Lourosela	2002	423.644,02 €	275.368,61 €	21.182,20 €	296.550,81 €	127.093,21 € 27.4.5.4.1.1.36
Etar da Remolha	2002	574.510,34 €	93.357,93 €	7.181,38 €	100.539,31 €	473.971,03 € 27.4.5.4.1.1.37
Redes de Abastecimento de Água e Drenagem de Esgotos Domésticos e Pluviais em Santa Maria da Feira	2002	336.662,40 €	218.830,56 €	16.833,12 €	235.663,68 €	100.998,72 € 27.4.5.4.1.1.38
Redes de Drenagem Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira	2006	384.185,00 €	117.444,17 €	12.939,25 €	130.383,42 €	253.801,58 € 27.4.5.4.1.1.39
Redes de Drenagem de Águas Pluviais no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2005	250.845,29 €	111.430,16 €	12.542,26 €	123.972,42 €	126.872,87 € 27.4.5.4.1.1.40
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª fase	2007	447.000,01 €	61.779,83 €	8.149,47 €	69.929,30 €	377.070,71 € 27.4.5.4.1.1.41
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª fase	2008	319.378,43 €	47.488,04 €	6.784,01 €	54.272,05 €	265.106,38 € 27.4.5.4.1.1.42
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª fase	2008	392.082,00 €	122.918,11 €	17.457,51 €	140.375,62 €	251.706,38 € 27.4.5.4.1.1.43



Designação obras	Ano utilização	Amortizações				conta 27.4.5	
		Valor recebido	Amortizações anteriores (1)	Amortizações Exercício 2015 (2)	Amortizações acumuladas (1+2)		
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 5ª fase	2008	235.621,06 €	71.439,46 €	10.126,87 €	81.566,33 €	154.054,73 € 27.4.5.4.1.1.44	
Redes de Abastecimento de água em Canedo e Vale, Stª Mª Feira	2007	326.205,58 €	86.132,89 €	12.104,42 €	98.237,31 €	227.968,27 € 27.4.5.4.1.1.45	
Requalificação do Espaço Urbano em Stª Mª Feira	2004	272.189,03 €	135.324,46 €	11.817,54 €	147.142,00 €	125.047,03 € 27.4.5.4.1.1.46	
Recuperação da Casa dos Condes de Fijó	2001	179.603,66 €	50.289,02 €	3.592,07 €	53.881,09 €	125.722,57 € 27.4.5.4.1.1.47	
Requalificação Urbana no Concelho de Stª Mª Feira	2005	194.383,83 €	75.839,16 €	9.719,19 €	85.558,35 €	108.825,48 € 27.4.5.4.1.1.48	
Recuperação/Ampliação de Escolas Primárias do Concelho	2004	400.192,91 €	81.553,30 €	5.892,77 €	87.446,07 €	312.746,84 € 27.4.5.4.1.1.49	
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2003	231.674,88 €	132.320,67 €	11.583,74 €	143.904,41 €	87.770,47 € 27.4.5.4.1.1.50	
Construção da Escola Pré-Primária de S. Domingos, Argoncilhe	2004	164.425,01 €	22.797,44 €	2.055,31 €	24.852,76 €	139.572,25 € 27.4.5.4.1.1.51	
Construção, Recuperação e Ampliação de Escolas no Concelho, 2ª fase	2004	333.747,04 €	41.910,01 €	4.171,84 €	46.081,85 €	287.665,19 € 27.4.5.4.1.1.52	
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª fase	2005	363.019,39 €	156.285,22 €	15.174,01 €	171.459,23 €	191.560,16 € 27.4.5.4.1.1.53	
Recuperação e Ampliação da Escola nº1 Paços Brandão	2007	397.795,51 €	27.160,00 €	3.395,00 €	30.555,00 €	367.240,51 € 27.4.5.4.1.1.54	
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª fase	2004	207.155,34 €	94.397,40 €	10.357,77 €	104.755,17 €	102.400,17 € 27.4.5.4.1.1.55	
Revitalização Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira	2006	129.687,41 €	55.506,47 €	6.320,55 €	61.827,02 €	67.860,39 € 27.4.5.4.1.1.56	
Revitalização Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª fase	2007	361.937,22 €	122.950,02 €	15.893,62 €	138.843,63 €	223.093,59 € 27.4.5.4.1.1.57	
Fechos de Rede em Várias freguesias do Concelho - 4ª Fase	2005	192.302,01 €	67.074,98 €	6.889,22 €	73.964,20 €	118.337,81 € 27.4.5.4.1.1.58	
Fechos de Rede em Várias freguesias do Concelho - 3ª Fase	2004	275.477,28 €	143.075,74 €	13.773,86 €	156.849,60 €	118.627,68 € 27.4.5.4.1.1.59	
Fechos de Rede em várias freguesias do Concelho	2004	446.405,27 €	255.961,87 €	22.320,26 €	278.282,13 €	168.123,14 € 27.4.5.4.1.1.60	
Construção das Redes de Abastecimento de Água e Drenagem Pluvial em Monte de Cima Lodeiro-Pacos de Brandão	2004	357.154,27 €	196.434,84 €	17.857,71 €	214.292,55 €	142.861,72 € 27.4.5.4.1.1.61	
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 1ª Fase	2003	453.869,03 €	81.096,26 €	7.036,18 €	88.132,44 €	365.736,59 € 27.4.5.4.1.1.62	
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 2ª Fase	2003	462.149,98 €	260.307,26 €	23.107,50 €	283.414,76 €	178.735,22 € 27.4.5.4.1.1.63	
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 3ª Fase	2003	217.057,58 €	113.033,88 €	10.852,88 €	123.886,76 €	93.170,82 € 27.4.5.4.1.1.64	
Reservatórios 1ª fase	2009	1.012.445,20 €	74.163,12 €	12.655,57 €	86.818,69 €	925.626,51 € 27.4.5.4.1.1.65	
Reservatórios 2ª fase	2009	943.937,49 €	72.270,12 €	11.799,22 €	84.069,34 €	859.868,15 € 27.4.5.4.1.1.66	
Remodelação e Ampliação do Edifício das Termas das Caldas de S. Jorze	2003	2.183.215,98 €	789.046,47 €	21.208,47 €	810.254,93 €	1.372.961,05 € 27.4.5.4.1.1.67	
Parque Empresarial da Cortiça (Via de acesso) - 1ª Fase	2009	1.608.709,51 €	490.668,79 €	80.442,93 €	571.111,72 €	1.037.597,79 € 27.4.5.4.1.1.68	
Zona Industrial de Soutelo - Fiães	2006	923.093,56 €	381.422,31 €	42.380,26 €	423.802,57 €	499.290,99 € 27.4.5.4.1.1.69	
Zona Industrial de Romariz - Santa Maria da Feira	2005	845.092,87 €	391.213,41 €	39.121,34 €	430.334,75 €	414.758,12 € 27.4.5.4.1.1.70	
Projecto Despertar Novos Museus	2007	98.145,33 €	91.000,99 €	1.778,53 €	92.779,52 €	5.365,81 € 27.4.5.4.1.1.71	
Museu Papel	2008	585.128,23 €	86.921,22 €	7.581,19 €	94.502,41 €	490.625,82 € 27.4.5.4.1.1.72	
Reabilitação EN 327	2008	1.500.472,75 €	525.472,75 €	75.067,54 €	600.540,29 €	899.932,46 € 27.4.5.4.1.1.73	
Construção de Pontões Derrocados Pelas Cheias - 1ª Fase	2003	232.537,95 €	142.978,80 €	11.194,90 €	154.173,70 €	78.364,25 € 27.4.5.4.1.1.74	
Ordenamento Valorização e Requalificação das Margens do caster	2008	264.090,00 €	92.431,50 €	13.204,50 €	105.636,00 €	158.454,00 € 27.4.5.4.1.1.75	
Construção da Escola Fixa de Trânsito de Fiaes, Santa Maria da Feira	2010	135.394,99 €	8.462,19 €	1.692,44 €	10.154,63 €	125.240,36 € 27.4.5.4.1.1.76	
Recuperação e Ampliação do Edifício na Rua Dr. Elísio de Castro em Santa Maria da Feira	2006	72.898,05 €	8.201,03 €	911,23 €	9.112,26 €	63.785,79 € 27.4.5.4.1.1.77	
Reordenamento de instalações das Redes de Educação Pré-escolar e do Ensino Básico - Construção da Escola EB1 Murado,	2009	460.736,80 €	51.926,43 €	5.564,42 €	57.490,85 €	403.245,95 € 27.4.5.4.1.1.78	
Construção do Prolongamento e Electrificação da Via Estruturante do Eixo Industrial Norte e Construção da Rotunda do Casalinho	2005	809.156,06 €	420.339,50 €	40.457,80 €	460.797,30 €	348.358,76 € 27.4.5.4.1.1.79	
Beneficiação do CM 1025 (Igreja/Pousadela/EN14)	2002	169.840,64 €	110.396,39 €	8.492,03 €	118.888,42 €	50.952,22 € 27.4.5.4.1.1.80	
Revitalização do Centro Histórico de Santa Maria da Feira	2002	231.556,48 €	127.553,55 €	11.577,82 €	139.131,37 €	92.425,11 € 27.4.5.4.1.1.81	
Fundo Coesão	2013	7.299.104,93 €	142.601,83 €	68.475,46 €	211.077,29 €	7.088.027,64 € 27.4.5.4.1.1.82	
EDV Digital	em curso	619.680,37 €				619.680,37 € 27.4.5.4.1.1.83	
Construção e Instalação do Centro de Informação Turística de Santa Maria da Feira	2015	158.191,88 €	- €	10.890,90 €	10.890,90 €	147.300,98 € 27.4.5.4.1.1.84	
EDV Digital Sama	em curso	255.339,52 €				255.339,52 € 27.4.5.4.1.1.85	
Construção do Pavilhão Desportivo de S. João de Ver	em curso	192.299,41 €				192.299,41 € 27.4.5.4.1.1.86	
Construção do Pavilhão Desportivo de Fiães - 2ª Fase	em curso	762.829,57 €				762.829,57 € 27.4.5.4.3.1	
Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B2)	2015	2.348.612,79 €	- €	36.031,20 €	36.031,20 €	2.312.581,59 € 27.4.5.4.4.1	
Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B3)	2015	2.406.630,02 €	- €	17.519,79 €	17.519,79 €	2.389.110,23 € 27.4.5.4.4.2	
Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B4)	2015	1.267.177,77 €	- €	21.396,48 €	21.396,48 €	1.245.781,29 € 27.4.5.4.4.3	
Recuperação das Pedreiras de Lourosa	em curso	812.619,71 €				812.619,71 € 27.4.5.4.4.4	
Eficiência Energética na Iluminação Pública	em curso	812.573,30 €				812.573,30 € 27.4.5.4.7.1	
Mobilidade para todos	2013	45.722,08 €	13.905,14 €	4.631,42 €	18.536,56 €	27.185,52 € 27.4.5.4.7.2	
Caldas RiverNatura	2014	117.518,38 €	5.981,15 €	5.981,15 €	11.962,30 €	105.556,08 € 27.4.5.5.2.1	
Bacias_Suldouro		667.000,00 €				667.000,00 €	
		<b>72.379.265,35 €</b>	<b>11.361.790,85 €</b>	<b>1.491.457,90 €</b>	<b>12.853.248,75 €</b>	<b>59.526.016,60 €</b>	<b>- €</b>



## IX. Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do Município durante o ano de 2015.

### Quadro 72 – Demonstração de Resultados

Ano 2015

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		2015		2014	
	<b>Custos e perdas</b>				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	12.325,31 €			
	Matérias	1.425.010,07 €	1.437.335,38 €	1.259.200,78 €	1.259.200,78 €
62	Fornecimento e serviços externos		15.592.581,27 €		15.084.461,36 €
	Custos com o pessoal				
641+642	Remunerações	10.596.268,13 €		10.741.797,74 €	
643 a 648	Encargos sociais	3.001.902,61 €	13.598.170,74 €	3.226.805,94 €	13.968.603,68 €
63	Transf. e subs. correntes concedidos e prestações sociais		4.108.581,99 €		4.173.046,27 €
66	Amortizações do exercício		7.628.553,20 €		6.777.548,92 €
67	Provisões do exercício		1.775.595,35 €		2.779.638,42 €
65	Outros custos operacionais		145.610,96 €		135.063,07 €
	(A)		44.286.428,89 €		44.177.562,50 €
68	Custos e perdas financeiras		551.177,56 €		813.197,71 €
	(C)		44.837.606,45 €		44.990.760,21 €
69	Custos e perdas extraordinários		2.562.717,47 €		1.695.837,97 €
	(E)		47.400.323,92 €		46.686.598,18 €
88	Resultado Líquido do exercício		11.086.696,95 €		10.438.736,56 €
	(x)		58.487.020,87 €		57.125.334,74 €
	<b>Proveitos e ganhos</b>				
	Vendas e prestações de serviços				
7111	Venda de mercadorias				
7112+7113	Vendas de produtos				
	(B)		- €		- €
712	Prestações de serviços	7.948.600,44 €	7.948.600,44 €	8.697.815,97 €	8.697.815,97 €
	( )		7.948.600,44 €		8.697.815,97 €
72	Impostos e taxas		26.316.619,80 €		23.867.088,27 €
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade		985.416,62 €		342.151,30 €
73	Proveitos suplementares		679,32 €		125.100,82 €
74	Transferências e subsídios obtidos		19.678.077,92 €		19.528.232,77 €
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		45.771,02 €		46.653,12 €
	(B)		54.975.165,12 €		52.607.042,25 €
78	Proveitos e ganhos financeiros		222.031,23 €		305.928,88 €
	(D)		55.197.196,35 €		52.912.971,13 €
79	Proveitos extraordinários		3.289.824,52 €		4.212.363,61 €
	(F)		58.487.020,87 €		57.125.334,74 €
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		10.688.736,23 €		8.429.479,75 €
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		- 329.146,33 €		- 507.268,83 €
	Resultados Correntes: (D - C)		10.359.589,90 €		7.922.210,92 €
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		11.086.696,95 €		10.438.736,56 €

### Quadro 73 – Estrutura dos Custos/Proveitos

Estrutura dos Custos		
	2015	2014
Materias primas e subsidiarias	3,03%	2,70%
Fornecimentos e serviços	32,90%	32,31%
Transferências e subsídios concedidos	8,67%	8,94%
Pessoal	28,69%	29,92%
Amortizações	16,09%	14,52%
Outros custos operacionais	0,31%	0,29%
Custos extraordinários	5,41%	3,63%
Provisões	3,75%	5,95%

Estrutura dos Proveitos		
	2015	2014
Vendas e prestações serviços	13,59%	15,23%
Impostos e taxas	45,00%	41,78%
Transferências e subsídios obtidos	33,65%	34,18%
Proveitos suplementares	0,00%	0,22%
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,08%	0,08%
Proveitos e ganhos financeiros	0,38%	0,54%
Proveitos extraordinários	5,62%	7,37%

Os proveitos globais gerados no ano de 2015 totalizaram 58.487.020,87 €, enquanto os custos totais atingiram 47.400.323,92 €, gerando um Resultado Líquido do Exercício de 11.086.696,95€.

A ótica de custos e proveitos por natureza facilita a exposição sistemática daqueles valores em Resultados Operacionais, Resultados Financeiros e Resultados Extraordinários.

Os resultados operacionais apresentaram o montante de 10.688.736,23 €, uma subida relativamente ao ano 2014, na ordem dos 26,80%, que conjuntamente com os resultados correntes no montante de 10.359.589,90 € foram determinantes para o desempenho excelente do resultado líquido do exercício que atingiu o montante de 11.086.696,95 €. Se compararmos com o resultado líquido do exercício de 2014, este obteve um crescimento de 6,21%.

Da análise dos resultados operacionais, destacam-se por um acréscimo de todas as rubricas que concorrem para os custos operacionais, exceccionalmente a rubrica de provisões do exercício, custos com pessoal e transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais.

Os acréscimos mais significativos dos custos operacionais verificam-se na rubrica custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no montante de 178.134,60 €, que corresponde a 14,15% e na rubrica amortizações do exercício no montante de 851.004,28 €, que corresponde a 12,56%, comparativamente com o ano transato.

No que respeita às rubricas que sofreram um decréscimo foram as provisões do exercício e as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, nos montantes de 1.004.043,07 € e 64.464,28 € comparativamente com o ano transato. O valor imputado às provisões encontra-se devidamente justificado nas Notas às Demonstrações Financeiras no ponto 8.2.27.

Relativamente aos custos com pessoal, verificou-se igualmente um decréscimo no montante de 370.432,94 € comparativamente com o ano de 2014, apesar de se ter verificado o aumento do salário mínimo nacional. Esta diminuição vai ao encontro do estipulado na Lei do Orçamento de Estado.

As amortizações do exercício representam 16,09% do peso no total dos custos, apresentando um montante de 7.628.553,20 €, que representa um crescimento de 851.004,28 € comparativamente com o ano anterior. Este aumento deve-se ao facto da conclusão de obras municipais significativas, bem como a amortização da concessão do Europarque.

Focalizada a análise nos Proveitos Operacionais, constata-se que o seu valor em 2015 se fixou em 54.975.165,12 €, patenteando um crescimento de 4,50%, relativamente ao ano anterior.

Os impostos e taxas, que se apresentam como principal componente das receitas operacionais representando cerca de 45% do total das receitas, obtiveram um incremento de 2.449.531,53 €, originado pelo aumento do imposto municipal sobre imóveis (IMI) e pelo imposto único de circulação (IUC).

Relativamente à rubrica de trabalhos para a própria entidade, apresentou uma variação positiva, no montante de 643.265,32 €, em comparação com o ano de 2015, em virtude de terem sido concluídas obras realizadas pela própria entidade. Esta situação denota o controlo exercido pelo Município nas atividades por ele realizadas em virtude da aplicação da contabilidade analítica.

No ano de 2015, os resultados financeiros diminuíram cerca de 35,11% (resultante principalmente das taxas de juros indexadas à taxa Euribor) comparativamente ao ano transato e fixaram-se em 329.146,33 € cujo valor conjugado com o resultado operacional justifica um resultado corrente de 10.359.589,90 €.

Relativamente aos resultados extraordinários em 2015 que, com referência ao ano de 2014, diminuíram cerca de 71,11%, no montante de 1.789.418,59 €.

Tal como é dado a observar, é a atividade operacional que perentoriamente influiu na formação desse ganho, ao contribuir com um resultado de 10.688.736,23 €. A atividade operacional do Município é de facto aquela que é determinante para os resultados obtidos. De igual forma, do lado dos custos são

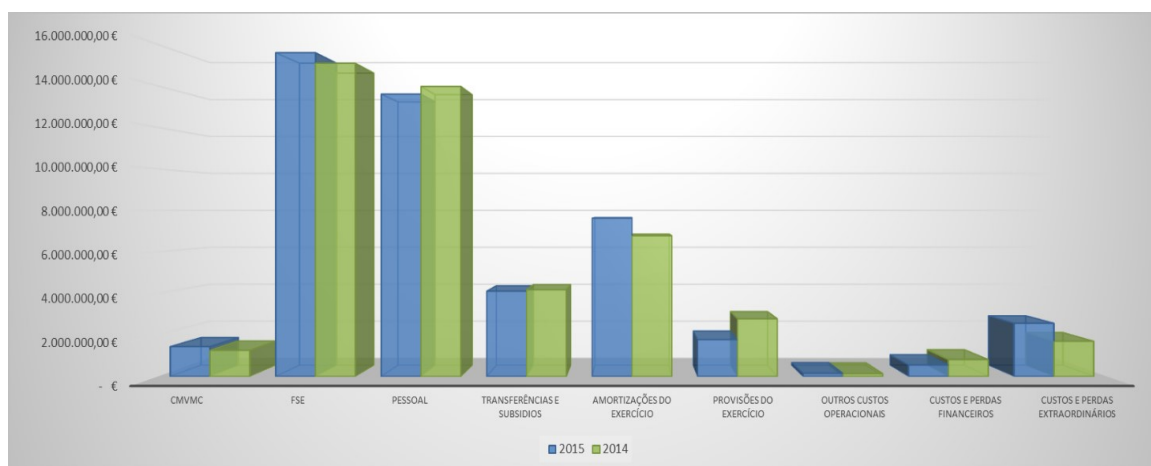
os operacionais os que mais relevam, com um peso percentual de cerca de 93,43%, expurgado o resultado líquido.

Em síntese, conclui-se que, à exceção dos Resultados Financeiros, os quais não detêm grande expressividade, as restantes componentes de resultados contribuíram positivamente para a melhoria do resultado líquido de 2015.

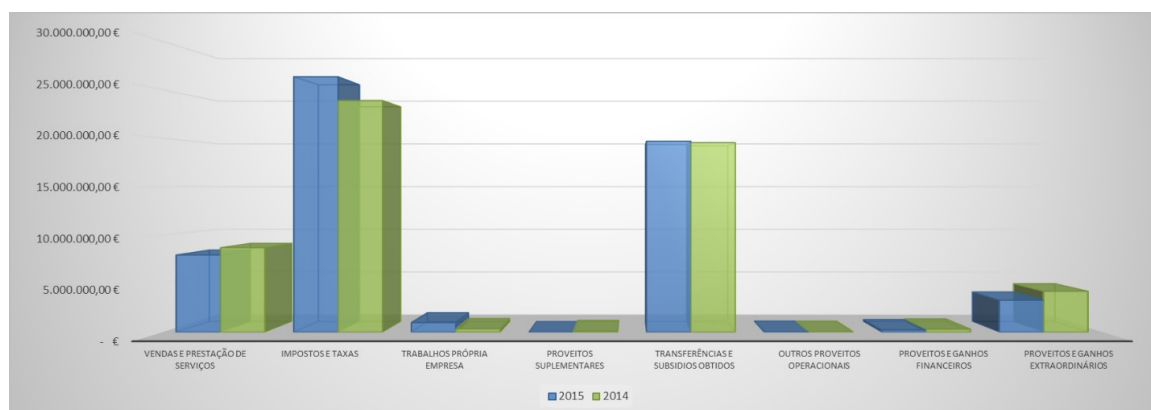
O detalhe da apreciação dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários consta das Notas ao balanço e à Demonstração de Resultados, em pontos próprios.

Finaliza-se a apreciação da Demonstração dos Resultados do Exercício de 2015, com destaque gráfico das análises dos custos e dos proveitos entre os exercícios económicos de 2014 e de 2015, bem como com uma análise aos Indicadores Financeiros.

**Gráfico 33 – Análise dos Custos 2014/2015**



**Gráfico 34 – Análise dos Proveitos 2014/2015**



**Quadro 74 – Indicadores Financeiros**

Indicadores financeiros	2013	2014	2015
<b>Estrutura do Ativo</b>			
Ativo Fixo / Ativo Total	88,81%	86,60%	85,51%
Ativo Circulante / Ativo Total	3,03%	5,90%	7,93%
<b>Estrutura do Passivo</b>			
Passivo curto prazo / Passivo Exigível	8,51%	17,53%	16,96%
Passivo médio longo prazo / Passivo Exigível	91,49%	82,47%	83,04%
<b>Análise do Passivo Exigível:</b>			
• <b>Coeficiente de Endividamento</b>			
Passivo exigível / Fundos Próprios	35,00%	30,20%	13,64%
• <b>Coeficiente de Endividamento a curto prazo</b>			
Exigível a curto prazo / Fundos Próprios	2,98%	5,29%	2,42%
• <b>Coeficiente de Endividamento a longo prazo</b>			
Exigível a médio e longo prazo / Fundos Próprios	32,02%	24,91%	11,21%
Exigível a médio e longo prazo / Imobilizado Corpóreo	21,77%	17,71%	14,57%
<b>Índice de Liquidez Geral</b>			
Ativo Circulante / Passivo a curto prazo	170,36%	185,31%	435,58%
<b>Índice de Solvência</b>			
Dividas a Terceiro/Fundos Prop. e Passivo	1,78%	3,18%	1,82%
<b>Índices de Autonomia Financeira</b>			
Fundos Próprios / Ativo Total	59,65%	60,09%	64,87%
Capitais Permanentes / Ativo Imobilizado	88,66%	71,03%	89,74%

**Quadro 75 - Rácios**

Rácios/Ano	2013	2014	2015
Receita Total per Capita	558,91 €	484,53 €	495,35 €
Receita Total Km2	360.691,19 €	312.693,94 €	319.675,74 €
Despesa Total Per Capita	654,46 €	472,49 €	421,02 €
Despesa Total por Km2	422.355,81 €	304.922,51 €	271.708,32 €
Receitas Próprias per Capita	227,79 €	256,43 €	243,13 €
Receitas Próprias por Km2	147.006,23 €	165.489,26 €	156.905,15 €
Fundos Municipais per capita	123,73 €	120,34 €	128,77 €
Fundos Municipais por Km2	79.848,52 €	77.659,74 €	83.104,23 €
Investimento por Km2	148.854,62 €	92.932,02 €	61.764,70 €
Despesas Com Pessoal Per Capita	100,39 €	99,28 €	99,07 €
Despesas Com Pessoal por Km2	64.786,80 €	64.072,98 €	63.932,88 €
Custos com Pessoal / número de efectivos	17.076,34 €	17.354,37 €	17.671,18 €
<b>Dados de Suporte</b>			
Nº habitantes	139.312	139.312	139.312
Km2	215,87	215,87	215,87
Receita Total	77.862.406,53 €	67.501.240,69 €	69.008.401,99 €
Receitas Próprias	31.734.235,94 €	35.724.166,83 €	33.871.115,53 €
Fundos Municipais	17.236.900,00 €	16.764.408,00 €	17.939.711,00 €
Investimento -compromissos assumidos	32.133.246,18 €	20.061.235,95 €	13.333.144,95 €
Custo com pessoal	13.985.525,47 €	13.831.434,41 €	13.801.190,62 €
Nº efectivos	819	797	781
Despesa Total	91.173.949,32 €	65.823.621,92 €	58.653.674,95 €

## X. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), o resultado líquido do exercício positivo pode ser repartido em Reforço do Património e/ou Constituição ou reforço de Reservas, sendo que nos termos do ponto 2.7.3.5 deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 - Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício. O reforço do Património (Conta 51) é sempre obrigatório até que o seu valor contabilístico corresponda a 20% do Ativo Líquido.

Nestes termos propõe-se que o resultado líquido de 11.086.696,95 € apurado no exercício de 2015, seja aplicado da seguinte forma:

1. Reservas Legais no montante de 554.334,85 € .
2. Resultados Transitados o montante de 10.532.362,10 €.

## XI. Contabilidade Analítica - Obras por Administração Direta

O desenho e implementação de um Sistema de Contabilidade Analítica (SCA) para o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços é obrigatório, nos termos do n.º 2.8.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro na sua atual redação.

Em 2010 iniciou-se um novo projeto de contabilidade analítica com o objetivo de aferir os procedimentos já utilizados e criar novos para a consolidação dos mesmos. Este projeto teve apoio do Consultor e Assessor Autárquico Dr. Pedro Mota e Costa.

A implementação do Sistema Contabilidade Analítica, apresentou como principais objetivos, de acordo com o estabelecido no POCAL:

- Clarificar a utilização dos recursos públicos numa perspetiva de economia e eficiência;
- Facilitar a determinação da base de suporte à fixação das taxas e preços públicos, em conformidade com RGT e LFL;
- Apoiar a adoção de decisões sobre a produção de bens e serviços com conhecimento profundo dos seus proveitos e custos;
- Permitir comparar o desempenho da Autarquia com outras entidades públicas e privadas que realizem atividades similares.

Como principais informações que o modelo poderá fornecer, face à sua avaliação da performance da atividade económica autárquica podemos obter:

- Custo das intervenções por Administração Direta;
- Quantificar os custos dos serviços prestados e bens produzidos;
- Determinar o custo das atividades e projetos municipais;
- Quantificar o custo das transferências para outras Entidades;
- Determinar o custo dos Equipamentos Municipais;
- Quantificar os custos por unidades orgânicas, edifícios e reparações do património municipal.

Uma correta implementação do SCA obriga à intervenção da informação dos sistemas aplicativos MEDIDATA, relacionando os dados produzidos nas seguintes aplicações:

- POCAL/CTA – Sistema Integrado de Gestão Autárquica;
- OBM – Gestão de Obras Municipais e Atividades;
- MAQ – Gestão de Máquinas;
- ARM – Aprovisionamento: Gestão de Stocks e Aprovisionamento;
- PAT – Património: Gestão de Imobilizado;
- PES – Gestão de Pessoal.



A implementação do SCA iniciou-se no ano 2010 no Município de Santa Maria da Feira, sendo o exercício económico de 2015 aquele em que a informação já obtida pode ser utilizada com a devida cautela para serem utilizados na tomada de decisões de gestão estratégica.

As OBM e o ARM, servem para se proceder ao envio de requisições internas e externas de bens e serviços para o desenvolvimento das atividades definidas para o ano civil. O POCAL, como a aplicação que engloba todas as aplicações, que consiste no registo contabilístico dos documentos e respetivas imputações.

De seguida, iremos apresentar algumas tabelas e gráficos exemplificativos dos resultados obtidos com o Sistema de Contabilidade Analítica de 2015.

### Total de Custos por Grupo de Centro de Custos

**Quadro 76 – Custos por Grupo de Centro de Custos**

Grupo	Designação do Grupo	Custos
91	Centro de Investimento	352.771,56 €
92	Atividades Municipais	50.692.844,78 €
93	Funções	47.479.144,00 €
94	Infra-Estruturas e Equipamentos	6.532.164,61 €
97	Transferências, Subsídios e Prestações Debitáveis	5.836.651,00 €
<b>TOTAL</b>		<b>110.893.575,95 €</b>

Analisando o total de custos de 2015 por grupos de centros de custos verificamos que os custos apresentam um total de 110.893.575,95 €.

### Obras por Administração Direta

O ano 2015 apresentou 985.416,62 € de custos em obras executadas por administração direta, uma vez que, aquando da sua conclusão e fecho de obras esta passa para o imobilizado definitivo.

Esta passagem para o imobilizado é feita através da contabilização da conta 75 – Trabalhos para a Própria Entidade por contrapartida da respetiva conta de Imobilizado.

O mapa que se segue demonstra desagregada as obras por administração direta.

**Quadro 77 – Obras por Administração Direta**

OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA	VALOR
Parque Habitacional Escapães	1.262,78 €
Parque Habitacional Santa Maria da Feira	3.535,34 €
Terreno-Demolição Habitação em Ruínas-Rua Bocage	1.147,05 €
Manutenção Centro Recursos-Lobão	2.259,06 €
Reparação Edifícios Camarários	12.506,53 €
Biblioteca Modelar na Freguesia Caldas S. Jorge	2.670,61 €
Manutenção Convento Lóios	2307,63
Manutenção Museu Papel	4117,08
Manutenção Biblioteca Municipal	4465,25
Reparação Cine Teatro António Lamoso	962,07
Manutenção Pavilhão Lourosa	1000,91
Manutenção do Mercado Municipal	3.486,49 €
Manutenção EB1 Mirante- Canedo	15.054,78 €
Manutenção EB1 Cavaco-Santa Maria da Feira	1.163,38 €
Manutenção EB1 N.º2-Santa Maria da Feira	2.266,76 €
Manutenção EB1 n.º1-Santa Maria da Feira	2.391,04 €
Manutenção J.I. Montinho-Santa Maria da Feira	11.374,06 €
Manutenção EB1 Igreja-Escapães	2.565,74 €
Manutenção J.I. Igreja-Escapães	5.074,49 €
Manutenção EB1/JI Outeiro-Rio Meão	1.271,51 €
Manutenção EB1/JI Sto António-Rio Meão	1.958,31 €
Manutenção EB1 Carvalhal-Argoncilhe	1.311,91 €
Manutenção EB1 S. Domingos-Argoncilhe	1.053,62 €
Manutenção EB1 Lagoinha-Santa Maria de Lamas	3.451,26 €
Manutenção J.I. Lagoinha-Santa Maria de Lamas	2.335,33 €
Manutenção EB1 Igreja-Lobão	2.890,40 €
Manutenção EB1/JI Casalmeão-Lourosa	1.648,80 €
Manutenção EB1/JI Igreja-Lourosa	2.499,68 €
Manutenção EB1 Igreja-Milheirós Poiares	1.777,51 €
Manutenção J.I. Sobral-Mozelos	6.809,86 €
Manutenção EB1 Souto-Nogueira da Regedoura	2.897,86 €
Manutenção EB1 Igreja- S. Paio de Oleiros	2.723,08 €
Manutenção J.I. Portela-Paços de Brandão	1.798,57 €
Manutenção EB1 Póvoa-Paços de Brandão	1.461,11 €
Manutenção EB1 Pigeiros	1.191,12 €
Manutenção Cantina EB1 Igreja-Romariz	2.322,29 €
Manutenção Centro Escolar S. João de Vêr	7.045,09 €
Manutenção EB1 Tarei-S. Miguel de Souto	1.168,27 €
Manutenção EB1 Valrico-S. Miguel de Souto	1.057,55 €
Manutenção Centro Escolar Canedo	3.537,54 €
Construção Ramal Pluvial Emissário Águas Residuais-Milheirós de Poiares	1.298,44 €
Pavimentação Betuminosa-Rua Vinhó-Pigeiros	1.221,46 €
Reparação Faixa de Rodagem-AV. 20 de Maio-Rio Meão	2.206,90 €
Construção Plataforma Pedonal-Canedo	7.260,93 €
Reposição Pavimentação Diversos Locais-Rio Meão	2.848,01 €
Manutenção Matadouro Municipal	17.561,27 €
Manutenção Pavilhão Fiães	5.094,65 €
Reposição Pavimento Logradouro Pavilhão Municipal Lourosa-Lourosa	1.230,26 €
Zona envolvente ao Campo Travanca	5.133,53 €
Vedação-Zona Desportiva Fiães	1.556,20 €
Manutenção Polidesportivo Ribeira da Venda-Argoncilhe	6.491,05 €
Reposição Betão Betuminoso-Rua Dr. Eduardo Vaz-Santa Maria da Feira	1.912,53 €
Construção Coletor Público-Rua Albarrada-S. João de Vêr	8.435,38 €
Reparação Muro Arruamento Municipal-Rua Dr. Eduardo Vaz-Santa Maria da Feira	8.174,92 €
Reposição Pavimentação Diversos Locais-Milheirós de Poiares	1.446,38 €
Manutenção Cemitério Municipal	3.569,72 €
Terreno - Construção Muro-Rua Moure-Santa Maria de Lamas	6.427,72 €
Manutenção Praia Fluvial da Mámoa-Milheiros de Poiares	2.038,81 €
Manutenção Parque Infantil Santa Maria de Lamas	3.461,76 €
Reparação de Pavimento da Rua da Estação- S. João de Vêr	6.245,70 €
Pavimentação rua-Entre Pontes e Joaquim Domingos Maia-Nogueira da Regedoura	2.236,35 €
Reposição Pavimentos-Romariz	1.154,75 €
<b>TOTAL.....</b>	<b>228.828,44 €</b>



OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA	VALOR
Sinalização Vertical e Rodoviária-Lourosa	1.275,12 €
Sinalização Vertical e Rodoviária-Santa Maria da Feira	1.281,29 €
Sinalização Vertical em Santa Maria de Lamas	1.135,68 €
Aplicação Sinalização Vertical-Av. Escola-Paços de Brandão	2.024,15 €
Sinalização na Freguesia de Lourosa	2.455,25 €
Sinalização na Freguesia de Argoncilhe	1.260,95 €
Sinalização na Freguesia de S. Paio de Oleiros	2.443,19 €
Terreno-Execução Passeio em Calçada de Pavê, Baía Estacionamento-Sanguedo	6.232,78 €
Terreno-Construção Rede Drenagem Águas Pluviais-Sanguedo	11.015,95 €
Terreno-Execução Passeio em Calçada de Pavê, Baía Estacionamento-Lourosa	2.658,31 €
Terreno-Vedação Rua do Casal de Matos-Fornos	1.557,76 €
Terreno-Construção Muro na Rua de Moure-Santa Maria de Lamas	6.427,72 €
Terreno-Construção Muro na Rua de Moure-Santa Maria de Lamas	12.502,99 €
Reabilitação Corredor Ecológico Rio Úima-Fiães	2.143,05 €
Infraestruturas-Ruas Bispo D. Sebastião Soares Resende e António de Castro Corte Real - Santa Maria da Feira	7.569,20 €
Execução de Coletor Público da Rede Drenagem Águas Pluviais-Rua João Mendes Cardoso-Santa Maria da Feira	1.215,80 €
Pavimentação Betuminosa-Rua Ervedal-S. João de Vêr	2.607,35 €
Pavimentação Betuminosa-Rua Albarrada-S. João de Vêr	2.405,70 €
Pavimentação e Drenagem Águas Pluviais-Rua Timor-Escapães	2.466,68 €
Reparação Coletor-Arrifana	7.414,76 €
Pavimentação Arruamento-Lugar Charca-Santa Maria da Feira	19.969,43 €
Reposição Pavimento em diversas Intervenções-Rua Padre Santos-Romariz	1.329,48 €
Reparação Pavimento-Rua Infante D. Henrique-Arrifana	2.358,66 €
Rede Viária Municipal-Tapamento de Covas-Fornos	2.208,69 €
Pavimentação Arruamento Municipal-Travessa do Carvalheiro-Fornos	1.643,32 €
Rede Viária Municipal-Tapamento de Covas-Argoncilhe	20.510,62 €
Reparação Arruamento Municipal-Travessa da Pedreira-Mosteirô	5.401,25 €
Rede Viária Municipal-Tapamento de Covas-Rio Meão	2.950,20 €
Rede Drenagem Águas Pluviais-Travessa Salvador-Fornos	5.297,75 €
Pavimentação Betuminosa-Rua Atalaia-S. Miguel de Souto	5.614,59 €
Construção Colector Público Rede Drenagem Águas Pluviais-Rua Burgo de Ryfana-Arrifana	54.639,01 €
Rede Viária Municipal-Tapamento de Covas-Romariz	4.321,36 €
Reposição de Pavimento Betuminoso-Travessa Quebrada-Mozelos	2.218,52 €
Reposição de Semidouros da Rede Pública de Drenagem Águas Pluviais-Diversos Arruamentos S. João de Vêr	3.376,89 €
Reposição de grades de sumidouro Rede Drenagem Águas Pluviais-Diversos Arruamentos-Argoncilhe	1.277,84 €
Rede Viária Municipal-Tapamento de Covas-S. João de Vêr	7.125,61 €
Reposição de Pavimento Betuminoso-Rua 10 Junho-Mozelos	12.474,08 €
Aplicação Sinalização Trânsito Vários Arruamentos-S. João de Vêr	3.071,86 €
Reparação Muro suporte Arruamento Municipal-Rua Relva-Canedo	3.910,40 €
Pavimentação Rua Pedreira/Rua Dr. Francisco Sá Carneiro-Sanguedo	1.790,02 €
Rede Viária Municipal-Tapamento de Covas-Mosteirô	1.401,21 €
Pavimentação Betuminosa-Rua Lordelo-Sanguedo	5.010,86 €
Pavimentação Betuminosa da Faixa Rodagem-Escapães	6.768,92 €
Pavimentação Betuminosa-Rua Outeiro-S. João de Vêr	7.617,17 €
Pavimentação Betuminosa-Rua do Sobreiro-Santa Maria de Lamas	1.576,38 €
Construção Muro suporte em Pedra-Rua Aradas-Fiães	2.097,83 €
Reposição Pavimento Betuminoso-Rua Joaquim Pinto-S. João de Vêr	3.529,00 €
Reparação do Pavimento Circuito Zoo-Lourosa	3.279,96 €
Reconstrução muro de suporte arruamento Municipal-Romariz	5.391,60 €
Rede Viária Municipal-Tapamento de Covas-S. João de Vêr	1.823,94 €
Construção Coletor-Rua 10 de Junho-Mozelos	32.650,72 €
Pavimentação Betuminosa-Romariz	1.789,05 €
Execução Caleira de Captação Águas Pluviais-Rua Joaquim Pinto-S. João de Vêr	10.064,24 €
Reposição de Semidouros da Rede Pública de Drenagem Águas Pluviais-Diversos Arruamentos S. Miguel de Souto	1.187,60 €
Zona envolvente ao Campo Rio Meão	2.644,37 €
Requalificação de Passeios-Arrifana	4.973,80 €
Reparação Passeios em Diversos Locais-Canedo	1.625,49 €
Reparação Passeios em Diversos Locais-Escapães	9.073,83 €
Reparação Passeios em Diversos Locais-Espargo	36.293,17 €
Construção de passeios-Mozelos	1.704,81 €
Reparação Passeios em Diversos Locais-Sanguedo	1.945,43 €
Reabilitação Espaços Públicos-Canedo	3.214,62 €
Reabilitação Espaços Públicos - Santa Maria da Feira	17.670,79 €
<b>TOTAL.....</b>	<b>402.918,05 €</b>



OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA	VALOR
Reabilitação Espaços Públicos-Fiães	5.612,21 €
Reabilitação Espaços Públicos-Guisande	5.246,54 €
Reabilitação Espaços Públicos-Mozelos	6.127,00 €
Reabilitação Espaços Públicos-Paços de Brandão	16.372,74 €
Reabilitação Espaços Públicos-Rio Meão	2.961,71 €
Reabilitação Espaços Públicos - Santa Maria da Feira	30.340,80 €
Reabilitação Espaços Públicos - Caldas S. Jorge	1.347,94 €
Construção Muros Pedra - Parque Lazer Argoncilhe	4.293,74 €
Coletor Av. Lourosa-Lourosa	3.132,12 €
Coletor Rua Circunvalação-Paços de Brandão	1.995,83 €
Coletor Rua da Cedofeita-Vila Maior	1.662,71 €
Coletor Rua do Regadio-Fiães	2.577,64 €
Coletor no Regato-Fiães	1.313,19 €
Coletor na freguesia de Lourosa	1.459,56 €
Coletor na freguesia de Milheirós de Poiares	3.031,61 €
Coletor na Rua do Campino-Nogueira da Regedoura	10.795,13 €
Coletor no "Bico Valado"-S. Paio de Oleiros	1.824,92 €
Coletor na freguesia de Sanguedo	4.687,16 €
Coletor na freguesia dSanta Maria da Feira	1.915,66 €
Pavimentação de Diversos Lugares na freguesia de S. João de Vêr	29.996,25 €
Pavimentação da Travessa da Quinta da Torre-S. João de Vêr	7.535,60 €
Pavimentação da Rua da Senhora da Hora- S. João de Vêr	6.536,16 €
Pavimentação da Travessa da Senhora da Hora-S. João de Vêr	6.775,93 €
Pavimentação da Rua do Picôto-S. João de Vêr	5.027,82 €
Reparação Pavimentação Diversos Locais-Caldas S. Jorge e Pigeiros	1.962,42 €
Reposição Pavimentação Diversos Locais-S. Miguel de Souto e Mosteirô	4.644,28 €
Reposição Pavimentação Diversos Locais-Argoncilhe	6.605,57 €
Reposição Pavimentação Diversos Locais-Canedo	9.134,45 €
Reposição Pavimentação Rua dos Moinhos e Rua dos Namorados-Canedo	17.433,69 €
Reparação na Rua das Valadas-Canedo	1.053,84 €
Reposição Pavimentação Diversos Locais-Santa Maria da Feira, Espargo, Sanfins e Travanca	18.575,05 €
Reposição Pavimentação Diversos Locais-Fiães	1.794,51 €
Reposição Pavimentação Diversos Locais-Lobão, Louredo, Gião e Guisande	5.202,28 €
Reposição Pavimentação Diversos Locais-Arifana	1.489,93 €
Requalificação Estrada Romana, Largo das Airas e Travessa da Quinta da Torre-S. João de Vêr	8.733,65 €
Infraestruturas-Zona Envolvente ao Campo de Futebol de Arifana	4.217,96 €
Vedação na Zona envolvente à Fonte Lava Pés-Canedo	3.051,89 €
Reabilitação Zona envolvente à Estação de Caminho Ferro-Rio Meão	2.597,85 €
Regularização de Acessos na Zona Envolvente à Zona Desportiva-Sanguedo	6.739,50 €
Regularização de Acessos na Zona Envolvente à Zona Desportiva Tarei-S. Miguel Souto	11.673,27 €
Manutenção Parque de Lazer-Argoncilhe	1.717,96 €
Manutenção Margens da Ribeira da Mota-Canedo	1.470,48 €
Manutenção Passadiço no Parque das Ribeiras do Uíma-Fiães	6.088,50 €
Construção Águas Pluviais na Rua do Larvão-Vila Maior	3.209,41 €
Construção na Rua Cultura e Desporto-S. João de Vêr	18.705,95 €
Construção na Rua do Ranzal-S. João de Vêr	31.891,78 €
Construção na Rua das Caniças-S. João de Vêr	5.586,28 €
Construção na Zona envolvente ao Campo de Futebol-Mosteirô	15.940,56 €
Reparação EN 190-4 na Rua de Moinhos-Fornos	1.579,10 €
<b>TOTAL.....</b>	<b>353.670,13 €</b>

### Quadro 78 - Grupos

Grupo	Designação do Grupo	Custos
<b>93</b>	<b>FUNÇÕES</b>	<b>47.479.144,00 €</b>
<b>93.1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>20.791.450,30 €</b>
93.1.1	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20.473.501,47 €
93.1.2	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	317.948,83 €
<b>93.2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>23.549.271,69 €</b>
93.2.1	EDUCAÇÃO	8.106.346,95 €
93.2.2	SAÚDE	19.671,62 €
93.2.3	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	1.197.682,79 €
93.2.4	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	8.585.181,45 €
93.2.5	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVAS E RELIGIOSOS	5.640.388,88 €
<b>93.3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>721.742,55 €</b>
93.3.1	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	- €
93.3.2	INDÚSTRIA E ENERGIA	467.073,06 €
93.3.3	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	- €
93.3.4	COMÉRCIO E TURISMO	73.354,96 €
93.3.5	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	181.314,53 €
<b>93.4</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>2.416.679,46 €</b>
93.4.1	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	- €
93.4.2	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	2.416.679,46 €
93.4.3	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADA	- €

Do quadro acima, o que se destaca mais são os Serviços Gerais da Administração Pública, uma vez que os custos referentes às orgânicas do Município recaírem nesta analítica.

A Educação, absorve uma grande parte dos custos das funções sociais. Nele estão incluídos todos os custos associados por exemplo:

- Refeições escolares;
- Regime de fruta escolar;
- Transportes escolares;
- Atividades de enriquecimento curricular;
- Custos com os edifícios escolares;
- Transferências/ subsídios para os agrupamentos escolares.

A Habitação e Serviços Coletivos também absorve uma grande parte de custos, visto que nesta analítica recaem os custos com toda a Habitação Social, com a Divisão Jardins e Espaços Verdes e com a Divisão de Ambiente.

Nos Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos estão representados os custos associados a equipamentos Municipais, tais como:

- Transferências/ subsídios atribuídos a associações desportivas e culturais;
- Europarque;
- Bibliotecas;
- Museus;
- Polidesportivos;

- Praia Fluvial Mámoa;
- Cine Teatro António Lamoso;
- Parque Ornitológico de Lourosa;
- Pista de Atletismo de Lourosa;
- Casa do Povo de Santa Maria da Feira;
- Quinta do Castelo.

Em particular apresentamos a análise da implementação da contabilidade de custos na orgânica da Biblioteca Municipal, Museu do Papel, Museu Convento dos Lóios e Europarque.

A Biblioteca Municipal presta como principais bens e serviços a RCLP (Rede Concelhia de Leitura Pública), Eventos/ Extensão Cultural, Núcleo Pedagógico, sistemas de informação, cafetaria, Art@biblio, outras não diferenciadas e custos gerais.

O quadro abaixo apresenta os custos da Biblioteca Municipal.

**Quadro 79 – Custos da Biblioteca Municipal**

Composição dos Custos	
Custos com Pessoal	482.637,78 €
Amortizações	7.524,37 €
Eletricidade	39.050,39 €
Água	2.963,49 €
Limpeza	24.576,00 €
Comunicações	5.868,18 €
<b>Total.....</b>	<b>562.620,21 €</b>

O Museu do Papel, por sua vez tem como principais bens e serviços produção de papel, conceção e produção de produtos de loja, comunicação e imagem, iniciativas culturais, serviços educativos, gestão museológica, cafetaria, outras não diferenciadas, conservação e custos gerais.

O quadro abaixo demonstra os custos do Museu do Papel.

**Quadro 80 – Custos do Museu do Papel**

Composição dos Custos	
Custos com Pessoal	91.363,79 €
Amortizações	13.330,55 €
Eletricidade	10.969,97 €
Água	1.552,62 €
Limpeza	9.782,44 €
Comunicações	162,27 €
<b>Total.....</b>	<b>127.161,64 €</b>

O Museu Convento dos Lóios por sua vez tem como principais bens e serviços atividades com Castro de Romariz, Gestão Museológica-Exposição Permanente, Serviços Educativos, Conservação e Restauro, Exposições Temporárias, Outras não diferenciadas, conservação e custos gerais.



O quadro abaixo demonstra os custos do Museu do Convento dos Lóios.

#### Quadro 81 – Custos do Convento dos Lóios

Composição dos Custos	
Custos com Pessoal	122.752,41 €
Amortizações	5.239,26 €
Eletricidade	26.320,33 €
Água	1.997,15 €
Limpeza	4.950,25 €
Comunicações	232,52 €
<b>Total.....</b>	<b>161.491,92 €</b>

O Europarque por sua vez tem como principais bens e serviços atividades, conservação e custos gerais.

O quadro abaixo demonstra os custos do Europarque.

#### Quadro 82 – Custos do Europarque

Composição dos Custos	
Energia	100.887,82 €
Comunicação	1.120,13 €
Água	32.121,13 €
Gás	14.765,19 €
Segurança	86.871,25 €
Conservação	38.793,06 €
Limpeza	21.950,00 €
Amortização concessão	428.000,00 €
Amortização bens	8.728,77 €
Serviços especializados	29.468,55 €
Locação equipamentos	6.758,86 €
Outros Serviços/bens	66.825,39 €
<b>Total.....</b>	<b>836.290,15 €</b>

## XII. Anexos às Demonstrações Financeiras

### Introdução

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL.

### 8.1 Caracterização da Entidade

#### 8.1.1. Identificação

##### **Município de Santa Maria da Feira**

##### **Apartado 135**

##### **4524-909 Santa Maria da Feira**

Número de identificação fiscal: 501 157 280

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho de Santa Maria da Feira é constituído por 21 freguesias com uma área de 215,87 km<sup>2</sup>.

N.º de eleitores: 126 285 dos quais fazem parte 20 cidadãos da União Europeia e 32 cidadãos estrangeiros (fora União Europeia), conforme informação da DGAI (Direção Geral de Administração Interna – Administração Eleitoral), publicada no Diário da República n.º 42, 2ª Série, de 1 de março de 2016.



### 8.1.2. Legislação

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 162/99, de 14 de setembro, 60-A/2005, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

### 8.1.3. Estrutura organizacional efetiva

A estrutura orgânica, o quadro de pessoal, bem como a reestruturação de serviços foram aprovados pelo Executivo Municipal na reunião ordinária que teve lugar no dia 13 de dezembro de 2012, e homologados pela Assembleia Municipal a 28 de dezembro de 2012, com a adaptação da estrutura orgânica do município nos termos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, ao DL n.º 305/2009 de 23 de outubro, o que na prática se traduziu numa redução do número de unidades orgânicas e, por conseguinte, do número de dirigentes/chefias e respetiva despesa passamos de 37 unidades orgânicas para 27 e de 1 subunidade orgânica para 4, correspondendo em termos totais a uma redução de 7 dirigentes/chefias.

### 8.1.4. Descrição sumária das atividades

O Município de Santa Maria da Feira exerce a sua atividade de acordo com as atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações.

### 8.1.5. Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal é composto à data de 31 de dezembro de 2015 pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Emídio Ferreira de Sousa e por dez Vereadores, designadamente:

- ✓ José Manuel da Silva Oliveira – Vice-presidente - Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes
- ✓ Cristina Manuela Cardoso Tenreiro – Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude
- ✓ Vitor Carlos Latourrette Marques – Vereador do Pelouro de Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde
- ✓ Helena Maria de Sá Portela – Vereadora de Administração e Finanças
- ✓ António Gil Alves Ferreira – Vereador da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus
- ✓ Eduardo Marques dos Santos Cavaco
- ✓ Mário António Pinho de Oliveira
- ✓ Susana Alexandra Lopes Correia

- ✓ António Ferreira de Bastos
- ✓ Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira

#### 8.1.6. Organização Contabilística

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, sendo o sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, desenvolvido pela empresa Medidata Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A.

Grande parte das aplicações está interligada entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

#### 8.1.7. Outras informações relevantes

- ❖ Ações Inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interna (IGF e IGAT), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

**Data da Ação:** 04/06/2015 – ainda a decorrer

**Assunto:** Auditoria ao Município de Santa Maria da Feira – Controlo das obrigações e objetivos resultantes da adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e Controlo da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)

**Entidade:** IGF

- ❖ Documentos de Gestão:

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 foram aprovados em 2015 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 29 de outubro de 2015 e 27 de novembro de 2015, respetivamente.

- ❖ Indicadores de Gestão:

Participação fixa no IRS.....	3.838.128,00€;
Fundo Equilíbrio Financeiro Corrente.....	10.414.359,00€;
Fundo Equilíbrio Financeiro de Capital.....	1.157.151,00€;
Fundo Social Municipal.....	2.530.073,00€
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação.....	53.120.952,69€;

Receitas de Investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação.....  
11.083.283,07€;

## 8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas na base da continuidade das operações do Município em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

A informação contida no Balanço e na Demonstração de Resultados, reflete a imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados do Município de Santa Maria da Feira.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a numeração definida pelo POCAL, no seu ponto 8.

As notas que não sejam aplicáveis ao Município de Santa Maria da Feira, não serão incluídas no presente anexo.

### 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL

Não foi derogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço) do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados) e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

### 8.2.2 – Comparabilidade

Tendo como objetivo, não só a correção de situações reportadas a exercícios económicos anteriores, bem como a alteração de metodologias de contabilização que melhor se conformem com as características qualitativas da informação financeira, efetuaram-se em 2015 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, afetando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior, concretamente:

- Correções relativas a exercícios anteriores, com impacto no balanço inicial, imobilizado e amortizações acumuladas do exercício;

### 8.2.3 – Critérios Valorimétricos

Neste ponto refere os critérios valorimétricos relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes a ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

#### **Investimentos financeiros**

Partes de Capital – em virtude de termos obtido em tempo oportuno a maioria das contas das participadas relativamente ao exercício de 2015, foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Todas as restantes participações estão valorizadas ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo não seja recuperável, é efetuada a constituição de uma provisão para aplicações financeiras.

#### **Imobilizado**

O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de aumentar a vida útil, são registados como custo do período em que incorrem.

Os imóveis classificados como de interesse público, referidos na nota 8.2.14, não têm valor contabilístico atribuído.

#### **Amortizações**

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.



## 8.2.7 – Movimentos do Ativo Imobilizado

Ativo Bruto								2015
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final	
<b>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
451 Terrenos e Recursos Naturais	2.619.071,11 €	- €	377.808,80 €	- €	- €	880,00 €	2.995.999,91 €	
452 Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
453 Outras Construções e Infra-estruturas	54.591.164,87 €	- €	719.478,14 €	950,00 €	898.745,54 €	2.500,00 €	56.205.938,55 €	
455 Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	182.878,38 €	- €	- €	- €	- €	- €	182.878,38 €	
459 Outros Bens de Domínio Público	173.852,94 €	- €	- €	- €	- €	- €	173.852,94 €	
445 Imobilizações em Curso	145.478,99 €	- €	237.325,64 €	- €	57.588,57 €	- €	325.216,06 €	
446 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
	57.712.446,29 €	- €	1.334.612,58 €	950,00 €	841.156,97 €	3.380,00 €	59.883.885,84 €	
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
449 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
443 Imobilizações Incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
431 Despesas de Instalação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
432 Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
433 Propriedade Industrial e Outros Direitos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
434 Concessões cedidas ao Município	- €	- €	21.400.000,00 €	- €	- €	- €	21.400.000,00 €	
	- €	- €	21.400.000,00 €	- €	- €	- €	21.400.000,00 €	
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
421 Terrenos e Recursos Naturais	50.330.376,32 €	- €	296.619,05 €	244.327,19 €	- €	441.821,71 €	49.940.846,47 €	
422 Edifícios e Outras Construções	150.932.315,96 €	- €	722.750,68 €	- €	14.035.163,49 €	24,75 €	165.690.205,38 €	
423 Equipamento Básico	3.622.599,63 €	- €	183.266,50 €	- €	- €	1.512,80 €	3.804.353,33 €	
424 Equipamento de Transporte	2.069.949,19 €	- €	93.751,19 €	- €	- €	- €	2.163.700,38 €	
425 Ferramentas e Utensílios	759.975,37 €	- €	49.301,24 €	- €	- €	1.071,52 €	808.205,09 €	
426 Equipamento Administrativo	4.152.479,00 €	- €	61.758,92 €	- €	- €	58.933,01 €	4.155.304,91 €	
427 Taras e Vasilhames	35.718,23 €	- €	- €	- €	- €	- €	35.718,23 €	
429 Outras Imobilizações Corpóreas	9.552.074,45 €	- €	936.024,87 €	- €	- €	63.099,03 €	10.425.000,29 €	
442 Imobilizações em Curso	32.156.556,85 €	- €	5.671.129,92 €	- €	14.928.494,00 €	- €	22.899.192,77 €	
448 Adiantamentos por Contas de Imobilizações Corpóreas	118.202,37 €	- €	- €	- €	- €	- €	118.202,37 €	
	253.730.247,37 €	- €	8.014.602,37 €	244.327,19 €	28.963.657,49 €	566.462,82 €	260.040.729,22 €	
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
411 Partes de Capital	3.081.188,81 €	- €	- €	- €	- €	- €	3.081.188,81 €	
412 Obrigações e Títulos de Participação	2.882.173,05 €	- €	1,00 €	- €	- €	- €	2.882.174,05 €	
414 Investimentos em Imóveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
413 Outras Aplicações Financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
441 Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
447 Adiantamentos por Conta de Investimentos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
	5.963.361,86 €	- €	1,00 €	- €	- €	- €	5.963.362,86 €	
<b>TOTAL</b>	<b>317.406.055,52 €</b>	<b>- €</b>	<b>30.749.215,95 €</b>	<b>245.277,19 €</b>	<b>29.804.814,46 €</b>	<b>569.842,82 €</b>	<b>347.287.977,92 €</b>	

O valor inscrito em Investimentos Financeiros, do mapa supra, não coincide com o valor que se encontra escriturado no Balanço, devido à valorização das participações pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	2015			
	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>	- €	- €	- €	- €
4851 TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €
4852 EDIFÍCIOS	- €	- €	- €	- €
4853 OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	26.305.573,63 €	2.792.695,00 €	11,88 €	29.098.256,75 €
4855 BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	- €	- €	- €	- €
4859 OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	6.610,29 €	701,21 €	- €	7.311,50 €
	<b>26.312.183,92 €</b>	<b>2.793.396,21 €</b>	<b>11,88 €</b>	<b>29.105.568,25 €</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>	- €	- €	- €	- €
4831 DESPESAS DE INSTALAÇÃO	- €	- €	- €	- €
4832 DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	- €	- €	- €	- €
4833 PROPRIEADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	- €	- €	- €	- €
4834 CONCESSÃO CEDIDAS AO MUNICÍPIO	- €	428.000,00 €	- €	428.000,00 €
	- €	<b>428.000,00 €</b>	- €	<b>428.000,00 €</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>	- €	- €	- €	- €
4821 TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €
4822 EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	27.720.689,98 €	3.489.601,04 €	44.862,65 €	31.165.428,37 €
4823 EQUIPAMENTO BÁSICO	3.024.580,38 €	95.200,98 €	1.667,18 €	3.118.114,18 €
4824 EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	1.963.919,02 €	43.733,42 €	- €	2.007.652,44 €
4825 FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	737.335,25 €	16.856,71 €	1.648,69 €	752.543,27 €
4826 EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	3.762.808,92 €	122.787,03 €	58.840,31 €	3.826.755,64 €
4827 TARAS E VASILHAME	26.229,05 €	4.744,59 €	- €	30.973,64 €
4829 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	8.038.790,58 €	659.467,60 €	40.421,36 €	8.657.836,82 €
	<b>45.274.353,18 €</b>	<b>4.432.391,37 €</b>	<b>147.440,19 €</b>	<b>49.559.304,36 €</b>
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>	- €	- €	- €	- €
491 PARTES DE CAPITAL	- €	- €	- €	- €
492 OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	- €	- €	- €	- €
495 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €
<b>Total.....</b>	<b>71.586.537,10 €</b>	<b>7.653.787,58 €</b>	<b>147.452,07 €</b>	<b>79.092.872,61 €</b>

## 8.2.8 – Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas rubricas de Edifícios e Outras Construções e Viaturas encontram-se no Mapa Ativo Bruto e Amortizações e Provisões e contém a sua descrição, data de aquisição e de reavaliação, valor de aquisição ou outro valor contabilístico, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates no exercício e os respetivos valores do Ativo Imobilizado.

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (*ver mapas Anexos*).

### 8.2.12 – Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiros

Imobilizações em poder de Terceiros, incluindo bens de Domínio Público cedidos por Contrato de Concessão:



## Imóveis em Poder de Terceiros

Freguesia	Destino	Outorgantes	Escritura
Arrifana	Parque Público de Lazer	Freguesia de Arrifana	24/2004
Arrifana	Sede e Polidesportivo	Centro de Cultura e Desporto de Arrifana	86/1999
Escapães	Sede	Associação Recreativa e Columbófila de Escapães	09/2002
Escapães	Sede	Rotary Clube da Feira	09/2009
Fiães	Sede	Grupo Columbófilo de Fiães	28/2002
Gião	Reconstrução / Recuperação da antiga Escola Primária do Outeiro	Freguesia de Gião	6/2011
Gião	Equipamentos	Freguesia de Gião	20/2012
Guisande	Centro de Dia e Lar da Terceira Idade	Centro Social S. Mamede - Guisande	8/2011
Lobão	Lar de Idosos	Centro Social de S. Tiago de Lobão	36/2010
Lobão	Sede	Rancho Folclórico de S. Tiago de Lobão	76/2001
Lourosa	Lar da Terceira Idade	Centro Social de Lourosa	1/2011
Lourosa	Sede	Grupo Cénico de Lourosa	3/2005
Lourosa	Sede	Sociedade Columbófila de Lourosa	47/2001
Mozelos	Sede	Grupo Columbófilo de Mozelos	24/2006
Mozelos	Sede	Os Dragões de Mozelos - Associação de Cultura Desporto e Recreio	21/2005
Nogueira da Regedoura	Campo de Jogos	Centro Popular de Trabalhadores de Pousadela	29/2001
Paços de Brandão	Campo de Ténis	Clube de Ténis de Paços de Brandão	36/2005
Paços de Brandão	Pavilhão Desportivo	Grupo Recreativo Independente Brandoense	90/2001
Paços de Brandão	Campo de Treinos e respetivos Equipamentos de Apoio	Clube Desportivo de Paços de Brandão	10/2012
Pigeiros	Sede	Associação Desportiva-Sociedade Columbófila de Pigeiros	6/2010



## Imóveis em Poder de Terceiros

Freguesia	Destino	Outorgantes	Escritura
Pigeiros	Campo de Futebol, Polidesportivo e Outros Equipamentos	Freguesia de Pigeiros	69/2012
Rio Meão	Sede para Coletividades e Promoção de Atividades	Freguesia de Rio Meão	110/2000
Rio Meão	Pavilhão Gimnodesportivo	Juventude Atlético de Rio Meão	49/2001
Sanguedo	Sede	União Columbófila de Sanguedo	41/2003
S. M <sup>a</sup> da Feira	Posto de Abastecimento de Combustíveis	Clube Desportivo Feirense	11/2001
S. M <sup>a</sup> da Feira	Construção de Polo ...	Casa dos Choupos - Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, CRL	86/2011
S. M <sup>a</sup> da Feira	Utilização como Estaleiro	Freguesia de Santa Maria da Feira	3/2011
S. M <sup>a</sup> da Feira	Sede da Junta	Freguesia de Santa Maria da Feira	2/2011
S. M <sup>a</sup> da Feira	Sede	Sociedade Columbófila de Vila da Feira	63/2008
S. M <sup>a</sup> da Feira	Sede	Grupo Gogota	26/2005
S. João de Vêr	Sede Social	A.C.D.L.S. - Associação Cultural e Desportiva Lavandeira, S. João de Vêr	45/2006
S. João de Vêr	Unidade de Saúde Familiar	Freguesia de S. João de Vêr	86/2010
S. João de Vêr	Instalação de Equipamento Podesportivo	Freguesia de S. João de Vêr	47/2006
S. Paio de Oleiros	Auditório	Freguesia de S. Paio de Oleiros	13/2007
Travanca	Casa Mortuária	Freguesia de Travanca	07/2011
Travanca	Complexo Desportivo	Freguesia de Travanca	45/2004
Vale	Edifício de Apoio à Terceira Idade	Centro Social e Paroquial do Vale	25/2006
Argoncilhe	Polidesportivo e sede da Liga de Melhoramentos e Beneficiência da Vergada	Liga de Melhoramentos e Beneficiência dos Lugares de Ordonhe, Ramil Vergada e Ermilhe	21/2013
Guisande	Centro Cívico do Viso	Centro Social S. Mamede	15/2014
Fiães	Implantação de Posto Redutor	Lusitâniagás - Companhia de Gás do Centro, SA	26/2014



#### 8.2.14 – Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente a bens doados ao Museu Convento dos Loios e ao Museu do Papel, devido à sua complexidade artística.

#### 8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Relativamente aos bens de domínio público, não estão a ser amortizados os bens do património histórico, artístico e cultural (45.5), terrenos (45.1) e aquisição de livros (42.3) em conformidade com o disposto nas alíneas a) e g) n.º 1, do artigo 36º da Portaria n.º 671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de Abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE).

#### 8.2.16 - Mapa das entidades participadas

O valor contante do mapa abaixo ilustrado não coincide com o valor que se encontra escriturado no Balanço, devido à valorização das participações pelo método de equivalência patrimonial (MEP), conforme já mencionado.

Entidades Participadas

Designação	Sede	Contribuinte n.º	Capitais Próprios	Resultado Líquido Exercício (2015)	Participação Capital Social	
					Valor	%
Suldouro	Rua Conde Barão 4415-103 Sermonde Vila Nova de Gaia	503698812	3.400.000,00 €	918.920,00 €	510.000,00 €	15%
Águas do Norte, S.A.	Rua de Vilar, 235 - 5º Edifício Scala 4050-626 Porto	513606084	152.198.130,00 €	13.444.320,63 €	484.750,00 €	0,32%
Sociedade de Turismo	Rua dos Descobrimientos, 12 R/C Esq. 4520 Santa Maria da Feira	504134353	250.000,00 € -	163.591,84 €	125.000,00 €	50%
Feira Viva EM	Rua Comendador António Martins Soares Leite - Apartado 160 4524-909 Santa Maria da Feira	505120151	564.488,43 €	56.771,79 €	692.230,83 €	100%
Águas do Centro Litoral, SA	Rua Capitão Sousa Pizarro, 60 3810-076 Aveiro	503929441	40.225.811,00 €	3.813.844,98 €	700.120,00 €	1,74%
Terras de Santa Maria - Isvouga	Rua António de Castro Corte Real - Apartado 132 4520-909 Santa Maria da Feira	502556773	50.000,00 €	324.091,52 €	4.987,98 €	10%
Feira Park	Edifício Atrium Saldanha - Praça de Saldanha, n.º 1-6º Piso - 1050-094 Lisboa	508272378	630.000,00 € -	51.788,58 €	75.000,00 €	11,90%
Primus	Avenida dos Aliados, 236 - 1º 4000-065 Porto	502823305	163.098,00 €	64.102,21 €	100,00 €	0,06%
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	Avenida Manuel Violas, nº 476, Sala 23 4410-136 S. Félix da Marinha	504454536	- €	27.936,23 €	30.000,00 €	20%
FAM - Fundo Apoio Municipal	Rua Tenente Espanca, 20 1050-223 Lisboa	513319182	650.000.000,00 €	- €	2.882.174,05 €	0,44%

### 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas respetivas contas, tendo sido provisionado o montante de 4.326.206,65 € conforme se pode constatar no balanço a 31 de dezembro de 2015. Estas dívidas dizem respeito principalmente a taxas de loteamento e obras, trabalho por conta de particulares, entre outras.

Ver Nota do ponto 8.2.27 – Provisões.

## 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cações prestadas e recibos de cobrança

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património do Município, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo.

Assim, estas contas refletem para além dos recibos para cobrança, fundos caucionados, depósitos de garantia e garantias bancárias tituladas por documentos que revistam a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante, tais como, retenções em numerário e depósitos bancários.

A informação aqui invocada consta em Mapas em Anexo.

Mapas das Contas de Ordem

Cod. Conta	Designação	Saldo Inicial		Do Ano		Saldo Final	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
09	CONTAS DE ORDEM	6.211.335,82 €	6.211.335,82 €	2.002.842,60 €	2.002.842,60 €	- €	- €
09.1	RECIBOS PARA COBRANÇA	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €	- €
09.1.1	EXERCÍCIO ANTERIOR	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.01	RECEITA LIQUIDADADA	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.1.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2	EXERCÍCIO CORRENTE	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.01	RECEITA LIQUIDADADA	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2	FUNDOS CAUCIONADOS	2.181.597,83 €	3.448.078,57 €	290.215,28 €	362.739,59 €	- €	1.339.005,05 €
09.2.1	CAUÇÕES DE EMPREITADAS	2.180.686,33 €	3.018.994,85 €	290.215,28 €	328.226,67 €	- €	876.319,91 €
09.2.1.01	PRESTADA	- €	3.018.994,85 €	- €	328.226,67 €	- €	3.347.221,52 €
09.2.1.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.1.03	DEVOLVIDA	2.180.686,33 €	- €	290.215,28 €	- €	2.470.901,61 €	- €
09.2.2	CAUÇÕES DE LOTEAMENTO E OBRAS	- €	424.406,22 €	- €	34.512,92 €	- €	458.919,14 €
09.2.2.01	PRESTADA	- €	424.406,22 €	- €	34.512,92 €	- €	458.919,14 €
09.2.2.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.2.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITARIO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4	DEPOSITOS DE CAUÇÃO DO PESSOAL	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5	CAUÇÕES DE CAÇA	911,50 €	21.418,63 €	7.188,50 €	40.185,69 €	- €	53.504,32 €
09.2.5.01	PRESTADA	- €	4.677,50 €	- €	- €	- €	4.677,50 €
09.2.5.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5.03	DEVOLVIDA	911,50 €	- €	- €	- €	911,50 €	- €
09.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	347.607,91 €	2.725.047,15 €	202.259,32 €	1.147.628,41 €	- €	3.322.808,33 €
09.3.1.01	Prestadas	- €	16.741,13 €	- €	40.185,69 €	- €	56.926,82 €
09.3.1.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.1.03	Devolvidas	- €	- €	7.188,50 €	- €	7.188,50 €	- €
09.3.2	Fornecedores de Imobilizado	347.607,91 €	2.708.306,02 €	195.070,82 €	1.107.442,72 €	- €	3.273.070,01 €
09.3.2.01	Prestadas	- €	2.708.306,02 €	- €	1.107.442,72 €	- €	3.815.748,74 €
09.3.2.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.2.03	Devolvidas	347.607,91 €	- €	195.070,82 €	- €	542.678,73 €	- €
09.3.3	Loteamentos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.01	Prestadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.03	Devolvidas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.9	CONTRAPARTIDA	3.643.919,98 €	38.210,10 €	1.510.368,00 €	492.474,60 €	4.623.603,28 €	- €
09.9.1	RECIBOS DE COBRANÇA	- €	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €
09.9.2	FUNDOS CAUCIONADOS	1.266.480,74 €	- €	362.739,59 €	290.215,28 €	1.339.005,05 €	- €
09.9.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	2.377.439,24 €	- €	1.147.628,41 €	202.259,32 €	3.322.808,33 €	- €
	<b>Total</b>	<b>6.211.335,82 €</b>	<b>6.211.335,82 €</b>	<b>2.002.842,60 €</b>	<b>2.002.842,60 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>

Contas de Ordem			
Descrição	Valores	Descrição	Valores
Saldo da Gerência Anterior	3.682.130,08 €	Garantia e Cauções Accionadas	
Garantias e Cauções	3.643.919,98 €	Garantia e Cauções Devolvidas	492.474,60 €
Recibos para Cobrança	38.210,10 €	Receita Virtual cobrada	
Garantias e Cauções Prestadas	1.510.368,00 €	Receita Virtual anulada	
Receita Virtual Líquida	- €	Saldo para Gerência Seguinte	4.700.023,48 €
		Garantias e Cauções	4.661.813,38 €
		Recibos para Cobrança	38.210,10 €
<b>Total geral</b>	<b>5.192.498,08 €</b>	<b>Total geral</b>	<b>5.192.498,08 €</b>

### 8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício

Para a constituição do montante final do saldo das provisões que abaixo se apresenta, a antiguidade do saldo em dívida foi fundamental para o cálculo do valor a considerar.

Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<b>19</b>	<b>Provisões para aplicações de tesouraria</b>	- €	- €	- €	- €
<b>29.1</b>	<b>Provisões para cobranças duvidosas</b>	<b>3.486.436,85 €</b>	<b>917.726,43 €</b>	<b>77.956,63 €</b>	<b>4.326.206,65 €</b>
29.1.1	Clientes	38.210,10 €	- €	- €	38.210,10 €
29.1.3	Utentes	2.896.213,15 €	836.008,43 €	- €	3.732.221,58 €
29.1.3.1	Rendas Habitação Social	370.637,86 €	46.382,59 €	- €	417.020,45 €
29.1.3.2	Saneamento/Resíduos Sólidos	1.973.166,32 €	637.439,27 €	- €	2.610.605,59 €
29.1.3.3	Refeições Escolares	238.454,26 €	111.242,55 €	- €	349.696,81 €
29.1.3.9	Outras situações	313.954,71 €	40.944,02 €	- €	354.898,73 €
29.1.4	Devedores Diversos	552.013,60 €	81.718,00 €	77.956,63 €	555.774,97 €
<b>29.2</b>	<b>Provisões para riscos e encargos</b>	<b>3.037.479,47 €</b>	<b>857.868,92 €</b>	- €	<b>3.895.348,39 €</b>
29.2.1	Processos judiciais em curso	3.037.479,47 €	857.868,92 €	- €	3.895.348,39 €
<b>39</b>	<b>Provisões para depreciação de existências</b>	<b>126.378,91 €</b>	- €	- €	<b>126.378,91 €</b>
39.6	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	126.378,91 €	- €	- €	126.378,91 €
<b>49</b>	<b>Provisões para investimentos financeiros</b>	- €	- €	- €	- €

O saldo final das provisões no exercício de 2015, ascendeu a 8.347.933,95 €, tendo ocorrido um aumento no montante de 1.775.595,35 € influenciado pelas cobranças duvidosas e riscos e encargos, e uma diminuição no montante de 77.956,63 € relativamente ao ano anterior, consequência de pagamento efetuados pelas entidades que se encontram em dívida.

Deste modo, foram provisionadas todas as dívidas em mora há mais de 6 meses, sendo que no final da conta “ Provisões para Cobrança Duvidosa” obteve um aumento equivalente a 917.726,63 €,

consequência da dificuldade de cobrança das rendas de habitação social, das refeições escolares e da taxa de recolha de resíduos sólidos.

Dado o avolumar de dívidas aprovisionadas, o Município está a realizar um estudo casuístico, quer do ponto de vista formal, quer legal, de forma a identificar a incobrabilidade dos saldos em causa, a prescrição de certas dívidas, de forma a regularizar os saldos a curto prazo.

Relativamente às provisões para existências o valor das provisões manteve-se inalterável, em virtude da existência em stock de artigos com baixa rotatividade.

As provisões para riscos e encargos referem-se a processos judiciais que foram alvo de identificação do risco de resolução desfavorável ao Município num conjunto de processos judiciais em curso, conforme o seguinte quadro.

De acordo com a Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto de 2012 no seu artigo 40º e 62º, o Município tem que se pronunciar acerca da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, em virtude dos resultados líquidos negativos. Contudo, o Município está a elaborar um estudo de viabilidade da sociedade supra mencionada, cujo objeto de exploração são as termas das Caldas de S. Jorge, ativo imóvel propriedade do Município, bem como alguns bens móveis. As termas constituem um ativo importante que visa a satisfação das necessidades de interesse geral bem como a promoção do desenvolvimento local e regional do concelho, e uma vez que, ainda não existem conclusões acerca do referido estudo, não se afigura a existência da necessidade de constituição de uma provisão associada aos resultados líquidos da entidade participada à data da constituição do balanço.



## Anulação/Reforço de Provisões criadas em 2015 referente a processos que se encontram em tribunal

Processo n.º	2015	2014
469/06. OBEVIS	99.180,25 €	99.180,25 €
680/1999 do 4º Jcivil do Tjudicial de Santa Maria da Feira	184.674,54 €	183.843,00 €
767/09.OBEVIS	143.614,25 €	143.614,25 €
1110/12.7TBVFR	175.985,00 €	175.985,00 €
2935/07.OTBVFR - Tribunal Judicial Santa Maria da Feira	15.000,00 €	15.000,00 €
2947/14.8TBVFR - 2ºJCível do Tribunal Judicial Santa Maria da Feira	713.361,30 €	- €
3134/14.0TBVFR - 3ºJCível do Tribunal Judicial Santa Maria da Feira	2.419.856,97 €	2.419.856,97 €
877/15.5BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	39.920,00 €	- €
3788/08.7TBVFR - Expropriação	103.756,08 €	- €
Outros	- €	- €
<b>Total</b>	<b>3.895.348,39 €</b>	<b>3.037.479,47 €</b>
<b>Reforço</b>	<b>857.868,92 €</b>	

As provisões foram efetuadas, tendo em consideração a materialidade dos valores em causa.

À data de 31 de dezembro de 2015, de acordo com o princípio da prudência, mantém-se para além de alguns processos litigiosos em curso, já referenciados em anos anteriores, outros constituídos, cujos desfechos e efeitos financeiros de desconhecem.

## 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, constantes do balanço

### Fundo Patrimonial

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
5 Fundos Proprios				
51 Patrimonio	86.931.727,75 €	108.373,25 €	- €	87.040.101,00 €
57 Reservas	9.090.277,45 €	22.869.244,07 €	575.853,03 €	31.383.668,49 €
57.1 Reservas legais	2.659.126,89 €	1.162.555,57 €	- €	3.821.682,46 €
57.5 Subsídios	2.528.781,82 €	148.653,20 €	147.853,03 €	2.529.581,99 €
57.6 Doações	2.377.230,09 €	158.035,30 €	- €	2.535.265,39 €
57.7 Reservas decorrentes da transferência de activos	1.525.138,65 €	21.400.000,00 €	428.000,00 €	22.497.138,65 €
57.7.01 Cedências de terreno ao município	1.525.138,65 €	- €	- €	1.525.138,65 €
57.7.02 Europarque	- €	21.400.000,00 €	428.000,00 €	20.972.000,00 €
59 Resultados Transitados	64.121.539,55 €	5.170.817,31 €	- 3.696.426,30 €	72.988.783,16 €
59.01 Aplicação de Resultados	74.911.094,90 €	9.276.180,99 €		84.187.275,89 €
59.02 Ajustamentos Financeiros - MEP	28.113,90 €	- €	- €	28.113,90 €
59.99 Outras Variações de Capital	10.761.441,45 €	4.105.363,68 €	3.696.426,30 €	11.170.378,83 €
<b>Total</b>	<b>160.143.544,75 €</b>	<b>28.148.434,63 €</b>	<b>- 3.120.573,27 €</b>	<b>191.412.552,65 €</b>

Tal como sucedido em anos anteriores, também em 2015 foram efetuadas correções ao balanço inicial, tendo-se verificado o aumento em 108.373,25 €. Não obstante os valores contabilizados a título de correções ao balanço inicial terem vindo a diminuir substancialmente nos últimos exercícios económicos, face aos montantes outrora registados, continuam a ser identificados factos patrimoniais com impacto no ativo imobilizado do Município que à data de elaboração do balanço inicial não foram devidamente referenciados, requerendo por isso a realização das respetivas correções e alteração à conta 51 – Património proveniente das regularizações ao inventário dos bens do imobilizado, conforme quadro infra:

Conta Geral	Diminuições	Aumentos	Alteração
42.1	- €	108.373,25 €	108.373,25 €

Nas Reservas foram relevados factos que tiveram essencialmente a ver com o registo de parcelas de terrenos que vieram à posse do Município por doação ou cedência. Assim:

Na 57.1 – Reservas Legais – houve um aumento no valor de 1.162.555,57 € referente a aplicação de resultados líquidos conforme deliberação da Assembleia Municipal.



Na conta 57.5 – Subsídios – foram contabilizados os valores que respeitam a subvenções destinadas a investimentos não amortizáveis.

Designação	Valor
Verba referente à comparticipação do projeto - Catalogo da exposição permanente do Museu do Papel Terras de santa Maria - PROMUSEUS	800,17 €

Na conta 57.6 – Doações

Durante o exercício económico de 2015, foram doados/cedidos ao Município os seguintes terrenos, devidamente aprovados pelo Executivo Camarário, que abaixo se inúmera em quadro próprio:

Descrição	Área	Freguesia	Valor
Parcela de Terreno	58 m2	Vale	290,00 €
Parcela de Terreno	102 m2	Lourosa	510,00 €
Parcela de Terreno	88 m2	Lourosa	440,00 €
Parcela de Terreno	30 m2	S. Miguel de Souto	150,00 €
Parcela de Terreno	3238 m2	Santa Maria da Feira	16.190,00 €
Parcela de Terreno	2494 m2	Santa Maria da Feira	12.470,00 €
Parcela de Terreno	56,20 m2	Santa Maria da Feira	281,00 €
Parcela de Terreno	46 m2	Nogueira da Regedoura	230,00 €
Parcela de Terreno	5 m2	Nogueira da Regedoura	25,00 €
Parcela de Terreno	320 m2	Sanguedo	1.600,00 €
Parcela de Terreno	23 m2	S. Paio de Oleiros	115,00 €
Parcela de Terreno	343 m2	Lourosa	1.715,00 €
Parcela de Terreno	70 m2	Santa Maria de Lamas	350,00 €
Parcela de Terreno	200 m2	Santa Maria de Lamas	1.000,00 €
Parcela de Terreno	40 m2	Santa Maria da Feira	200,00 €
Parcela de Terreno	69 m2	Fornos	345,00 €
Parcela de Terreno	84 m2	Fornos	420,00 €
Parcela de Terreno	214 m2	Santa Maria da Feira	1.070,00 €
Parcela de Terreno	1096 m2	Santa Maria da Feira	5.480,00 €
Parcela de Terreno	130 m2	Lourosa	650,00 €
Parcela de Terreno	105,86 m2	Lourosa	529,30 €
Parcela de Terreno	6 m2	Lourosa	30,00 €
Parcela de Terreno	39 m2	Lourosa	195,00 €
			<b>44.285,30 €</b>

Descrição	Valor
Obras Arte Mestre António Ferreira	113.750,00 €

Na conta 57.7.02 – Europarque

A conta 57, foi desagregada de modo a refletir e controlar a concessão celebrada entre a Direção Geral do Tesouro e Finanças, como representante do Estado, e o Município de Santa Maria da Feira





através do Auto de Cedência de Utilização e Aceitação do Complexo Europarque, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 46/2015, de 9 de abril, pelo período de 50 anos.

Uma vez que estamos perante um ativo concessionado ao Município pelo período de 50 anos, para além de ter que estar contabilizado no ativo municipal, como intangível, está sujeito à correspondente amortização da concessão pelo mesmo período concedido, conforme se demonstra no quadro infra:

Descrição	Valor
Pelo registo da Cedência do Europarque	21.400.000,00 €
Imputação da amortização da concessão do Europarque por 50 anos	428.000,00 €
<b>Total</b>	<b>20.972.000,00 €</b>

A conta 59 - Resultados Transitados encontra-se subdividida em:

59.01 – Aplicação de Resultados – destina-se de acordo com o POCAL à transferência de parte do Resultado Líquido do Exercício anterior, no montante de 10.438.736,56 € conforme deliberado pela Reunião Extraordinária da Câmara Municipal Santa Maria da Feira realizada no dia 20 de abril de 2015, sendo que, do valor supra mencionado, 1.162.555,57 € foram aplicados em Reservas Legais.

59.99 – Outras Variações de Capital – foi movimentada por regularizações, das quais se destacam no seguinte quadro:

Resultados Transitados - conta 59.99 - Saldo final 2014		10.761.441,45 €
<b>Diminuição</b>		
Arrecadação da Derrama - referente a anos anteriores	2.273.625,55 €	A partir de 2014 a Autoridade Tributária, através do site "Portal das Finanças", divulgou para cada tipo de Imposto, qual o ano a que diz respeito a cobrança da receita arrecadada em 2015. Pelo que, a contabilização destes impostos, teve em consideração o princípio da especialização do exercício, em que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.
Arrecadação de IMI - referente a anos anteriores	610.728,31 €	
Arrecadação de IMT - referente a anos anteriores	14.342,77 €	
Arrecadação IUC - referente a anos anteriores	53,88 €	
Imputação da amortização da concessão do Europarque	428.000,00 €	
Regularização de faturas de bens para centros escolares	105.523,27 €	
Regularização de Terrenos	3.605,00 €	
Anulação juros mora referente a Rendas de Habitação	369.512,37 €	
Regularização de faturas para Imob.em curso referente a obras em curso	314.047,17 €	
Outros	4.987,98 €	
<b>Aumentos</b>		
Arrecadação da Derrama - referente a anos anteriores	2.238.868,26 €	A partir de 2014 a Autoridade Tributária, através do site "Portal das Finanças", divulgou para cada tipo de Imposto, qual o ano a que diz respeito a cobrança da receita arrecadada em 2015. Pelo que, a contabilização destes impostos, teve em consideração o princípio da especialização do exercício, em que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.
Arrecadação de IMI - referente a anos anteriores	700.375,45 €	
Arrecadação de IMT - referente a anos anteriores	137.073,44 €	
Regularização de faturas de bens para centros escolares	25.184,45 €	
Regularização de Terrenos	199.666,50 €	
Lançamento da diferença de apuramento de Empréstimo 0306/002883/091	2.309,23 €	
Anulação juros mora referente a Rendas de Habitação	172.833,52 €	
Apuramento do MEP referente à empresa Feira Viva EM (valor participação do município - 100%)	201.052,83 €	
Saldo Final 2015		10.314.378,83 €

## 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATERIAS CONSUMIDAS									
Contas	CMMC	=	Existência Inicial	+	Compras	+	Regularizações	-	Existência Final
32.9	12.325,31 €	=	0,69 €	+	12.325,31 €	+	-	0,69 €	- €
36.1	907.779,93 €	=	141.055,20 €	+	892.922,45 €	+	2.861,32 €	-	129.059,04 €
36.2	- €	=	- €	+	- €	+	- €	-	- €
36.3	96.575,36 €	=	85.458,64 €	+	88.102,25 €	+	2.464,50 €	-	79.450,03 €
36.5.1.1	186.961,98 €	=	19.452,98 €	+	175.698,41 €	+	14.912,48 €	-	23.101,89 €
36.5.1.2	16.295,25 €	=	9.762,90 €	+	16.295,70 €	+	-	93,50 €	9.669,85 €
36.5.1.3	13.002,11 €	=	6,52 €	+	13.037,22 €	+	- €	-	41,63 €
36.5.2.1	3.920,23 €	=	175,52 €	+	6.011,61 €	+	- €	-	2.266,90 €
36.5.2.2	6.378,09 €	=	7.149,25 €	+	4.845,42 €	+	-	46,17 €	5.570,41 €
36.5.3	29.809,21 €	=	16.499,47 €	+	27.616,17 €	+	3.186,22 €	-	17.492,65 €
36.5.4	50.073,10 €	=	47.356,99 €	+	48.440,93 €	+	-	2.280,70 €	43.444,12 €
36.5.5	31.207,94 €	=	7.053,26 €	+	28.971,74 €	+	-	11,51 €	4.805,55 €
36.5.6	19.815,20 €	=	3.113,51 €	+	19.687,16 €	+	-	166,81 €	2.818,66 €
36.5.7	4.471,82 €	=	90,36 €	+	4.491,46 €	+	-	58,18 €	51,82 €
36.5.8	37.397,20 €	=	118.914,25 €	+	36.100,71 €	+	-	1.477,68 €	116.140,08 €
36.5.9.1	13.302,58 €	=	580,37 €	+	13.242,32 €	+	-	- €	520,11 €
36.5.9.3	6.889,34 €	=	7.970,32 €	+	11.353,16 €	+	-	150,16 €	12.283,98 €
36.5.9.9	1.130,73 €	=	88,00 €	+	1.082,73 €	+	-	- €	40,00 €
<b>Totais</b>	<b>1.437.335,38 €</b>		<b>464.728,23 €</b>		<b>1.400.224,75 €</b>		<b>19.139,12 €</b>		<b>446.756,72 €</b>

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos.

## 8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

### Demonstração de Resultados Extraordinários

CUSTOS E PERDAS	Exercícios		PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	2015	2014		2015	2014
691 - Transferências de capital concedidas	2.032.510,89 €	1.406.967,49 €	791 - Restituição de impostos	41,02 €	
692 - Dívidas incobráveis			792 - Recuperação de dívidas		
693 - Perdas em existências	4.285,40 €	25.644,96 €	793 - Ganhos em existências	23.424,52 €	15,42 €
694 - Perdas em imobilizações	2.054,27 €	81.452,41 €	794 - Ganhos em imobilizações	773.461,98 €	509.561,03 €
695 - Multas e penalidades	3.412,26 €	5.253,11 €	795 - Benef. Penalidades contratuais	199.783,51 €	284.697,68 €
696 - Aumentos de amortizações/provisões			796 - Reduções de amortizações/provisões	77.956,63 €	
697 - Correções relativas a exercícios anteriores	466.573,08 €	12.664,09 €	797 - Correções relativas a exercícios anteriores	391.038,21 €	1.798.341,47 €
698 - Outros custos e perdas extraordinários	53.881,57 €	163.855,91 €	798 - Outros proveitos e ganhos financeiros	1.824.118,65 €	1.619.748,01 €
Resultados Extraordinários	727.107,05 €	2.516.525,64 €			
<b>Total</b>	<b>3.289.824,52 €</b>	<b>4.212.363,61 €</b>	<b>Total</b>	<b>3.289.783,50 €</b>	<b>4.212.363,61 €</b>

Seguindo a tendência dos últimos anos, os Resultados Financeiros mantêm-se em valores negativos registando em 2015 um total no montante de 329.146,33 €, salientando-se contudo uma variação positiva de 178.122,50 € (35,11 %) em relação ao ano de 2014.

Foram os juros suportados (encargos financeiros) que mais contribuíram para o Resultado Financeiro, devido sobretudo à diminuição das taxas de juro dos empréstimos indexadas à taxa Euribor que ocorreu ao longo do exercício económico de 2015, bem como, será de salientar a descida da conta de custos juros de mora suportados.

Durante o ano de 2015, verificou-se uma descida no montante de juros obtidos face a 2014, cerca de 11.272,28 €.

A diminuição teve origem na variação negativa das taxas de juros praticadas pelas entidades bancárias, da qual, apesar das aplicações financeiras, resultou uma variação negativa de 12,38%.

Já no que respeita a rendimentos de participações de capital, o ano 2015 caracteriza-se por um decréscimo de proveitos desta natureza, essencialmente devido à redução dos dividendos oriundos das entidades participadas.

Contudo, contribuíram para o incremento espelhado nos proveitos financeiros, o reconhecimento do resultado líquido positivo da Empresa Municipal Feira Viva EM, no montante de 56.771,79 € e a empresa Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto no montante de 5.587,21€.

## 8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Demonstração de Resultados Extraordinários					
CUSTOS E PERDAS	Exercícios		PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	2015	2014		2015	2014
691 - Transferências de capital concedidas	2.032.510,89 €	1.406.967,49 €	791 - Restituição de impostos	41,02 €	
692 - Dívidas incobráveis			792 - Recuperação de dívidas		
693 - Perdas em existências	4.285,40 €	25.644,96 €	793 - Ganhos em existências	23.424,52 €	15,42 €
694 - Perdas em imobilizações	2.054,27 €	81.452,41 €	794 - Ganhos em imobilizações	773.461,98 €	509.561,03 €
695 - Multas e penalidades	3.412,26 €	5.253,11 €	795 - Benef. Penalidades contratuais	199.783,51 €	284.697,68 €
696 - Aumentos de amortizações/provisões			796 - Reduções de amortizações/provisões	77.956,63 €	
697 - Correções relativas a exercícios anteriores	466.573,08 €	12.664,09 €	797 - Correções relativas a exercícios anteriores	391.038,21 €	1.798.341,47 €
698 - Outros custos e perdas extraordinários	53.881,57 €	163.855,91 €	798 - Outros proveitos e ganhos financeiros	1.824.118,65 €	1.619.748,01 €
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>727.107,05 €</b>	<b>2.516.525,64 €</b>			
<b>Total</b>	<b>3.289.824,52 €</b>	<b>4.212.363,61 €</b>	<b>Total</b>	<b>3.289.783,50 €</b>	<b>4.212.363,61 €</b>

Os resultados extraordinários a 31 de dezembro de 2015, apresentaram tal como no ano transato um resultado positivo, na ordem dos 727.107,05 €, contra o período anterior que registou um resultado de 2.516.525,64 €, o qual obteve uma diminuição de 1.789.418,59 €.

Esta diminuição decorre do efeito do lado dos Proveitos, nomeadamente das correções relativas aos exercícios anteriores que diminuíram significativamente. Foi determinante no aumento ocorrido no lado dos custos, a correção à especialização da estimativa da derrama, valor que se traduziu em 423.403,52 €.

Nos custos, sobressai o aumento das Transferências de Capital Concedidas às diversas entidades, que se traduziu em 625.543,40 € comparativamente com o ano anterior, que reflete o apoio e a importância que o Município proporciona às instituições do concelho.

Para o resultado dos Resultados Extraordinários, contribuiu, significativamente a contabilização dos “Subsídios para Investimentos” referentes às obras financiadas, de acordo com as regularizações de fim do exercício, em que os montantes são creditados à medida que forem contabilizadas as amortizações dos elementos do Imobilizado.

## 8.3 Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

### 8.3.1.- Modificações ao Orçamento

Durante o exercício económico de 2015 foram efetuadas:

- ❖ Dezanove alterações ao Orçamento da Despesa;
- ❖ Uma alteração ao Orçamento da Receita
- ❖ Uma revisão ao Orçamento da Receita.

### 8.3.2. - Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal, na gerência em análise foram efetuadas:

- ❖ Dezanove alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- ❖ Dezanove alterações ao Plano de Atividades Municipal;
- ❖ Uma revisão ao Plano de Atividades Municipal;
- ❖ Uma revisão ao Plano Plurianual de Investimentos.

### 8.3.3 – Outras Informações Relevantes

#### 1. Passivos contingentes

Quando o POCAL é omissivo no tratamento da informação contabilística, impõe-se a aplicação das normas internacionais de contabilidade pública, doravante designada por IPSAS.

Para o acaso em apreço, aplica-se a IPSAS 19 “ Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

Assim, de acordo com esta norma “Passivo Contingente é:

- a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - i. não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios económicos ou potencial de serviços que seja exigida para liquidar a obrigação; ou
  - ii. o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.”

A aplicação desta norma advém do facto de existirem processos judiciais em curso, e que, de acordo com os advogados, não existe probabilidade de estes gerarem exfluxos.

Decorre, da própria norma, que tais situações, sejam devidamente divulgados no anexo, pelo que abaixo se discrimina os processos em causa.



	Processo n.º
720/06 - Ação Popular	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro /J
1521/08.2 BEVIS - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo/CR
388/09.8 BEVIS - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu/I
610/09.OBEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/J
890/11 - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/I
916/11.9BEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/I
158/11.3BEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
604/13.1 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM
895/13.8 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM
115/13.5 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
117/13.1 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
119/13.8 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
369/12.4 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
550/13.9 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
890/13.7 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
903/13.2 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu
195/14.6BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
1884/14.OBEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
36/15.7BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
474/15.5BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
822/15.8BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
827/15.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
190535/12.7 YIPRT-1º Juízo Cível	Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira
896/12.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
978/12.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
964/15.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
1814/06.3BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu
6/13.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
8/10.8BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
54/13.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
886/13.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
921/13.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
65/14.8RBVFR	Comarca de Aveiro, Santa Maria da Feira J1
390/14.5yiprt	Balcão Nacional de Injunções
503/14.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
726/14.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
825/14.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
993/14.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
1123/14.4BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
326/15.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
493/15.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
665/15.6BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
671/15.6BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
717/15.5BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
808/15.2BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
916/15.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
877/15.5BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
648/15.9BVFR	2ºª Cível do Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira

## 9. Factos relevantes ocorridos após termo do exercício económico

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e o número 1 do seu artigo 62º, o qual, estabelece que, sempre que se verifique, nos últimos 3 anos, o resultado líquido negativo, as participações locais são objeto de alienação obrigatória (artigo 66º) encontrando-se nesta posição, as empresas FeiraPark SA e Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira.

No que diz respeito à empresa FeiraPark, procedeu-se ao início da liquidação em 18/11/2015, tendo ocorrido o encerramento da mesma apenas a 20/01/2016.

No que concerne à empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, SA, uma vez que esta entidade gere um ativo do Município e dada a importância do mesmo na atividade turística da região, apesar desta entidade não deter capacidade de gerar recursos próprios para ser autossustentável, está a elaborar-se um plano de negócios de forma a dinamizar este negócio, sendo que, nesta altura existe uma entidade que pretende implantar um empreendimento hoteleiro na região, o qual pode dotar a região com capacidade de gerar influxos positivos.